

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

A FORMA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DO ESPAÇO SOCIAL

O EQUIPAMENTO E ESPAÇOS PÚBLICOS COMO ELEMENTOS (RE) QUALIFICADORES DO BAIRRO
QUINTA DO MOCHO

João Filipe Pereira Martins

Projecto Final para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
(Mestrado integrado em Arquitectura)

Orientador Científico: Professor Doutor Pedro Dias Pimenta Rodrigues

Co-orientadora: Professora Maria Teresa Salgueiro Vasconcelos e Sá

Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

Lisboa, Janeiro 2015

RESUMO

As cidades ao longo do tempo foram-se expandindo para as suas periferias, e foram deixando de ser definidas apenas pelo seu centro histórico. Com o seu crescimento para as áreas suburbanas, as cidades tornaram-se elementos dispersos no território urbano.

Devido ao impacto da era industrial, e mais tarde nos anos 60 do sec. XX, deu-se em Portugal a migração da população do meio rural para as grandes cidades. Este afluxo populacional deu origem a um crescimento sem controlo das grandes cidades, essencialmente nas suas zonas periféricas.

Este crescimento demográfico desordenado e sem controlo foi a principal causa da atual cidade dispersa e sem identidade, cujas construções não planeadas e clandestinas foram o instrumento que descaracterizou os territórios anteriormente agrícolas, redefinindo-lhes novos limites.

Com o presente trabalho final de mestrado pretende-se reintegrar o espaço e potenciar as relações sociais, contribuindo para a regeneração de áreas urbanas marcadas pela marginalização e estigmatização social.

O projecto proposto incide sobre o bairro da Quinta do Mocho, na freguesia de Sacavém, em Loures, onde o desenvolvimento de um equipamento aliado a espaços públicos concorrerá para esse efeito de reintegração sociocultural.

O objectivo do trabalho consiste em requalificar este território urbano, reestruturando as lógicas urbanas preexistentes, e dotando-o de elementos e lógicas públicas essenciais para a vida pública na cidade.

Através da inserção de um Equipamento público, aliado a um espaço público por excelência, pretende-se criar um elemento central com funções e serviços importantes que sirvam as populações envolventes e contribuam para as trocas socioculturais e miscigenação inerentes ao elemento vivo que é a cidade formando assim o Bairro auto-suficiente.

(Re) Desenha-se a relação do novo espaço público com o existente de forma a erradicar a marginalização e estigmatização social.

(Re) Qualificam-se as relações sociais marcadas pela diferença, e confere-se coesão e identidade a um território desqualificado e disperso, através da criação de um ponto central de usos e vivências que sirvam as pessoas do bairro.

PALAVRAS CHAVE: Centralidade, Miscigenação, Trocas, Espaço Público, Interação social, Equipamento, Colectividade, Limites

ABSTRACT

With time, the cities have been expanding for its surroundings, and they are no more defined only by its historical centre. With the growth to its suburban areas, they have become disperse elements in the urban territory.

Due to the impact of the industrial age, and later in the 60's of the twentieth century, occurred in Portugal the migration of the rural population to the great cities. This population influx gave birth to an uncontrolled growth of the great cities, essentially in its peripheral areas.

This uncontrolled and disorderly population growth, was the main cause of the current disperse and no identity city, whose non planed and illegal constructions were the main instrument that misread the previously agricultural areas and the city, redefining them new limits.

In this final master thesis we seek to reintegrate the space and potentiate the social relations, contributing to the regeneration of the urban areas marked by social marginalization and stigmatization.

The proposed project focuses in the Hood Quinta do Mocho, in the parish of Sacavém, in Loures, where the development of an Equipment with an inherent public space, will be the main focus of this work.

This work's objective consists in requalifying this urban territory making it an integral part of the city, restructuring the existent urban logics, and gifting it with essential public elements and logics essential to the public life in the city.

With the insertion of a collective equipment, with an inherent central public space, the goal is to create a central element with important functions that serve the surrounding populations, and contributes to the socio-cultural trades and miscegenation inherent to the living element that is the city.

(Re) Draws the relation of the new public space with the existent as a way to eradicate the social marginalization and stigmatization.

(Re) Qualifies the social relations marked by discrimination, and confers identity and cohesion to a disqualified and disperse territory, with the creation of a central element that serves the people of the hood.

KEYWORDS: Social, Centrality, Miscegenation, Trades, Public Space, Equipment, Collectivity, Limits

AGRADECIMENTOS

Ao professor Pedro Dias Pimenta Rodrigues pela importante orientação e disponibilidade, e pelas conversas durante todo o processo na elaboração do projecto desta PFM.

À professora Maria Teresa Salgueiro Vasconcelos e Sá pela contínua disponibilidade, por todas as referências bibliográficas, e pelas conversas e importante apoio na concepção da componente teórica.

Ao professor José Luís Mourato Crespo, pela importante ajuda bibliográfica que se revelou essencial na ligação de todas as ideias teóricas.

À minha família que me acompanhou em todos os momentos da minha vida, especialmente à minha mãe e ao meu pai que me apoiaram em todas as decisões e estiveram sempre do meu lado.

A todos os meus amigos, que fizeram e continuarão a fazer parte da minha vida, tanto as pessoas com quem cresci, como as que vim a conhecer no meu percurso académico, que sem dúvida continuarão a fazer parte do meu crescimento. Quero agradecer em especial ao meu colega e amigo Jorge Cartier Tomás, cujas conversas e discussões sobre projecto foram bastante importantes no período do desenvolvimento do mesmo.

ÍNDICE

 INTRODUÇÃO.....	01
OBJECTIVOS.....	02
METODOLOGIA.....	03
ESTRUTURA.....	03
1 CENTRALIDADE URBANA: ESPAÇO PÚBLICO E EQUIPAMENTO..	07
1.1 O ESPAÇO PÚBLICO: DA CIDADE GENÉRICA, À CIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO.....	07
1.1.1 TIPOS DE ESPAÇO PÚBLICO.....	13
1.1.2 O ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS SOCIAIS.....	15
1.2 O EQUIPAMENTO COMO MONUMENTO.....	17
1.2.1 O EQUIPAMENTO COMO DEFINIÇÃO DO CENÁRIO PÚBLICO E DE NOVAS CENTRALIDADES.....	17
1.2.2 CORBUSIER E O CENTRE CIVIQUE: O ESPAÇO PÚBLICO, A CENTRALIDADE	20
1.3 CENTRALIDADE URBANA.....	25
2 CIDADE E ARQUITECTURA.....	31
2.1 FRAGMENTAÇÃO URBANA: O FENÓMENO DAS PERIFERIAS URBANAS.....	31
2.2 BAIRROS SOCIAIS, BAIRROS CLANDESTINOS: O FENÓMENO DA MARGINALIZAÇÃO SOCIAL.....	34
2.3 O BAIRRO NA CIDADE: BAIRRO DA QUINTA DO MOCHO	41
2.3.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	41
2.3.2 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E REGULAMENTAR.....	43
2.4 DIAGNÓSTICO DO BAIRRO.....	49
2.4.1 CARACTERIZAÇÃO / EVOLUÇÃO URBANA.....	49
2.4.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO EDIFICADO.....	52
2.4.3 EQUIPAMENTOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	55
2.4.4 MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.....	56
2.4.5 DIAGNÓSTICO SWOT.....	59

3 | CASOS DE ESTUDO.....63

- 3.1 | CENTRO CULTURAL DE LEVERKUSEN63
- 3.2 | SHIBA RYOTARO MEMORIAL MUSEUM65
- 3.3 | CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA67

4 | COMPONENTE PROJECTUAL.....69

- 4.1 | UMA LÓGICA URBANA REESTRUTURADORA DE LIGAÇÃO À CIDADE
 - 4.1.1 | PROGRAMA E INTERVENÇÃO.....70
 - 4.1.2 | REDESENHAR O BAIRRO.....74
- 4.2 | O EQUIPAMENTO COLECTIVO
 - 4.2.1 | PROGRAMA E INTERVENÇÃO.....75
 - 4.2.2 | VOLUMES DE APOIO
 - VOLUME CULTURAL.....81
 - VOLUME LOCAL.....85
 - ESPAÇO PÚBLICO.....87

| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....89

| BIBLIOGRAFIA.....91

| ANEXOS.....95

- I | PROJECTOS REFERÊNCIA
- II | PEÇAS DESENHADAS
- III | PROCESSO DE TRABALHO

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 – Desenho de Toni Angeli que retrata a cidade Genérica de Koolhaas

In <http://uninomade.net/assets/REBORDOSA.jpg>

Figura 2- Montagem de espaços públicos. Entre Espaços

In *Places In-Between: The Transit(ional) Locations of Nomadic Narratives*, Ana Luz

Figura 3 – Fotografia de Rockefeller Plaza, Nova Iorque

In http://media.nj.com/ledgerupdates_impact/photo/2009/12/aptopix-rockefeller-christmas-tree-088fbe491e0a933f_large.jpg

Figura 4- Fotografia da Avenida da Liberdade, Lisboa

In http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/avenida-liberdade-ASC_7050.jpg

Figura 5- Fotografia da Piazza del Campo, na cidade de Siena

In <https://culturaeviagem.files.wordpress.com/2013/02/piazza-del-campo.jpg>

Figura 6 – Fotografia do Trafalgar Square Park, em Londres

In https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/80/Trafalgar_Square_Park.jpg

Figura 7 – Fotografia Pátios comuns Quinta do Mocho

Elaborado em análise de turma

Figura 8 – Fotografia Edifícios Quinta do Mocho

Elaborado em análise de turma

Figura 9 – Planta Urbana plano Saint-Dié

In http://predmet.fa.uni-lj.si/siwinds/s1/u2/su6/img/S1_U2_SU6_P4_4.jpg

Figura 10 – Maqueta do Centro Cívico de Saint Dié

In https://classconnection.s3.amazonaws.com/856/flashcards/749856/png/st_die1322586342226.png

Figura 11 – Maqueta do Plano Urbano de Saint-Dié

In http://www.kgi.ruhr-uni-bochum.de/projekte/rub_expo/k4/abb15.jpg

Figura 12 – Esquema da Imagem da cidade de Lynch

In <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/a7/00/67/a70067af7981b4ee372ffe9284fe2276.gif>

Figura 13 – Mapa Militar da cidade de Lisboa, 1935

In <http://hemerotecadigital.cm.lisboa.pt>

OBRASAnuarioPlantas1935_I1935_I_item1P2.html

Figura 14 - Gráfico Variação percentual da população residente em Portugal.

In Ine, Censos 2011

Figura 15 – Mapa Densidade do edificado na cidade de Lisboa

In CML, INE, Censos 2001

Figura 16 – Fotografia do Espaço público na Quinta do Mocho

Elaborado em análise de turma

Figura 17 –Bairro das Sapateiras

In http://s469.photobucket.com/user/rabiruta/media/Loures/IMG_7223.jpg.html

Figura 18 –Bairro do Zambujal

In <http://static.panoramio.com/photos/original/39081726.jpg>

Figura 19 – Fotografia Bairro da Quinta do Mocho

In <http://static.globalnoticias.pt/storage/JN/2011/big/ng1601295.jpeg>

Figura 20 – Fotografia de um espaço da urbanização Terraços da Ponte

In <http://www.obriverca.pt/Imagem/964.jpg>

Figura 21 – Identificação dos Bairros sociais na AML e centros estruturantes da cidade (EXPO, centro histórico)

Desenho elaborado pelo autor

Figura 22 – Identificação dos Bairros sociais, zonas verdes e ciclovias existentes

Extremo norte desenha-se percursos de ligação a este rede verde/pedonal

Desenho elaborado pelo autor

Figura 23- Mapa de Lisboa, Concelho de Loures, Bairro quinta do Mocho

Desenho elaborado pelo autor

Figura 24- Mapa Concelho de Loures

Desenho elaborado pelo autor

Figura 25 – Mapa da Quinta do Mocho e envolvência próxima

Desenho elaborado pelo autor

Figura 26 – Dinâmicas Territoriais da AML

In CCDD LVT, PROT-AML, 2002: 39

Figura 27– Mapa dos Raios de 10, 20, 30 km a partir do Centro Histórico

In CCDD LVT, PROT-AML, 2002: 69

Figura 28 – Planta de Usos do Solo Urbano

In CML, PDM, 2013

Figura 29 – Mapa demonstrativo da área de intervenção desta PFM

Desenho elaborado pelo autor

Figura 30 – Vista do Terreno de intervenção

Elaborado em análise de turma

Figura 31 – Vista do Terreno de intervenção

Elaborado em análise de turma

Figura 32 – Vista do Terreno de intervenção

Elaborado em análise de turma

Figura 33 – Vista do Terreno de intervenção

Elaborado em análise de turma

Figura 34 – Planta de Sacavém, 1792

Elaborado em análise de turma

Figura 35 – Planta urbana de Sacavém 1856

Elaborado em análise de turma

Figura 36 – Planta urbana 1970

Elaborado em análise de turma

Figura 37 – Fotografia Quinta do Mocho

Elaborado em análise de turma

Figura 38 – Fotografia Quinta do Mocho

In <http://www.iol.pt/multimedia/oratvi/multimedia/imagem/id/12029123/800>

Figura 39 – Zona Industrial

Elaborado em análise de turma

Figura 40 – Fotografia Terraços da Ponte

In https://patrimoniummediacao.files.wordpress.com/2010/07/img_0509.jpg

Figura 41 – Mapa das Barreiras físicas envolventes do Bairro

Desenho elaborado pelo autor

Figura 42 – Mapa cheios e vazios do Bairro e da sua envolvência

Desenho elaborado pelo autor

Figura 43 – Planta de usos existentes no Bairro Quinta do Mocho

Elaborado em análise de turma

Figura 44 – Mapa de Transportes existentes no Bairro e sua envolvência

Elaborado em análise de turma

Figura 45 – Planta piso tipo Centro Cultural de Leverkusen, Alvar Aalto

In http://file.alvaraalto.fi/upload/049_2.png

Figura 46 – Maqueta Centro Cultural de Leverkusen, Alvar AAalto

In <http://www.historiaenobres.net/ficha.php?id=215&where=Leverkusen%20Cultural%20Centre>

Figura 47 – Espaço exterior do Museu

In <http://static1.squarespace.com/static/53f38b1ee4b051d4cb59d4f8/54ee5481e4b0e80033473777/54ee54dce4b0c70e83a47a69/1424907829297/shibaryotari0128.jpg?format=2500w>

Figura 48 – Espaço Interior do Museu, Livraria

In <http://static1.squarespace.com/static/53f38b1ee4b051d4cb59d4f8/54ee5481e4b0e80033473777/54ee54c9e4b041a78778ec7c/1424906302298/shibaryotari0138.jpg?format=2500w>

Figura 49 – Maqueta do Centro Interpretativo

In <http://www.campobaeza.com/center-for-nature-interpretation-ii/?type=catalogue>

Figura 50 – Render da Cobertura do Centro interpretativo

In <http://www.campobaeza.com/center-for-nature-interpretation-ii/?type=catalogue>

Fig 51 - Planta urbana da proposta centrada na Avenida(Entre Espaços)

Desenho elaborado pelo autor

Fig 52 – Esquema de vivências públicas no Bairro e na proposta

Desenho elaborado pelo autor

Fig 53 – Planta geral da proposta urbana

Desenho elaborado pelo autor

Fig 54 – Planta com esquema do percurso proposto

Desenho elaborado pelo autor

Fig 55 – Esquema das novas dinâmicas públicas no Bairro Quinta do Mocho

Desenho elaborado pelo autor

Fig 56 – Esquema volumétrico do Equipamento

Desenho elaborado pelo autor

Fig 57 - Corte pelos acessos público

Desenho elaborado pelo autor

Fig 58 – Esquema de transição entre as Hortas e o EP

Desenho elaborado pelo autor

Fig 59 – Esquema visual do Equipamento para a Avenida

Desenho elaborado pelo autor

Fig 60 – Planta esquemática do Equipamento e Espaços Públicos desenhados

Desenho elaborado pelo autor

Fig 61 – Planta Esquemática do piso térreo da Biblioteca

Desenho elaborado pelo autor

Fig 62 – Planta esquemática do piso superior da Biblioteca

Desenho elaborado pelo autor

Fig 63 – Render de estudo do pátio central da Biblioteca

Desenho elaborado pelo autor

Fig 64 – Render de estudo interior da Biblioteca

Desenho elaborado pelo autor

Fig 65 – Esboço de estudo do volume do Auditório

Desenho elaborado pelo autor

Fig 66 – Planta Esquemática de usos das salas polivalentes

Desenho elaborado pelo autor

Fig 67 – Esboço de estudo da relação das habitações com as Hortas Comunitárias

Desenho elaborado pelo autor

Fig 68 – Planta do Espaço público desenhado

Desenho elaborado pelo autor

Fig 69 - imagem representativa da cidade grega

In <http://www.klepsidra.net/klepsidra26/plano.jpg>

Fig 70 – Imagem da acrópole de Atenas

In <http://i.imgur.com/xQmzp.jpg>

Fig 71 – Planta do plano Cerdá de Barcelona

In <http://www.caupe.org.br/wp-content/uploads/2013/11/ImagemCerdá2.jpg>

Fig 72 – Esquema de usos dos pátios inerentes aos quarteirões

Fig 73 – Vista exterior da Biblioteca

In http://www.cm-viana-castelo.pt/images/stories/Viana_do_Castelo/Galeria/img_biblioteca_municipal_001.jpg

Fig 74 – Planta piso da biblioteca

In <http://www.librarybuildings.info/sites/default/files/PLANTA%201.jpg>

Fig 75- Vista exterior da Biblioteca

In <http://static.panoramio.com/photos/original/6266073.jpg>

Fig 76- Planta piso intermédio da biblioteca

In http://images.adsttc.com/media/images/5037/e192/28ba/0d59/9b00/01c0/large_jpg/stringio.jpg?1414261116

Fig 77- Vista do pátio da biblioteca

In http://www.icmimarlikdergisi.com/en/wp-content/uploads/2015/01/54b496b7e58ece9827000186_girona-public-library-corea-moran-arquitectura_portada045-peposegura_u5l9246-530x413.jpg

Fig 78 – Planta piso intermédio da biblioteca

In http://www.arquitecturaviva.com/media/Images/visores/marzo_2015/rahola_8.jpg

Fig 79 – Vista exterior da biblioteca

In http://www.a10.eu/thumbs/file/4304/style_popup/1212261939/GBZ_001.jpg

Fig 80 – Vista da zona de leitura central da biblioteca

In <http://www.bauenblog.info/wp-content/uploads/2011/05/biblio-humboldt.jpg>

Fig 81 - Imagem das entradas das moradias

In https://farm6.staticflickr.com/5092/5473834671_9a9aef70c9_m.jpg

Fig 82 – corte esquemático das moradias

In https://farm6.staticflickr.com/5092/5473834671_9a9aef70c9_m.jpg

Fig 83 – vista superior para a cena do teatro grego

In http://www.lhsdramaclub.com/uploads/4/5/4/6/4546460/2658860_orig.jpg

Fig 84 – Imagem interior do Arquivo

In http://static.dezeen.com/uploads/2013/07/dezeen_Britten-Pears-Archive-by-Stanton-Williams_13.jpg

Fig 85 – Imagem interior do Arquivo

In http://www.styleofdesign.com/i/brittenpears-archive-by-stanton-williams_ne-vp_0.jpg

Fig 86 – Vista do palco público do edifício

In http://images.adsttc.com/media/images/5013/311e/28ba/0d0e/f000/0540/medium_jpg/stringio.jpg?1414582761

Fig 87 – planta piso tipo

In http://images.adsttc.com/media/images/5013/3156/28ba/0d0e/f000/054b/large_jpg/stringio.jpg?1414582790

Fig 88 – Planta urbana das moradias

In https://aramonalcaide.files.wordpress.com/2013/06/kalamloves_atelier5_siedlungshalen6.jpg?w=1000&h=768

Fig 89 – Plantas de uma tipologia

In http://etsavega.net/dibuix2/imatges_2/Atelier5-Halen_PratClara_2.jpg

Fig 90 – Vista da rua Saint Mark

In <http://daveanderson.me.uk/houses/Images/W/10/stmarksroad.jpg>

Fig 91 – Planta piso tipo

In FRENCH, Hilary, (2009) Conjuntos Habitacionais do Século XX

Tabela 1. Tipologia empírica de espaços públicos. Adaptado graficamente pelo autor.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CML – Câmara Municipal de Loures

DGOTDU – Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EP – Espaço Público

INE – Instituto Nacional de Estatística

PDM – Plano Director Municipal

PROT – AML – Plano Regional de Ordenamento do Território, da Área Metropolitana de Lisboa

PP – Plano de Pormenor

SWOT – Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats

TC – Transporte Colectivo

| INTRODUÇÃO

O tema “**A Forma como elemento estruturante do Espaço Social**”, desafiou-me a perceber a cidade enquanto palco social.

A evolução e crescimento disperso das periferias nas grandes cidades, caracterizado pela construção desordenada e desconexa do tecido urbano, originou um palco de crescente dualidade e conflitos sociais, onde o urbanismo funcionou como uma técnica de separação política, social e económica.

Nestes crescentes territórios suburbanos prevalece a construção de habitação, negligenciando-se a estrutura pública, deixando (de parte cada vez mais) o espaço público e suas sociabilidades. O crescimento destas periferias apoiado em movimentos pendulares diários, destitui os lugares das suas vivências públicas, perdendo a sua identidade e capacidade de integração social.

Perante esta problemática, é importante que se criem condições de habitabilidade e trocas sociais sustentáveis na “cidade do futuro”, de modo a que esta deixe de funcionar como uma estrutura dispersa no território, com espaços isolados uns em relação aos outros, e funcione como um palco que proporcione o contacto social, através da humanização e interligação de espaços.

Deste modo, o objectivo deste trabalho consiste na reintegração do espaço, territorial e social, como estratégia de regeneração de áreas urbanas marcadas pela dualidade e marginalização social, focando-se na relação entre o ambiente natural, o construído, e o ser humano, de maneira a criar uma estratégia que qualifique as relações sociais que se encontram caracterizadas pela dispersão, enclausuramento, e conflito social.

Pretende-se abordar a temática dos Bairros Sociais, apresentando soluções que visem a requalificação destes territórios marcados pela falta de identidade, marginalização e estigmatização social, promovendo a reestruturação do seu espaço físico e social, e reintegrando-os no contexto urbano em que se inserem.

(Re)desenha-se a relação entre o espaço público e o edificado existente, de modo a requalificar estas áreas desconexas, através da criação de novas dinâmicas espaciais, dotando o território de novas potencialidades de usos e vivências, colmatando assim as necessidades dos moradores nestes bairros, e fornecendo um conjunto de ofertas destinadas aos residentes e visitantes, tornando-os num palco privilegiado de sociabilidades e vivências comunitárias.

Em suma, o espaço público deve ser compreendido como um instrumento “central” na vida das cidades, que se assume como um palco onde vários acontecimentos, sociais, económicos, culturais e políticos, criam estes lugares públicos que funcionam desde tempos antigos como o coração da cidade enquanto um elemento vivo e fonte de memórias.

“Se há de dar prioridade a los espácios públicos como estratégia de “hacer ciudad sobre ciudad”. (...) Ciudades policêntricas y plurimunicipales, en las que el espacio público es a la vez un elemento articulador del tejido urbano regional o metropolitano y elemento de cohesión, tanto física como simbolicamente, de las áreas densas” (Borja, Muxi, 2002, p. 13 - 15)

OBJECTIVOS

A proposta projectual apresentada neste trabalho tem como objecto de estudo o bairro da Quinta do Mocho, em Loures, classificado como bairro social. Surge a oportunidade de promover a sua requalificação física e social, dinamizando as trocas económicas e sociais, e desenvolvendo a noção de comunidade.

O trabalho defende assim que a inserção de um equipamento e espaço público, têm a capacidade de criar uma centralidade na envolvência do bairro, reestruturando o tecido urbano, e promovendo trocas sociais e comerciais entre os residentes do bairro, os residentes nas zonas envolventes e os visitantes.

Partindo deste pressuposto, é proposta a regeneração urbana do bairro e da sua envolvência, que culminaria numa centralidade pública estruturante de que o terreno urbano carece, criando novas potencialidades que satisfaçam as populações, e fortaleçam o contacto social entre diferentes comunidades.

Nesta proposta urbana, propõe-se um equipamento colectivo e um espaço público, funcionando como um elemento urbano central, promovendo identidade e integração urbana do território em que se inserem.

É então proposto um espaço público central e a implementação de um equipamento colectivo composto por um auditório, uma biblioteca, salas polivalentes, e habitação (de modo a responder às necessidades da população a serviços essenciais dos quais o território urbano em que se insere carece).

O objectivo centra-se na inserção da comunidade do bairro da Quinta do Mocho num sistema de trocas sociais com diferentes comunidades, funcionando como um sistema que inclui não só um espaço de reunião marcado pelos usos de lazer e desporto, como também fornecer um conjunto de usos que funcione como um polo de atracção tanto para a comunidade local, como para os seus visitantes.

Quanto ao quadro teórico analisar-se-ão temas como a revitalização social, miscigenação, integração social, requalificação urbana, de modo a que esta intervenção possa servir como modelo de regeneração urbana e social, de territórios que se encontram numa situação de semelhante marginalização.

METODOLOGIA

O presente trabalho é estruturado em duas partes profundamente interligadas. A primeira parte é composta por um corpo teórico que questiona e responde a um conjunto de temas-problemas que acompanham o crescimento urbano na cidade contemporânea. Na segunda parte centramo-nos na nossa zona de intervenção – o bairro da Quinta do Mocho – e desenvolvemos a nossa componente prática projectual. Nesta, propomos a execução do principal objectivo do trabalho, o desenvolvimento de um equipamento colectivo e espaço público inerente.

O primeiro momento teórico, é composto por duas fases principais.

Numa primeira fase, são analisados um conjunto de conceitos, que enquadram a elaboração do projecto, tais como: centralidade urbana, equipamento, espaço público. Em relação a este último apresenta-se duas posições antagónicas sobre a importância do EP na cidade: a de Rem Koolhaas, e a de Borja e Muxi.

Numa segunda fase é feito o enquadramento, contextualização, e análise da área de estudo – o bairro Quinta do Mocho. Nesta última fase, referentes à área de estudo, utilizámos uma abordagem qualitativa através da observação no local, de contactos com a Associação Cultural de Moscavide e entrevistas informais aos moradores do bairro, análise documental de planos e programas públicos assim como a análise de projectos de referência; e uma abordagem quantitativa através da análise de dados estatísticos. Tudo isto permitiu-nos desenhar os objectivos de modo a estabelecer um enquadramento estratégico e programático da área de intervenção.

O segundo momento, a componente prática, apresenta uma solução projectual resultando do estudo feito ao longo do corpo teórico. Esta componente será suportada por plantas e imagens demonstrativas das intenções e conceitos projectuais presentes na proposta deste trabalho.

ESTRUTURA

O documento divide-se em 4 capítulos, sendo os três primeiros correspondentes à componente teórica, e o quarto capítulo à componente prática projectual.

No capítulo 1 **CENTRALIDADE URBANA: ESPAÇO PÚBLICO E EQUIPAMENTO**, serão estudados os conceitos chave na elaboração das ideias essenciais inerentes ao projecto apresentado neste trabalho.

O capítulo tenta compreender através um conjunto de ideias de alguns autores, de que maneira o espaço público e a vida social na cidade estão intimamente ligadas. Numa primeira fase, é elaborada uma análise comparativa entre a cidade genérica de Rem Koolhaas, e a cidade do espaço público de Borja e Muxi. Numa segunda fase será feita a análise dos conceitos do espaço público e do equipamento coletivo, apresentando como projecto de referência o Centre Civique de Saint Dié, do arquitecto Le Corbusier. Numa fase final, será feito um estudo da questão da centralidade urbana, um conceito central no projecto proposto.

O capítulo 2, **CIDADE E ARQUITECTURA**, numa primeira fase, procura entender a evolução da cidade de Lisboa para as suas periferias, e de que maneira esse crescimento criou um palco marcado pela desigualdade social, e consequentemente levou ao desenvolvimento destruturado e desconexo da urbe. Num segundo ponto, serão analisadas as soluções dos bairros sociais, tentando compreender as suas características e impactos na população marginalizada residente, particularmente na Quinta do Mocho. Num terceiro e último ponto, será feita uma análise do bairro Quinta do Mocho, de forma a compreender as características do território em que se insere, elaborando assim uma base programática que intervenha no Bairro e na sua envolvente, de forma mais ponderada e qualificada. Esta análise foi realizada grande parte em âmbito de turma, na disciplina de Laboratório de Projecto VI, e consiste num conjunto de análises suportadas em dados estatísticos e programáticos contidos no PDM, PROT-AML, e INE.

Por fim será elaborado um diagnóstico SWOT do bairro Quinta do Mocho e da sua envolvente, tentando perceber as características que estão susceptíveis de intervenções e consequente requalificação urbana e social do território em que

se inserem, delineando assim os pontos fortes a enaltecer e reestruturar com o projecto proposto.

No capítulo 3, **CASOS DE ESTUDO**, são apresentadas as principais referências arquitectónicas nos quais me debrucei para criar uma lógica comparativa importante no desenvolvimento do projecto proposto. Entre as várias referências, são escolhidos o projecto do Centro Cultural de Leverkusen, do arquitecto Alvar Aalto, o museu memorial de Shiba Ryotaro, do arquitecto Tadao Ando, e o Centro Interpretativo da Natureza do arquitecto Alberto Campo Baeza. Estes projectos serviram de suporte base à elaboração programática e arquitectónica do projecto do equipamento proposto.

Por último, no capítulo 4, **PROJECTO**, desenvolve-se uma proposta arquitectónica de acordo com as conclusões tiradas dos estudos e análises realizadas ao longo deste processo. Pretende-se que a intervenção proposta, o desenho de um equipamento aliado a um espaço público por excelência possam requalificar as relações sociais num território marcado pela diferença e estigmatização social. Será demonstrada a solução final encontrada, e todo o processo conceptual que a constitui.

Em anexo serão apresentados projectos de referência que também se revelaram importantes na concepção da proposta apresentada neste trabalho, desde os conceitos urbanos, aos conceitos arquitectónicos inerentes ao equipamento.

Serão também apresentadas as peças desenhadas referentes ao projecto proposto, e um conjunto de imagens que serviram de estudo à concepção das materialidades do projecto.

1 | CENTRALIDADE URBANA: ESPAÇO PÚBLICO E EQUIPAMENTO

Ao se entender a cidade como um palco político, social, económico, e cultural, deve-se compreender que o espaço público sempre desempenhou um papel fundamental na criação da identidade, através da definição do simbólico e identitário. Vem desde o período grego, onde a ágora, inserida na pólis, permitia a inserção da população na vida pública.

É necessário elaborar uma reflexão sobre o espaço público, tentando perceber a sua importância para o território, quer como elemento estruturador da forma urbana, quer como elemento de suporte à coexistência entre diferentes comunidades.

Começarei por apresentar duas teorias antagónicas sobre a importância do espaço público na cidade contemporânea, a cidade genérica de Koolhaas, e a cidade do espaço público de Borja e Muxi, optando por uma dessas posturas como conceito urbano de projecto. Num segundo momento parti de uma investigação sobre os diversos tipos de espaço público tendo em conta a sua posição no território urbano. Desenvolverei mais tarde, e de uma forma mais aprofundada, o espaço público dos bairros que é o tema principal deste trabalho.

Num terceiro momento deste capítulo, centrar-me-ei sobre a ideia de centralidade urbana, e sobre a importância do equipamento como elemento central de trocas socio-económicas, e consequente requalificação urbana.

1.1 | O ESPAÇO PÚBLICO: DA CIDADE GENÉRICA, À CIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

Com o crescimento urbano caracterizado pela segregação e especialização do solo, a cidade apresenta agora importantes elementos de desqualificação e degradação. O espaço público tradicional entra em crise, através da dinâmica da propriedade privada associada ao crescimento dos programas imobiliários, da ocupação do sistema circulatório direccionado para o automóvel, da construção dos grandes centros comerciais. Estes assumem-se como os novos espaços de sociabilização, sendo espaços privados de uso comum cuja entrada é controlada e fortalece a estigmatização, constituindo *“ambientes com formas de sociabilidade provisórias e com processos de construção da identidade colectiva em torno de símbolos efémeros da cultura do consumismo”* (Torres, in Castro, p. 64, 2002)

A perda de importância do espaço público tradicional na cidade, levou a uma crescente discussão da sua importância para o “futuro da cidade”, tentando compreender qual o seu papel na cidade e na sociedade urbana.

Rem Koolhaas, em “A cidade genérica”, apresenta uma teoria muito particular.

O autor defende que os centros públicos tradicionais como as praças, as galerias, etc..., perderiam toda a sua importância na cidade do futuro, tendo em conta que a sua identidade estaria focada em logótipos. O espaço público tradicional daria lugar a edifícios síntese desta cidade genérica, como aeroportos e hotéis, que se vão tornando cada vez mais espaços abrangentes e representantes da vida estereotipada da aglomeração urbana. Cria-se assim uma cidade que se constrói hoje, e representa o futuro de todos. (Koolhaas, 2007)

Nesta cidade genérica, o deslocamento entre lugares ou a presença corporal é um dado secundário, tendo em conta que as actividades são feitas maioritariamente nos espaços virtuais (blogs, internet, telefone...), levando à condenação da individualidade do homem. O autor defende que a única movimentação presente neste modelo de cidade, seria feita apenas em sítios como, aeroportos, hotéis, centros comerciais, justificando que *“estar em trânsito, torna-se universal”* (Koolhaas, 2007, p. 20)

“(...) a persistência da obsessão concêntrica actual faz com que todos nós sejamos pessoas de ponte e túnel, cidadãos de segunda classe na nossa própria civilização, privados dos nossos direitos pela tola coincidência do nosso exílio colectivo de um centro” (Koolhaas, 2007, p. 26)

Koolhaas define a cidade genérica como um lugar sem história, onde o espaço suplanta o tempo, ironizando que nesta cidade, a “pá” seria substituída pelo avião. O autor, ao deixar de parte os espaços públicos tradicionais, defende que *“a cidade genérica é libertada do cativeiro do centro, da camisa-de-forças da identidade. A cidade genérica vai quebrar com o ciclo destrutivo da dependência: ela é apenas um reflexo da necessidade e da capacidade presentes. É igualmente estimulante e “destimulante” em qualquer lugar. (...) produzem-se novas identidades a cada manhã de segunda-feira”* (Koolhaas, 2007)

Esta nova cidade contemporânea é então desprovida de identidade, não havendo a necessidade de espaços públicos ou centros urbanos qualificadores, que lhe confirmem algum tipo de postura identitária no espaço urbano. Na realidade, Koolhaas defende que a cidade caminha para uma construção vertical, em que os arranha-céus se definem como a tipologia final, engolindo tudo o resto, argumentando que *“densidade no isolamento é o ideal.”* (Koolhaas, 2007)

Nesta cidade genérica defendida por Koolhaas, o homem passa a ter um papel mais político na sociedade, como consequência da sua “libertação” da ordem espacial, a cidade histórica perde a sua relevância para os fluxos e para os novos edifícios, e as relações sociais seriam completamente subjugadas à primazia do espaço.

Seria então “a cidade que se auto-reproduz sem “sentimentalismo”, sem a menor preocupação com uma singularidade que lhe seria própria, a cidade que nasce e renasce em função das necessidades e contingências, a cidade que engendra de maneira objectiva, pragmática, a sua própria morfologia. Seria também a cidade que cria o seu próprio passado, a sua própria história ao longo do tempo, sem se preocupar com os vestígios que simbolizariam o seu futuro, produzindo demolições sem a menor nostalgia.” (Jeudy, 2005,p. 98 - 99)



Figura 1 – Desenho de Toni Angeli que retrata a cidade Genérica de Koolhaas

Como oposição a esta ideia de cidade, surge Jordi Borja e Zaida Muxi, defendendo um modelo de cidade de espaço público. Os autores afirmam no seu livro, “Espaço público, cidade e cidadania”, que o espaço público central, “é um instrumento privilegiado da política urbana para fazer cidade sobre a cidade e para qualificar as periferias, para manter e renovar os antigos centros e produzir novas centralidades, para suturar os tecidos urbanos e para dar um valor cidadão às infraestruturas.” (Borja, Muxi, 2000, p.9)

Os autores começam por analisar o espaço público em paralelo com a evolução da cidade, reconhecendo a importância dos espaços públicos tradicionais, como as praças e as galerias, transformadas agora em centros comerciais, grandes cadeias de supermercados, aeroportos, etc. Constroem-se cada vez mais, ambientes na sua maioria repetitivos em padrões culturais e estáticos, aquilo a que Augé define como “não lugares”, onde os indivíduos agem numa lógica de contratualização solitária e não relacional.

Segundo Borja e Muxi, isto demonstra cada vez mais que a especialização destes espaços colectivos, leva a que o espaço público perca as suas funções fundacionais, das quais derivam todas as suas potencialidades. (Borja, Muxi, 2000)

“A cidade como sistema de espaços públicos debilita-se, tende a privatizar-se. Os centros comerciais substituem as ruas e as praças. (...) Os fluxos predominam sobre os lugares, e os serviços privados sobre os públicos. (...) Fisicamente a nova metrópole tende a segmentar mais que a integrar.” (Borja, 2000, p. 59)

É então que Borja e Muxi identificam a importância da *“cidade do espaço público”*, que pretende construir tecidos urbanos com vocação igualitária e aberta, funcionando como elementos referenciais produtores de sentido. Estes elementos públicos produzem diversidades e centralidades, e têm a capacidade de articular peças e funções diferentes.

Os autores defendem que o espaço público é portanto fundamental para a socialização da vida urbana. É nele que se expressa a diversidade e se produz intercâmbio. A negação do seu papel na cidade é *“a negação da cidade que é precisamente o isolamento, a exclusão da vida colectiva, a segregação”* (Borja, 2000, p. 67)

Defendem então que espaço público, incluindo as infraestruturas e os equipamentos, se assume como um elemento essencial no desenho urbano, e também como infraestrutura de integração e regeneração social. Tem a capacidade de articular bairros, e de proporcionar mecanismos que melhoram a qualidade de vida dos mais marginalizados.

Estes espaços públicos, podem ser criadores de centralidades onde antes não havia nada, facilitando mais mobilidades, favorecendo a visualização e a aceitação cidadã de bairros esquecidos ou mal considerados. (Borja, 2000)

Borja e Muxi concluem que o espaço público pode ser uma resposta eficaz a três tipos de desafios: urbanístico, sociocultural e político. Realizarão a sua complexa função integradora, através da combinação de uma função universal com uma função comunitária ou de grupo, o que faz com que a socialização seja um processo dialético que requiere tanto as funções entre todos, e em todas as direcções, como a integração de grupos de diferentes idades, culturas, classes e etnias. (Borja, Muxi, 2000)

“A concretização do espaço público como elemento determinante da forma da cidade é razão suficiente para lhe atribuir o papel de ordenador urbanístico e em primeiro lugar da trama urbana. (...) e como mecanismo essencial para que a cidade cumpra a sua função iniciática de socialização entre diferentes comunidades urbanas” (Borja, Muxi, 2000, p. 60)



Figura 2- Montagem de espaços públicos. Entre Espaços



Figura 3 – Fotografia de Rockefeller Plaza, Nova Iorque

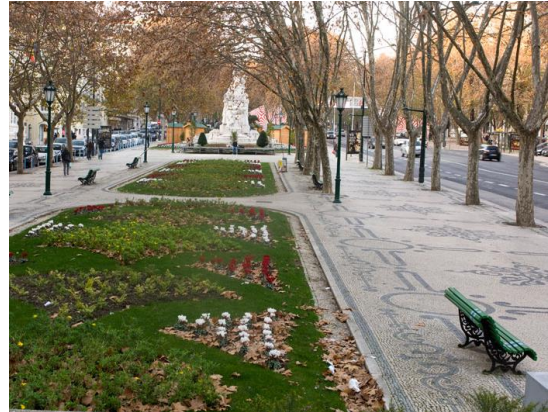


Figura 4 - Fotografia da Avenida da Liberdade, Lisboa



Figura 5 - Fotografia da Piazza del Campo, na cidade de Siena



Figura 6 – Fotografia do Trafalgar Square Park, em Londres

Podemos então ver nestas duas teorias distintas, dois modos de produção urbana. Por um lado a “cidade genérica” sem identidade e sem história de Koolhaas, onde as trocas entre indivíduos seria feita por meios virtuais, e o contacto físico estaria cada vez mais perdido.

Por outro lado temos a “cidade do espaço público” de Borja e Muxi, que apresenta um modelo urbano em que o espaço público funciona como elemento central e qualificador, fazendo renascer os contactos mais próximos entre as pessoas, e fornecendo identidade à cidade.

Após a análise destas duas perspectivas antagónicas sobre a importância do espaço público na cidade, irei assumir a postura de Jordi Borja e Zaida Muxi como ponto de partida para a requalificação do bairro Quinta do Mocho e a sua envolvente.

A Arquitectura deve transformar as fronteiras em orlas ou limites, onde seja possível fornecer mais experiências de interacção entre comunidades com diferentes classes sociais, culturas e etnias.. Defendo nesta dissertação que o Espaço Público e o Equipamento poderão ser elementos requalificadores urbanos, que farão diminuir a segregação social e urbana.

“É, pois, num momento em que a comunidade é violentada, discutida, fracturada, que aparece o espaço público como conceito operatório do planeamento urbano e como um instrumento político para enquadrar e reforçar o laço social” (Castro, 2002, p.57)

1.1.1 | TIPOS DE ESPAÇO PÚBLICO

A ideia de espaço público como elemento central de trocas socio-económicas, enquanto um lugar que permita que os estranhos se encontrem (Sennet, 2013), leva-nos ao conceito de miscigenação. Alexandra Castro apresenta, através de uma investigação levada a cabo por Piparde e Grané, a força de diferentes espaços públicos tendo em conta a sua posição no território urbano, na interacção entre diferentes comunidades— o centro da cidade; bairro; grandes centros comerciais; - a partir de uma análise de um conjunto de dimensões: “estatuto do espaço, morfologia (interior/exterior); acessibilidades (origem dos utilizadores, controlo de acesso, meios de transportes); miscigenação potencial; usos possíveis; tipos de actores em presença. (Pipar e Grané, cit in Castro, 2002).

Os resultados provenientes desta pesquisa são demonstrados no seguinte quadro:

	Centro da Cidade	Bairro	Espaços Comerciais das Periferias
Estatuto	Público	Público	Privado
Morfologia	Exterior	Exterior	Interior
Acessibilidade - Origem dos utilizadores	Metrópole, cidade, Proximidade	Proximidade	Metrópole, cidade, Proximidade
- Controlo de acesso	Livre a todos	Livre a todos	Indesejáveis excluídos
- Transportes	Acesso a toda a hora. Bom acesso multimodal	Acesso a toda a hora. Bom acesso peões	Dias/horas encerramento Bom acesso auto
Miscigenação potencial	Origens múltiplas	Proximidade	Origens múltiplas
Usos possíveis	Circulação, cultura, consumo diverso, político	Circulação, cultura, consumo alimentar	Consumo, alimentação, cultura
Actores legítimos	Cidadãos do centro do município, comerciantes	Habitantes do bairro, comerciantes	Clientes e comerciantes
Actores ilegítimos	Nenhum	Utilizadores não habitantes do bairro	Excluídos em geral

Tabela 1. Tipologia empírica de espaços públicos. Adaptado graficamente pelo autor.

Podemos verificar através deste estudo que o espaço público tem características variantes, tendo em conta a localização na cidade e as funções que oferece. Por um lado, os espaços públicos do bairro e da cidade, que favorecem a sociabilidade e garantem acesso a todos, e por outro o espaço privado dos centros comerciais, que se baseiam numa cultura de trocas materiais, numa lógica de consumo e cujo acesso é restringido a pessoas “indesejáveis”, contribuindo para a marginalização social.

No nosso caso, o espaço público do Bairro é o tema principal do trabalho, e procurar-se-á mostrar de que maneira uma possível intervenção nas imediações do bairro Quinta do Mocho, pode criar as características necessárias à interacção social, tendo em conta a sua função e posição no território.

Os espaços públicos do centro da cidade, que embora tenham alguns pontos idênticos com o espaço público do bairro, têm características completamente diferentes.

Pipar e Grané referem-se ao espaço público do centro da cidade como um lugar de anonimato. Nestes espaços existe uma tolerância face aos outros, em que o utilizador é raramente habitante, caracterizando-se como um espaço de uso ocasional, um espaço onde se rompe o isolamento mas se preserva o anonimato.

Em contrapartida, caracterizam o espaço público do bairro como um espaço de proximidade, onde cada um é objecto de controlo social. São lugares onde o isolamento se torna difícil e o anonimato é comprometido. As sociabilidades tendem a traduzir os estigmas da precariedade e da pobreza, que acentuam a segregação e a estigmatização dos bairros (Pipard e Grané, cit in Castro, 2002)

Se é verdade que o espaço público dos bairros tem esta vertente de anonimato, também contêm a possibilidade de um palco social onde as relações de vizinhança se transformam em relações de inter-ajuda e onde a festa é possível (Jacobs, 1966)

Tendo em conta estas duas dimensões do espaço público do bairro, propõe-se para a requalificação do bairro Quinta do Mocho, a construção de um espaço público qualificado, que sirva a sua envolvente e funcione como um centro local de requalificação dos bairros adjacentes, permitindo a troca entre as diferentes comunidades e culturas. Defendemos esta opção, tendo em conta que normalmente estes bairros são excluídos em territórios sem “lugares”, carentes de atributos e significados, contribuindo para a marginalização desses grupos desfavorecidos, e consequentemente enclausuramento e estigmatização social.

É essencial nestes espaços definir uma imagem específica composta por percursos, limites, zonas, nós e marcas, que se vão combinar de modo a conferir uma imagem identitária. Como afirma Lynch, a imagem só conhece a sua existência quando ligada a uma prática social. Não porque só se produz socialmente, mas porque a sua existência só acontece dentro das relações sociais, do mesmo modo que não existe linguagem sem palavras (Lynch, in Castells, 2002)

É importante considerar o potencial urbanístico gerador dos espaços públicos, promovendo equipamentos culturais e espaços de ligação (equipamentos esses que podem surgir como potenciadores da cidade, trazendo novas vias, paragens de autocarros, infraestruturas de esgotos, água, luz, etc.). Estes espaços têm o potencial social de se assumir como um espaço de todos, marcado pela diversidade de funções e de usuários, transformam-se em espaços do quotidiano dos jogos, das relações casuais, ou habituais com os outros. (Borja, 2000)

1.1.2 - ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS SOCIAIS

Em relação aos espaços públicos do bairro Quinta do Mocho, constata-se que os pátios comuns que foram desenhados com o intuito de abraçar trocas sociais, na realidade, encontram-se nas traseiras dos edifícios e sem qualquer lógica de ligação social entre vizinhos, criando espaços sem vida. As pessoas não sentindo uma lógica de pertença nesses lugares, deixam-nos ao abandono.



Figura 7 – Fotografia Pátios comuns Quinta do Mocho



Figura 8 – Fotografia Edifícios Quinta do Mocho

Jorge Cavaleiro, numa análise que faz dos programas (PIMP), e (PER), do qual nasceu o bairro Quinta do Mocho, defende que na realidade, esses projectos destruíram em parte a sociabilidade e a solidariedade presentes nos bairros de barracas, por soluções que acabaram por individualizar e isolar as famílias realojadas.

Os novos bairros acabaram por criar espaços públicos obsoletos que não incentivam a integração, a sociabilidade, e a troca. São espaços marcados pela falta de preocupação dos órgãos públicos na sua manutenção, em contraste com os espaços exteriores dos bairros das classes média-altas.

Quando ocorre a situação destas duas realidades se situarem lado a lado, como é no caso da Quinta do Mocho com a urbanização Terraços da Ponte, o prejuízo identitário causado pela imagem estigmatizante, contribui ainda mais para que os grupos desfavorecidos se sintam cada vez mais excluídos, até a um ponto em que a situação se torna intolerável para os grupos marginalizados.

O confronto social é então uma maneira de se afirmarem perante a sociedade. Estamos perante àquilo a que Rémy chama os “efeitos específicos do espaço” (Rémy, cit in Cavaleiro, 2002)

“Os realojados empenham nesses conflitos todo o seu ser social, ainda que, muitas vezes eles não tenham praticamente nenhuma base objectiva. O que está em causa, o que eles manifestam, é a luta aberta para auferir através do realojamento alguma espécie de promoção social” (Cavaleiro, 2002, p. 99)

Este confronto social, leva à insegurança das classes mais altas e consequentemente ao seu encapsulamento, como maneira de se protegerem destes “perigos”. Perde-se assim a base social da cultura urbana.

Chegamos então ao centro do que Innerarity considera a encruzilhada pós-moderna dos espaços públicos, onde a sensação de diferença e fragmentação exasperada, vai tornar a socialização nos espaços públicos possivelmente marcada pela formação de *“guetos, tribos e castas, cada um a demarcar o seu espaço e incrustar-se nos seus respectivos lugares”* (Innerarity, 2006, p.121)

A emergência de uma nova ética urbana nestas áreas marcadas pela diferenciação e consequente segregação, é premente. Qualquer programa elaborado para estes territórios marginalizados, neste caso o programa da requalificação urbana a partir do espaço público e equipamento, pode servir como um instrumento de coexistência social e de miscigenação. Pode funcionar como um elemento de agregação urbana, cultural e social, um centro de trocas, e interações entre diferentes comunidades, dando resposta à insegurança, ao encapsulamento, à individualização, e à marginalização que marcam estas realidades territoriais específicas.

1.2 | EQUIPAMENTO COMO MONUMENTO

Como podemos constatar nos capítulos anteriores, através da análise de teorias e pensamentos de vários autores apresentados, o espaço público pode funcionar como uma centralidade requalificadora num determinado território.

Alguns espaços públicos estão ligados a um equipamento colectivo com a capacidade de estruturar um determinado território, numa tentativa de arrancar a residência à fatalidade do subúrbio, conotando-o de identidade e sentido na estrutura da cidade. O equipamento colectivo parece então como um elemento essencial na *“re-fundação da morfologia urbana de nova-dimensão que estruturam a cidade como arquitectura, envolvendo nesse projecto grande parte das funções urbanas”*. (Portas, 2011, p. 26)

Estes equipamentos vão ter o papel de satisfazer as necessidades das populações próximas, promovendo o contacto e o desenvolvimento entre elas, e contribuindo para o desenvolvimento económico, social, e cultural das áreas em que se inserem.

1.2.1 | O EQUIPAMENTO COMO DEFINIÇÃO DO CENÁRIO PÚBLICO E DE NOVAS CENTRALIDADES

Os equipamentos públicos centrais vão funcionar, segundo Borja, Muxi, e Portas, como Monumentos, assumindo-se como *“elementos de referência, que marcam diferenças ou atribuem identidade e significado(...) Estes equipamentos podem gerar espaço público novo ou animar o que já existe(...)”* (Borja, Muxi, 2000, p. 53)

Estes equipamentos vão “criar” espaços de transição e de encontro, através de actividades efémeras ou permanentes, desde serviços públicos (ensino, assistência social, saúde, administração...); a serviços económicos (mercados, lojas..); a serviços culturais, de lazer, e desportivos (bibliotecas, auditórios, campos de jogos, salas polivalentes...).

De facto a noção de polivalência nestes espaços, oferecendo diversas opções culturais, sociais e laborais, é crucial para a miscigenação, integração social e centralidade local.

Os espaços de transição criados por estes equipamentos colectivos, possibilita uma nova forma de utilização do espaço público, criando uma *“relação dinâmica entre a rua e o espaço edificado, possibilitando diferentes formas de espaço de transição, como esplanadas, pátios, espaços abertos, passagens, terraços e outros.”* (Borja, Muxi, 2000, p. 53), criando Arquitectura em lugares destrutturados.

No caso de comunidades estigmatizadas, como as da Quinta do Mocho, estes espaços públicos dotados de equipamentos colectivos vão conferir uma centralidade ao território onde o bairro se insere, e possivelmente criar um sentido de um *direito à cidade*, nessa comunidade marginalizada.

Salgueiro afirma que se verifica maior incidência e expansão destes equipamentos colectivos qualificadores, nos casos daqueles que respondem às necessidades de ocupação dos tempos livres, que tem como resultado um aumento dos tempos de lazer, e consequentemente a satisfação dos residentes ao nível das suas necessidades básicas. (Salgueiro, 1992).

Estes lugares públicos centrais vão fazer com que estes grupos marginalizados se possam sentir orgulhosos do seu entorno, assumindo-se como um ponto de igualdade, e fornecendo características de segurança, visibilidade, iluminação, e heterogeneidade. (Borja, Muxi, 2000)

Numa entrevista não directiva dirigida a um morador do bairro, João de 50 anos, o entrevistado refere a importância de existirem espaços onde os moradores possam conviver uns com os outros, esbatendo o conflito entre os mesmos.

“Seria muito importante um lugar para as crianças brincarem e estudarem. Um lugar onde tivessem condições de jogar à bola, era o melhor para nos darmos mais com os vizinhos, com os habitantes de bairros “rivais”. Faríamos torneios de cabo verdianos contra guineenses, sempre é uma maneira de se resolverem conflitos sem que tenhamos de atirar uns aos outros. Claro que estou a exagerar, mas um espaço assim poderia criar laços de amizade que agora são restringidos pelos próprios gangues que só querem guerra. E um espaço para os miúdos irem para lá estudar. Nós aqui no Bairro temos algumas associações que ajudam as crianças depois da escola com os trabalhos, e fazem algumas coisas para lhe ocupar o tempo de maneira que eles não vão ter com os “perdidos” daqui, mas não têm boas condições, e são normalmente antigos cafés e pequenos armazéns que são adaptados. O importante é ter espaços assim que levem a que as pessoas, e as crianças principalmente, ocupem o seu tempo, para não andarem a fazer disparates.” (João, entrevista a um morador do Bairro Quinta do Mocho)

A posição do nosso entrevistado vai de encontro à defendida por Borja e Muxi, onde os autores defendem a importância de aliar um espaço público a um equipamento sociocultural em zonas marginalizadas. A conceção de um espaço público aliado a um equipamento sociocultural é reforçado pelos autores como *“um mecanismo essencial para que a cidade cumpra a sua função iniciática de socialização de crianças, adolescentes e jovens, de colectivos marginalizados ou considerados de “risco”*. (Borja, 2000, p.60)

“(...) estes sectores populares são precisamente perigosos porque são postos de parte, reclusos em territórios sem lugares, carentes de atributos e significados, onde não se sentem orgulhosos da sua casa e do seu bairro, e assim não é possível construir a sua dupla identidade de cidadãos: do seu bairro e da sua cidade” (Borja, Muxi, 2000, p. 60), criando através do conflito, a sua reivindicação social. Estes elementos públicos podem ajudar a colmatar algumas necessidades e desigualdades num determinado território.

Por outro lado, o carácter de Monumentalidade da forma Arquitectónica aparece não como a construção de elementos desconexos do seu entorno, como se pode constatar em grande parte das construções do período moderno, mas como uma relação simbólica, com uma função de chamariz entre estes e a sua envolvente, funcionando como um elemento qualificador dos espaços e edificações adjacentes.

É necessário ter em conta a importância e a eficácia destes equipamentos enquanto monumentos qualificadores. Estes elementos têm em si a capacidade de desenvolver a multiculturalidade, criar acessos e centralidade no território, conotar as zonas de valor simbólico, polivalência, uso social intenso, fomentar novos “públicos”, e aumentar a auto-estima e reconhecimento social onde não existem. Em suma, contribuir para dar sentido e identidade à vida urbana de um território marginalizado.

“Estos proyectos pueden ser creadores de centralidades donde antes no había nada, facilitando más moviidades, favoreciendo la visualización y la aceptación ciudadana de barrios olvidados o mal considerados en la medida en que se tengan en cuenta estos objetivos y no únicamente los específicos u originarios.” (Borja, Muxi, 2000, p. 68)

1.2.2 | CORBUSIER E O CENTRE CIVIQUE: O ESPAÇO PÚBLICO, A CENTRALIDADE

Neste capítulo será feita uma análise da solução do Centre Civique de Saint Dié do Arquitecto Le Corbusier, percebendo a partir de que maneira, uma centralidade dotada de um espaço público e de equipamentos colectivos, pode ser uma solução válida de requalificação de um território urbano.

O centre civique segue o raciocínio até agora demonstrado, como uma solução encontrada por Le Corbusier de conferir uma centralidade nobre que estrutura e articula um território, dotando-a de equipamentos públicos/colectivos inseridos num espaço público. Esta solução tem como objectivo requalificar territórios desarticulados, em que um marco ou uma centralidade funcione como uma rótula de ligação aos espaços adjacentes, estando implícita a relação entre partes numa estrutura urbana, equilibrando e harmonizando a cidade.

Este pensamento vai seguir os estudos feitos nos capítulos anteriores, onde se procura criar, através de uma renovação urbana, um centro a partir do local surgiria um meio local de requalificação nos conjuntos de habitação adjacentes, colmatando as necessidades e carências de uma população a nível social, cultural, político e económico.

Castells (1983) reconhece esta vertente na temática da centralidade, onde vê que a criação dos “ *centros cívicos(...)* são inspirados pela ideia de reconstituir uma unidade social em torno da sede de comunicação criada por um local central.” (Castells, 1983, p. 312)

CENTRE CIVIQUE DE SAINT-DIE

Após a 2ª Guerra Mundial, França havia sido fustigada pelos bombardeamentos, o que forneceu a Le Corbusier a oportunidade de apresentar as suas ideias inovadoras ao nível urbano, apresentando os planos de Saint Dié, Saint-Gaudens, La Rochelle, La Palice, Vieux Port, Marseille Veyre e Marseille Sur. A ideia do Centro Cívico de Saint Dié e da reorganização urbana subjacente, vai ser considerada pelo próprio Corbusier como o protótipo da cidade corbusiana daquela época.

O plano de Saint-Dié foi elaborado entre Abril de 1945 e Fevereiro de 1946, onde Le Corbusier vai aproveitar a oportunidade para aplicar os princípios da Carta de Atenas, em que o desenho do Centro Cívico teria como objectivos, a relação com a paisagem, e funcionar como “*O coração da cidade (...). Uma verdadeira acrópole dedicada à inteligência e ao civismo reinará então sobre os lugares que presenciaram a pior das desordens*” (Corbusier; cit in, Sequeira, 2012, p. 92)

A ideia urbana consistia numa cidade sem periferia que se estendia indefinidamente através de uma sucessão de adições planeadas por Corbusier, em que no seu centro, apareceria o espaço público que intitularia de Centre Civique. Seria caracterizado por uma planta quadrangular que iria conter edifícios de uso colectivo, colmatando as necessidades urbanas, sendo composto por *“edifícios municipais (camara e centro de administração), edifícios comerciais, edifícios ligados ao artesanato e ao turismo, bem como espaços para espectáculos e manifestações da vida política. Trata-se de espaços públicos de administração, representação e glorificação do colectivo dos habitantes desta cidade”* (Sequeira, 2012, p. 9)

“O centro Cívico contém uma composição estabelecida de acordo com um equilíbrio entre a massa de cada volume e a sua posição relativa no espaço, e não corresponde a uma simetria axial” (Sequeira, 2012, p. 12)

No plano urbanístico que Le Corbusier elaborou para Saint-Dié, o centro cívico ir-se-ia desenvolver no espaço sobre o eixo que une a catedral e a igreja (elementos que ele decidiu manter intactos junto com a estação ferroviária), e ao longo de uma franja que lhes é perpendicular, onde seria definido o lugar da vida pública da cidade. O Centro Cívico teria os seus limites definidos, a norte e a sul, a partir de pavimentos de diferentes materiais, e a oeste e a este, por duas das oito unidades de habitação que ele desenhou para a cidade. É então eleito um espaço público por excelência.

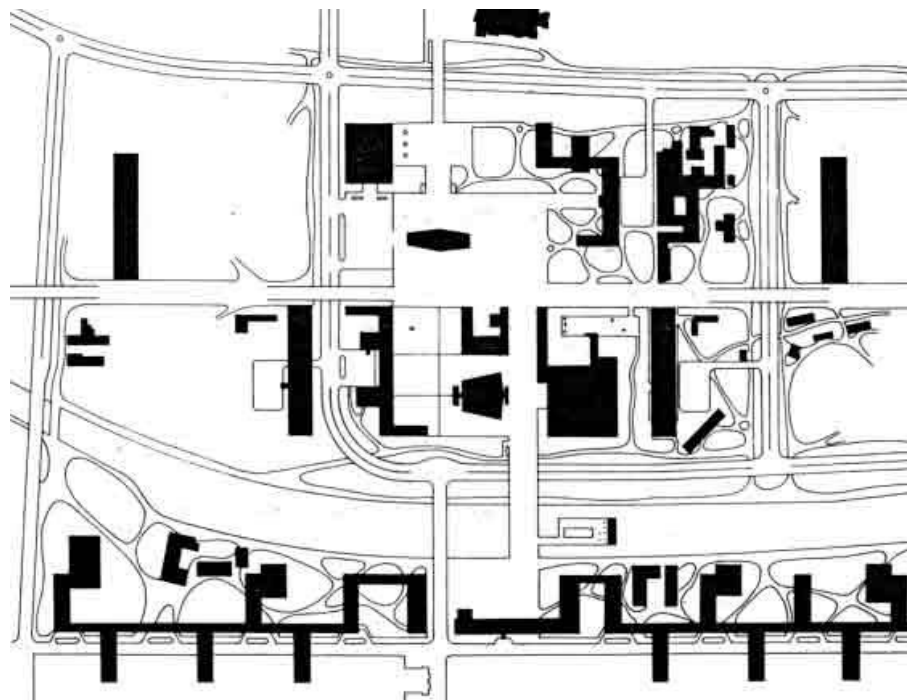


Figura 9 – Planta Urbana plano Saint-Dié

No período Grego, o espaço central público era caracterizado pela planta irregular onde se encontravam os principais edifícios religiosos e de gestão, a chamada acrópole. Corbusier baseando-se nesse conceito, cria um quadrado, que irá ter o papel de “alto centro” como a acrópole grega. (Sequeira, 2012)

Neste projecto Corbusier dá grande importância à relação entre circulação de peões e a circulação automóvel no centro da cidade. Vai então criar as principais vias de circulação automóvel em redor do centro cívico, sendo totalmente *“subordinadas aos edifícios e aos espaços públicos, mantendo-se periféricas relativamente ao recinto. As vias de circulação pedonal relacionam os vários pontos da cidade.”* (Sequeira, 2002, p. 16)

“ Centro cívico está interdito a automóveis de passagem: está reservado aos peões.” (Corbusier; cit in Sequeira, 2012, p. 8)

Le Corbusier deu também grande importância à paisagem, conferindo um estrutura espacial aberta ao Centro Cívico, onde os próprios edifícios iriam conferir escala e termo de comparação à paisagem circundante, funcionando como cortinas que vão sucessivamente mostrando e ocultando a paisagem.

“Através do Urbanismo e da Arquitectura, os sítios e a paisagem podem entrar na cidade ou, dela, constituir-se como um elemento plástico e sensível determinante. Um sítio ou uma paisagem não existem senão através dos olhos. Trata-se por conseguinte, de torna-los presentes no melhor do seu conjunto ou das suas partes” (Corbusier, cit in Sequeira, 2012, p. 14-15)

Duval remata a teoria do centro cívico, afirmando que: *“o centro cívico é o lugar proeminente da cidade, o seu coração e o seu cérebro.”* (Duval, cit in Sequeira, 2012, p. 26). Estamos perante as fundações de um exemplo paradigmático de um espaço público moderno.

Este caso de estudo é apresentado por conter características importantes na concepção do equipamento e espaço público propostos. O centro Cívico de Saint Dié apresenta um conjunto de equipamentos e espaços públicos que assumem um carácter de centralidade em relação ao seu entorno urbano, tanto pelos seus usos, como pela sua arquitectura.

O equipamento proposto aliado a um espaço público, tem como objectivo incorporar estas características do Centro Cívico de Saint-Dié, apresentando-se como um elemento âncora no território urbano em que se insere, tanto pelo seu carácter programático como arquitectónico. O projecto tende a funcionar assim, como uma centralidade urbana requalificadora do seu entorno próximo.

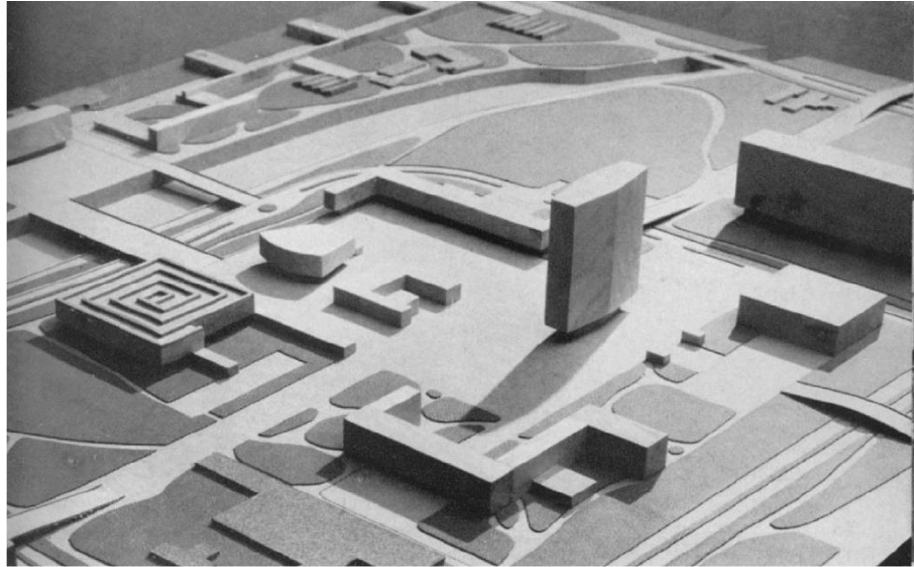


Figura 10 – Maqueta do Centro Cívico de Saint Dié

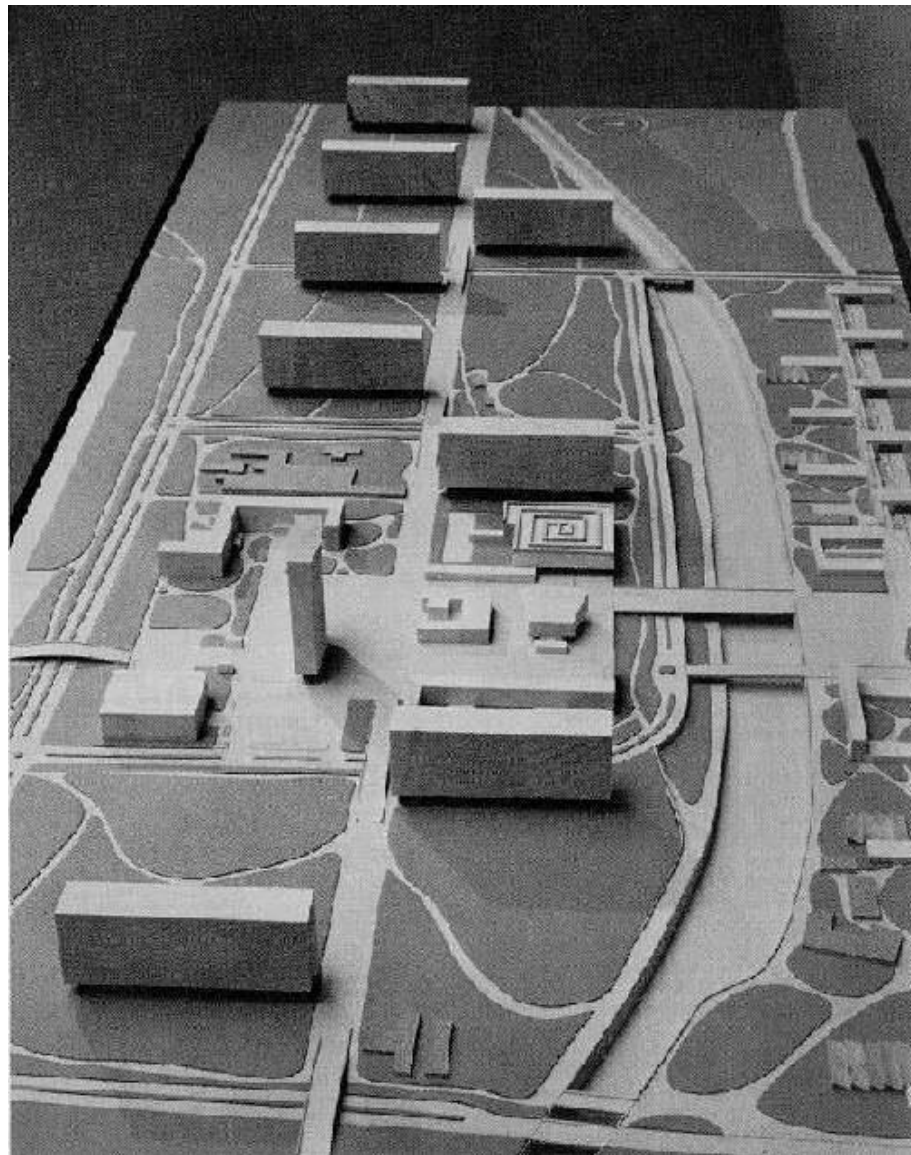


Figura 11 – Maqueta do Plano Urbano de Saint-Dié

1.3 | CENTRALIDADE URBANA

“(...) a problemática da centralidade coroa as utopias urbanísticas e teorias da cidade” (Castells, 1983, p. 310)

Castells nesta afirmação pretende demonstrar a importância do centro ao longo dos diferentes períodos urbanísticos, e de que maneira a concepção de um centro num determinado território, pode criar relações entre a cidade e a sociedade. O autor dá o exemplo das cidades europeias da época medieval, em que o centro é a partida da urbe, naquele caso caracterizada pela imagem da catedral na cidade, tendo um papel integrador e simbólico.

Assume-se portanto desde logo, o papel de um dado centro no tecido urbano como um elemento principal de ligação na cidade, com a capacidade de promover apropriações, usos, funções, e funcionar como um palco de comunicação entre actores. O autor não assume o centro como uma unidade espacial definida, mas como um elemento de ligação de funções e actividades, favorecendo a comunicação de uma estrutura urbana. (Castells, 1983)

“É o centro enquanto núcleo lúdico, concentração de lazeres e base espacial das luzes da cidade” (Castells, 1983, p. 313)

O centro adquire as condições necessárias para reforçar a integração social, e colmatar as necessidades do homem enquanto actor num sistema urbano disperso, constituindo uma unidade social em torno de um ponto comunicativo que é criado por este lugar central.

“(...) trata-se de criar um pólo integrador, visível e organizado em função das unidades urbanas que queremos integrar” (Castells, 1983, 312)

Isto levanta a questão de que independentemente da realidade urbana dispersa, o centro emancipa-se dessa realidade envolvente que o abraça, assumindo-se como um local com capacidade de atrair para si pessoas que vão viver o espaço ocasionalmente, ou pessoas que o usam de maneira permanente, com o intuito de encontrar as respostas às suas necessidades sociais, profissionais, de consumo ou lazer.

O centro vai-se portanto caracterizar como um local onde são feitas as trocas, e coordenador de actividades descentralizadas e dispersas. Mas é importante esclarecer que o centro não define necessariamente a estrutura urbana, mas é entendido como um indicador de limites. (Castells, 1983)

Castells fortalece esta ideia através de uma citação de Johndon, em que o mesmo afirma que a localização de um centro “ (...) *assinala o centro ecológico, mas não forçosamente o centro geográfico da região*” (Johndon, cit in Castells, 1983, p. 316)

Este pensamento acompanha o crescimento da cidade e a sua extensão para as periferias, o que levou à criação de novos centros, que tiveram como resultado uma “*cidade de cidades*”, e onde o “*centro são os centros*” (Borja, Muxi, 2000).

A cidade contemporânea é caracterizada não por um centro principal, mas por vários centros dispersos ao longo da urbe. Estabelece-se assim o que Teresa Salgueiro denomina de uma ordem hierárquica de funções e usos de uns centros em relação a outros. Esta ligação entre uns centros ao centro principal através de uma hierarquia, vai criar um “*sistema urbano*” ou uma “*rede urbana*”, em que “*cada lugar recebe de um centro de ordem superior artigos que envia para os de ordem inferior e para a sua área de influência. (...) Esta hierarquia dos lugares decorre da que existe nas funções, sendo o nível de cada um determinado pelo nível mais alto das funções centrais nele presentes.*” (Salgueiro, 1999, p. 106)

O sistema hierárquico que Salgueiro defende, pressupõe que a cidade integra dois tipos de níveis de centros com escalas de actuação diferentes, ao nível de bairro, e ao nível da cidade. O centro ao nível da cidade pressupõe a diferenciação entre dois tipos de centro, o “centro de proximidade”, que fornece os bens de uso corrente, e o “centro principal”, como o que tem capacidade de oferecer todos os outros. (Salgueiro, 1992).

Em contraposição à escala da cidade, em que os centros se encontram funcionalmente dispersos entre si, à escala do bairro surge um centro que oferece funções essenciais com o intuito de se dirigirem à população do lugar e arredores. São lugares de proximidade, caracterizados por serem os palcos com maior possibilidade para a “*teatralidade do jogo social*” (Sennet, 1979), lugares onde as pessoas vão predominantemente a pé, onde se encontra tanto os vizinhos e os amigos, como os “outros”.

Seguindo esta lógica de pensamento, Castells (1983) caracteriza uma centralidade num território em 3 categorias distintas: o centro simbólico e integrador; o centro que faz trocas e coordena as actividades descentralizadas; e centro enquanto núcleo lúdico e concentração de lazeres.

O primeiro define como um lugar que para além de permitir a sua ocupação, permite “*uma coordenação das actividades urbanas e uma identificação simbólica e ordenada destas actividades, e daí, criar as condições necessárias à comunicação entre actores*”. Como exemplo a imagem da catedral na cidade medieval. O autor defende que a sociedade e o espaço estão sempre em

interacção, e que a centralização dos símbolos tenderá a exprimir e dar força a esta integração. (Castells, 1983)

Define o segundo centro como um lugar onde se sediam os serviços mais importantes no funcionamento de um território, em que as actividades fundamentais seriam: o comércio e a gestão administrativa, financeira e política. Caracteriza-se então pela troca de bens e serviços, coordenação e direcção das actividades descentralizadas. (Castells, 1983)

O centro lúdico é um centro que valoriza o seu entorno urbano, e concentra os lazeres, com as suas estratégias ligadas ao “consumo”. (Castells, 1983)

O autor reconhece que o centro dentro destas 3 categorias, não existe por si, mas resulta *“de um processo social da organização do território.(...) ele exprime as forças sociais em acção e a estrutura da sua dinâmica”* (Castells, 1983, p. 313)

Podemos chegar à conclusão que a noção de centro, bastante utilizada pelos urbanistas, pode ser entendida na sua vertente sociológica, tendo em conta que acaba por exprimir mais um conteúdo do que uma forma. As suas formas e o seu traçado acabam por se ligar e articular numa estrutura simbólica.

Dentro desta perspectiva, Castells (1983) chega à conclusão que *“estamos na presença de uma simbolização própria à estrutura espacial enquanto forma”* (Castells, 1983, p. 305). Esta simbolização é-nos dada pela imagem inerente à forma. O autor vai-se apoiar em Kevin Lynch para reforçar esta ideia.

Para Lynch *“uma imagem urbana tem uma série de conteúdos físicos precisos, que concorrem juntos para a formação de cada imagem específica, (...) que se combinam de forma a conferir-lhe uma identidade, inserida numa estrutura e provida de um sentido”*, e afirma que em cada forma existe um sentido social sempre exterior e amplamente arbitrário, e defende que *“só existe imagem quando ligada a uma prática social”*. (Lynch, cit in Castells, 1983, 305)

A identificação de centralidades num território, está ligada à imagem que um dado território nos dá, sendo determinante para o comportamento social e psicológico dos habitantes nesse mesmo território. A forma e o espaço social estão intimamente ligados numa relação recíproca.

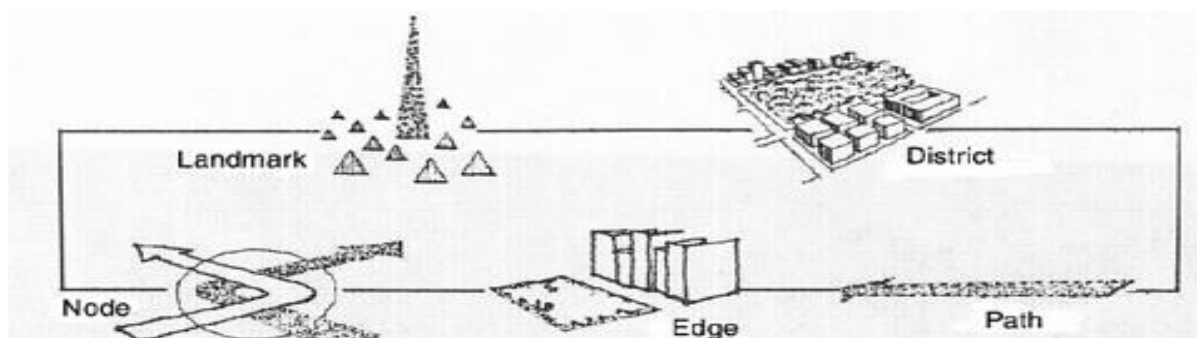


Figura 12 – Esquema da Imagem da cidade de Lynch

O centro vai sendo então complementado por esta emoção colectiva, não se assumindo apenas como um lugar geográfico mas também como um palco social. Assume-se não apenas pelas suas características físicas e territoriais, mas também pela *“ligação de certas funções ou actividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana.”* (Castells, 1983, p. 314)

Borja e Muxi reforçam esta ideia assumindo o centro como um lugar onde existe a concentração de população e de actividades, um lugar que propicia a mistura social e funcional, com capacidade de autogoverno, configurando uma identificação simbólica ao lugar envolvente que propicia a participação cívica. Estes centros públicos garantem à cidade a imagem de *“um lugar de encontro, de intercâmbio, cidade como cultura e comércio. Uma Cidade de lugares e não unicamente como um espaço de fluxos”* (Borja, Muxi, 2000, p. 24)

O centro público, criando uma nova centralidade social e económica, aparece aqui então como um elemento capaz de colmatar as carências sociais e urbanas de uma ou mais comunidades. Tem a capacidade de otimizar a mobilidade e a acessibilidade de um território que se encontra carente ao nível de ligações à cidade, dotando-o de novos eixos e marcos que referenciem os lugares. (Borja, Muxi, 2000)

O Bairro da Quinta do Mocho e a sua envolvente próxima é um exemplo de um território próximo de centros estruturantes da cidade de Lisboa, onde a construção de uma nova centralidade, tendo em conta os aspectos sociais, culturais e económicos, pode conseguir uma melhor integração social com a população que habita na envolvente urbana, bem como entre os moradores do bairro.

2 | CIDADE E ARQUITECTURA

Este capítulo desdobra-se em dois grandes momentos: no primeiro, “cidade e arquitectura”, apoiando-me na investigação de Teresa Barata Salgueiro abordarei o problema do crescimento “sem controle” dos subúrbios da cidade de Lisboa nos anos 60 e 70 e da paralela formação dos bairros clandestinos abarracados, bem como dos bairros sociais de iniciativa estatal.

Seguidamente analisarei o bairro da quinta do Mocho, começando por apresentar a sua contextualização territorial, social e regulamentar. Posteriormente desenvolverei um diagnóstico do bairro onde tive em conta os aspectos morfológicos, sociais e políticos.

Termino com uma análise SWOT que me permitiu conhecer melhor o espaço urbano e social da Quinta do Mocho e estabelecer os objectivos que possam melhorar a qualidade de vida dos seus moradores.

2.1 | FRAGMENTAÇÃO URBANA: O FENÓMENO DAS PERIFERIAS URBANAS

Na sequência de um processo de industrialização, durante o séc XIX, até ao início do séc XX, surgem os chamados “primeiros subúrbios” na cidade de Lisboa. Com o desenvolvimento das indústrias e dos portos, assiste-se ao declínio das “cidades” do interior do país e ao paralelo crescimento de alguns núcleos habitacionais nas imediações das duas grandes cidades, Lisboa e Porto.

Parece que a então recente dinâmica urbana apontava para o início de uma nova fase demográfica, a de expansão, com a criação de uma segunda coroa metropolitana que envolve a anterior. A cidade de Lisboa deixa de gravitar em torno de um centro, mas de vários.

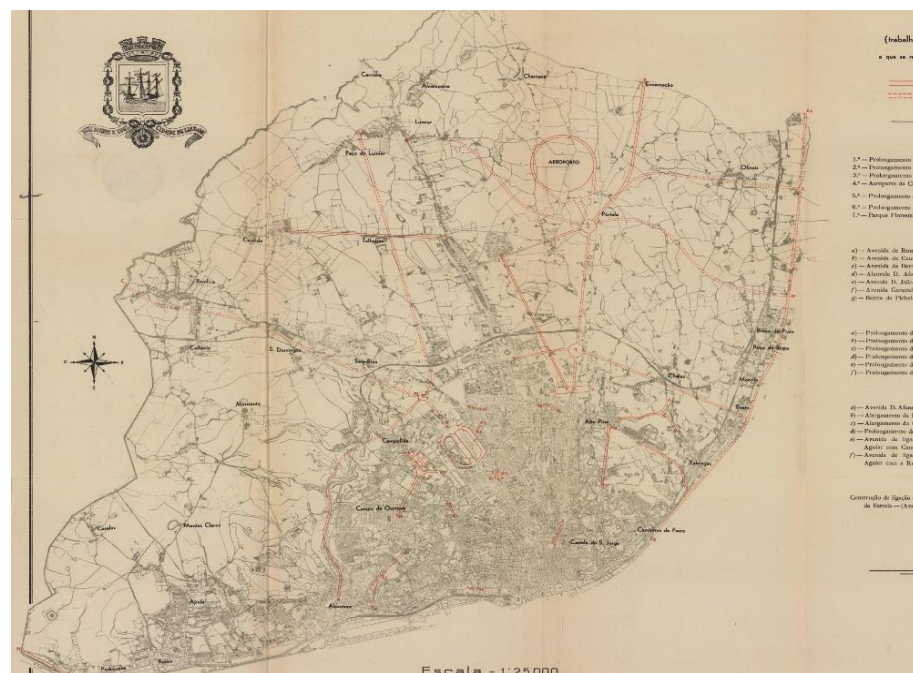


Figura 13 – Mapa Militar da cidade de Lisboa, 1935

Por volta dos anos 60, em Lisboa, dá-se o início do grande surto suburbano marcado pela migração de pessoas oriundas essencialmente do interior agrícola, à procura de melhores condições de vida na cidade. Por outro lado, verifica-se uma incapacidade de resposta pública na resolução do problema da habitação em relação a esta afluência populacional, o que levou à expansão da cidade nos concelhos suburbanos, onde pequenos lugares duplicam de população de 10 em 10 anos.

Acompanhando estes movimentos populacionais e a crescente urbanização nas franjas suburbanas, surgem os grandes promotores imobiliários, que vão implementar o loteamento sem controlo por parte do Estado, dando origem à “cidade não planeada” (Jorge, 2010 ; 144).

Passamos a assistir “ao loteamento ilegal de importantes áreas da periferia urbana com poucas expectativas de urbanização, por razão da sua fraca acessibilidade, más condições topográficas e de exposição, ou impedimentos urbanísticos”. (Salgueiro, 2001, p. 203)

Posteriormente, em meados dos anos 70, dá-se outro grande afluxo populacional na coroa suburbana, marcado pelo fim da guerra colonial, com o consequente retorno de muitos portugueses que habitavam as colónias, e pela imigração de pessoas de origem africana, que vieram para Portugal procurar melhores condições de vida.

Sucederam-se assim os anos de grande crescimento demográfico, principalmente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), que levou a um crescimento urbano espontâneo (Salgueiro, 1992).

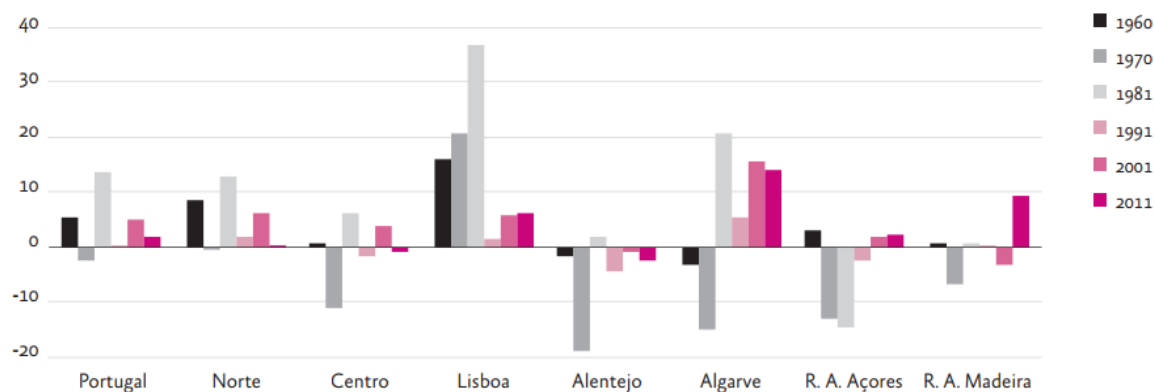


Figura 14- Gráfico Variação percentual da população residente em Portugal.

A urbanização espalha-se assim pelo meio rural, criando paisagens mistas e uma urbanização difusa, onde os bairros servem de suporte ao importante crescimento periférico. (salgueiro, 1992). A periferia passa então a ser caracterizada pela dispersão territorial dos conjuntos habitacionais implantados, que veio a agravar a fragmentação do tecido urbano já de si bastante difuso.



Figura 15 – Mapa Densidade do edificado na cidade de Lisboa

Como consequência desta urbanização espontânea e intensiva, marcada pela uniformidade territorial e pela especulação imobiliária, assiste-se em alguns territórios, a uma grande concentração de recursos e apoios, e noutros, à sua escassez, como é o caso dos Bairros sociais e dos Bairros clandestinos, originando diferenciação e dualidade social. (Lefebvre, in Sequeira, 2001)

As populações carenciadas, não tendo capacidade económica para pagar os preços das casas do mercado imobiliário, são postas de parte da realidade urbana, procurando alojamento em bairros de barracas ou em investimentos baratos com escassos espaços e serviços comunitários, habitando em soluções destinadas aos grupos com poucos recursos.

Proliferam assim os bairros sociais e os bairros Clandestinos.

2.2 | BAIROS SOCIAIS, BAIROS CLANDESTINOS: O FENÓMENO DA MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

A incapacidade de resposta do governo a esta afluência populacional nos anos 60 e 70, levou a que grande parte destas populações carenciadas construíssem as suas próprias casas por não terem condições económicas para obter habitação. Criam-se assim zonas abarracadas em loteamentos privados livres, que eram autênticos bairros ilegais degradados, como é o caso do nosso, o bairro da Quinta do Mocho.

“Os bairros de barracas que se formam com esta migração, devido à falta de capacidade do governo português de responder a este grande fluxo, adicionaram-se ou substituíram os nacionais preexistentes, gerando por vezes situações de tensão e conflito” (Salgueiro, 2001, 60)

Surge então em meados dos anos 70, uma decisão governamental de *“dar prioridade definitiva” à eliminação das barracas e ao realojamento imediato das populações residentes nas centenas de bairros precários que durante décadas e de Norte a Sul, constituíram a solução espontânea de auto-alojamento para as camadas insolventes da população urbana*” (Cavaleiro, 2002, p.91)

É então que o governo, em parceria com as autarquias, cria dois programas de erradicação de bairros abarracados, com o objectivo de criar novas urbanizações de carácter social com novas acessibilidades, arranjos exteriores dos espaços, e servidas de equipamentos e infra-estruturas essenciais. Nasce em 1987 o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), e em 1993 o Programa Especial de Realojamento (PER), do qual nasceu o bairro Quinta do Mocho.

Mas segundo Teresa Salgueiro os programas acabaram por não ser pensados como uma política de estratégia de promoção e inserção social, pelo contrário, a construção de habitação social vai-se fazer por meio da edificação de pequenos bairros, no geral localizados perifericamente em relação ao centro urbano, e caracterizados por apresentarem *“(...) deficientes equipamentos nestes núcleos dormitórios que apresentam muitas carências em termos de comércio e serviços.”* (Salgueiro, 2001, p. 50 - 51)

Os seus habitantes consideram como os principais aspectos negativos, a falta de arranjo dos espaços exteriores e de convívio, o mau estado dos pavimentos, os deficientes acessos viários, e a ausência de equipamentos e serviços essenciais, tais como farmácias, serviços recreativos, serviços de saúde e de assistência. (Salgueiro 1992)

Acabam por se constituir zonas desqualificadas e socialmente homogêneas, isoladas em relação à cidade, situando-se principalmente em áreas de exclusão que têm um maior impacto na coroa suburbana intercalar, apresentando elevados níveis de segregação. O urbanismo moderno acentua assim as diferenças entre centros e periferias, fortalecendo o isolamento e a exclusão entre partes, acabando por ser um instrumento de separação.

As soluções então realizadas por estes programas, com o intuito de integrar estas populações no contexto da cidade, acabaram por ter o efeito contrário. Na realidade, *“(...) a má imagem que se formou e se foi cristalizando durante o período em que viveram no bairro antigo, apesar da requalificação, os moradores estão convencidos que se manteve depois da transferência para o novo cenário habitacional”* (Cavaleiro, p. 97 2002).

Por outro lado, as antigas relações de vizinhança que existiam nos antigos bairros abarracados, são substituídas por espaços pouco estimulantes de contacto e interação social, levando a uma autonomização das famílias e ao seu enclausuramento. Estes aspectos estão presentes em quase todas as soluções de bairros sociais, apresentando neste trabalho abaixo como exemplos: o bairro Quinta do Mocho (fig 16.), o bairro das Sapateiras (fig 17.) e o bairro do Zambujal (fig 18.), todos pertencentes ao concelho de Loures.



Figura 16 – Fotografia do Espaço público na Quinta do Mocho



Figura 17 –Bairro das Sapateiras



Figura 18 –Bairro do Zambujal

Em paralelo com o crescimento da construção clandestina e dos bairros sociais nos subúrbios de Lisboa, por volta dos anos 80, surgem os condomínios privados de classe média-alta. O sucessivo abandono das zonas históricas pelas classes média-altas, e o desejo desses grupos de disporem de casas mais baratas, maiores, e com melhores condições, leva à construção de condomínios fechados na periferia, apresentando uma dimensão simbólica bem acentuada, que procuram individualizar estes grandes projectos em relação à realidade envolvente, acabando por renegar os espaços/comunidades adjacentes.

Assiste-se cada vez mais a uma crescente polarização social, onde os grupos de rendimentos elevados crescem paralelamente com o aumento da base social constituída pelos grupos marginalizados.

Salgueiro ao analisar o crescimento da cidade e a constituição dos subúrbios, refere-se à noção de “fragmentação do espaço”, demonstrando que esta polarização social tem como consequência *“uma segregação espacial – simultaneamente funcional e social. É possível identificar a nível micro maior complexidades com verdadeiros enclaves de luxo no seio de alojamentos populares, ou pelo contrário, barracas ao lado de conjuntos de luxo. É a esta geografia micro a que chamamos fragmentação do espaço.”* (Salgueiro, 2001, p.119)

Podemos identificar esta realidade no caso de estudo, o bairro Quinta do Mocho, encontrando-se adjacente a um condomínio de classe média-alta, a urbanização Terraços da Ponte.



Figura 19 – Fotografia Bairro da Quinta do Mocho



Figura 20 – fotografia de um bloco habitacional da urbanização Terraços da Ponte

De facto, a mais tardia ocupação destes subúrbios pela classe média-alta só veio a piorar uma situação de marginalização social existente, havendo grandes diferenças de habitabilidade e preocupação por parte dos órgãos públicos nos espaços inerentes aos condomínios privados, em contraste com os bairros marginalizados.

A distribuição dos alojamentos no espaço reflecte então esta dimensão socioeconómica. Caracterizada pelo acesso diferenciado a cada grupo social, assume-se como um elemento importante de segregação sócio-espacial, onde a habitação se apresenta como condição de promoção social dos diferentes grupos sociais.

Visto que os grupos mais desfavorecidos não conseguem concorrer com os grupos de classe média-alta na progressão habitacional, as desigualdades sociais vão gerar gerar processos bastante diferenciados de apropriação de habitação, que leva a uma postura de estigmatização e consequente conflito social por parte das comunidades mais pobres. As novas soluções de realojamento social mantêm o estigma que *“nas representações exteriores, assimila todo o bairro a uma identidade negativa, conotando-o com a degradação e a insalubridade e associando os seus habitantes à delinquência e à criminalidade”* (Cavaleiro, 2002, p. 97)

Os bairros sociais que teriam como objectivo realojar as pessoas e criar uma situação nova de habitabilidade, na realidade mantêm o estigma da pobreza, da marginalidade, de pessoas que pertencem a diferentes classes sociais, presente nos bairros de barracas que substituiu.

Todos estes aspectos provocam o enclausuramento destas comunidades estigmatizadas. No entanto, Ledrut (cit in Castro), afirma que um dos aspectos mais importantes de todos estes elementos é a questão do isolamento do bairro, afirmando que *“ o isolamento de uma colectividade de habitat, densa e fracamente diferenciada, é a condição determinante da pressão social mais intensa e das tensões mais vivas”* (Ledrut, cit in Castro, 2002, p. 161)

A cidade perde assim a sua capacidade de integração e coexistência social. O urbano torna-se palco de conflitos entre classes e fracções de classe, consequência da organização social, económica e política, que se reflecte na organização espacial, acabando por aumentar esses conflitos sociais. O espaço deve servir para minimizar esses conflitos, e não como um outro elemento que incentiva a essa dualidade social.

Devemos procurar eliminar as barreiras socio espaciais que existem entre essas comunidades, e transformá-las em limites, limites vivos que permitam a existência de um tipo de negociação entre diferentes comunidades e culturas, *“lugares onde há imensa interacção, e onde duas diferenças se unem. Vem desde Darwin, na maneira como diferentes animais se reproduzem, comem uns aos outros. Os limites são lugares de trocas e interacções.”* (Sennet, 2013)

Na sequência desta breve análise, surge então um estudo relativo ao bairro Quinta do Mocho e à sua envolvente urbana, tentando compreender qual a melhor estratégia e intervenção que poderá requalificar o bairro e a sua envolvência. Como Alexandra Castro afirma apoiando-se em Ascher, é necessário a existência de espaços específicos, espaços comunitários “entre nós”, onde as comunidades possam desenvolver as suas práticas, com o objectivo de *“se evitar que não sejam reprimidas ou que ao contrário, não constituam fatores de exclusão ou de conflitos”* (Ascher, cit in Castro, 2002, p. 177).



Figura 21 – Identificação dos Bairros sociais na AML e centros estruturantes da cidade (EXPO, centro histórico)

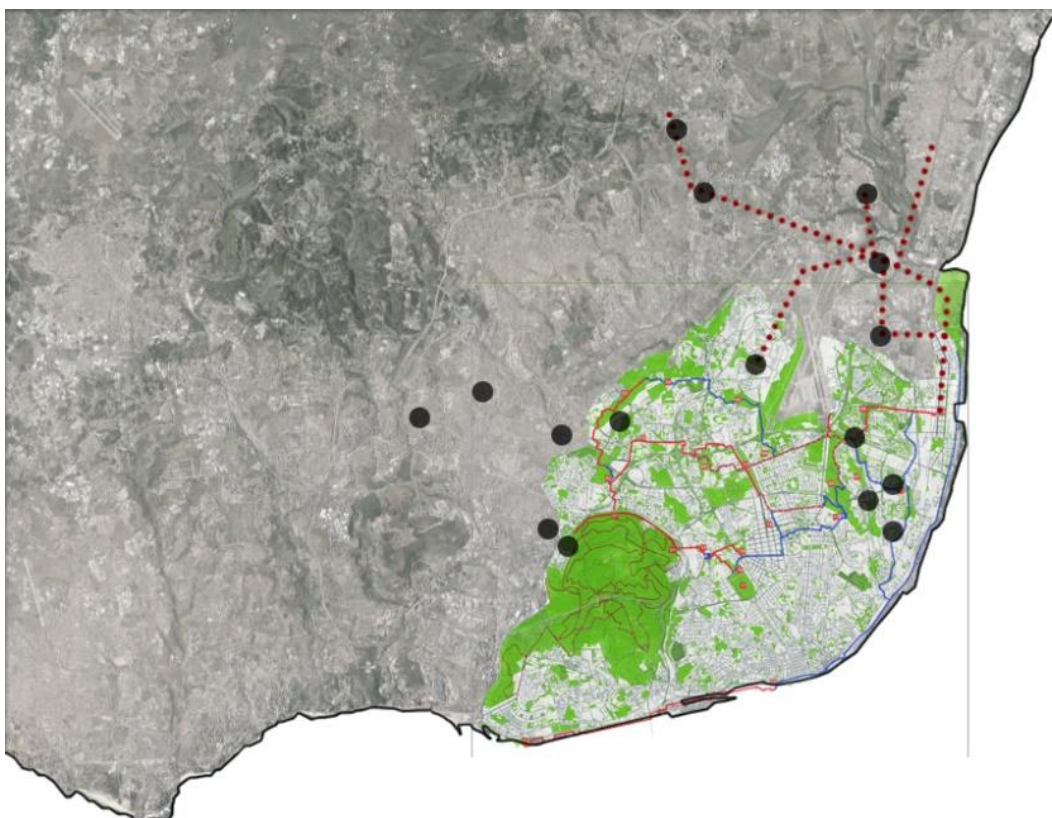


Figura 22 – Identificação dos Bairros sociais, zonas verdes e ciclovias existentes . Extremo norte desenha-se percursos de ligação a este rede verde/pedonal

2.3 | O BAIRRO NA CIDADE: BAIRRO DA QUINTA DO MOCHO



Figura 23- Mapa de Lisboa, Concelho de Loures, Bairro quinta do Mocho

2.3.1 | ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A presente análise foi elaborada em grande parte na disciplina de Laboratório de Projecto VI, orientada pelo professor Pedro Dias Pimenta Rodrigues.

O bairro Quinta do Mocho é um bairro social que se situa na freguesia de Sacavém, pertencente ao concelho de Loures, distrito de Lisboa. É limitado a sul pela freguesia do Prior Velho, a oeste pela freguesia de Camarate, e a norte pela freguesia da Apelação. A este situa-se o centro de Sacavém que faz a passagem para a zona da Expo. O Bairro tem como a sua envolvente próxima a urbanização Terrços da Ponte de classe média-alta, e uma zona de armazéns industriais.

A sua envolvente física é composta a norte por um grande declive, e a este pela Auto-estrada. A sul encontra-se a ligação com o centro de Sacavém e as entradas da auto-estrada que fazem a ligação viária com o resto da cidade, e a oeste tem ligação viária com a freguesia de Camarate.

O bairro Quinta do Mocho é composto por 91 edifícios com cerca de 680 fogos e caracteriza-se por:

- Poucos pontos de acessibilidade e mobilidade colectivas;
- Espaços públicos obsoletos;
- Deficiente ligação urbana com a sua envolvente;
- Défice de equipamentos colectivos;
- Falta de tratamento público na estrutura verde;
- Carência de espaços verdes de utilização colectiva;
- Carência de espaços públicos qualificados;
- Falta de Manutenção exterior do edificado.



Figura 24- Mapa Concelho de Loures



Figura 25 – Mapa da Quinta do Mocho e envolvimento próxima

2.3.2 | ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E REGULAMENTAR

De modo a elaborar uma solução que qualifique o bairro Quinta do Mocho, é importante fazer um estudo das diferentes políticas de intervenção adoptadas pelo governo português. Numa escala urbana, será usado o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML).

Numa escala de bairro, será estudado o Plano Director Municipal do Concelho de Loures, onde se insere o bairro Quinta do Mocho, servindo como guia de orientação nas possíveis intervenções que qualifiquem melhor a zona onde este se insere, gerando um território mais sustentável e com melhor qualidade de vida.

PROT-AML

A elaboração Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, procura definir uma política de ordenamento do território metropolitano que seja capaz de promover uma nova organização espacial, que garanta um crescimento equilibrado das actividades humanas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O concelho de Loures, do qual faz parte o bairro Quinta do Mocho, está inserido no primeiro anel envolvente da AML, e é definido como um território que se desdobra e apoia o centro da AML, constituindo-se como um conjunto de polos vocacionados para equipamentos e serviços. (CCDR LVT, 2002)

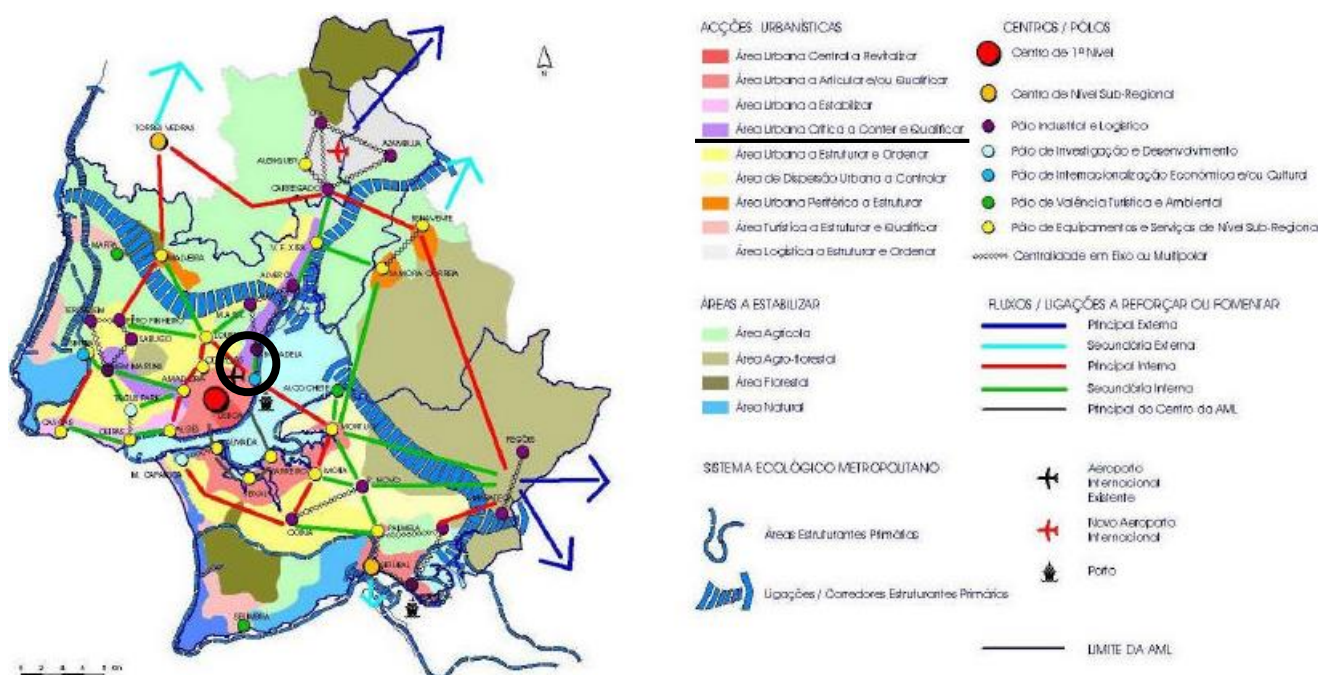


Figura 26 – Dinâmicas Territoriais da AML

Loures é classificado como um espaço emergente no território, caracterizado por *“ocupações obsoletas ou em desactivação que tendem a ser reconvertidas ou renovadas”*. Podemos ver no esquema de modelo territorial que a freguesia de Sacavém se encontra numa Área Crítica a Conter e Qualificar. A sua posição na AML e a dimensão das áreas a renovar, criam condições ao *“desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas, com a instalação de actividades dinâmicas e inovadoras.”* (CCDR LVT, 2002, p. 28)

O PROT-AML define diferentes unidades territoriais específicas, das quais, fazendo a fronteira à Grande Lisboa, se pode identificar a unidade Arco Urbano Envolvente Norte, da qual faz parte a zona Caneças/Odivelas/Loures. Esta unidade é definida pela sua situação periférica de transição em relação ao centro de Lisboa, e é caracterizada por incluir situações de fragmentação urbana, falta de estruturação e conflitualidade de usos (CCDR LVT, 2002).

É salientado no PROT-AML, que *“Esta unidade, no seu conjunto e devidamente estruturada, pode constituir o espaço de remate onde as fronteiras da franja urbano-rural da AML norte se estabilizam.”* (CCDR LVT, 2002, p. 49)

TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Inserido no PROT-AML, este plano visa a fortalecer a utilização do transporte colectivo em detrimento do transporte individual na AML, definindo coroa a partir do seu centro, criando assim raios de intervenção em relação aos transportes colectivos, de 10km (que define o núcleo central), de 20km (segundo núcleo), e de 30km (terceiro núcleo).

O concelho de Loures e o bairro Quinta do Mocho inserem-se no primeiro núcleo, fazendo parte da área em relação ao centro da cidade que aposta no desenvolvimento da rede de Transportes Colectivos (TC), dando primazia em relação ao transporte individual.

O PROT-AML define que nesta área *“(…) é importante considerar o desenvolvimento de uma forte conectividade da rede de TC, assente numa eficaz multimodalidade e no privilegiar das ligações directas, nomeadamente entre os principais centros de emprego e de comércio e as áreas mais densamente habitadas. Desejavelmente dever-se-á caminhar para um sistema de títulos multimodais que permitam a utilização indiferenciada de todos os modos de transporte à disposição da população”* (CCDR LVT, 2002, p. 67)

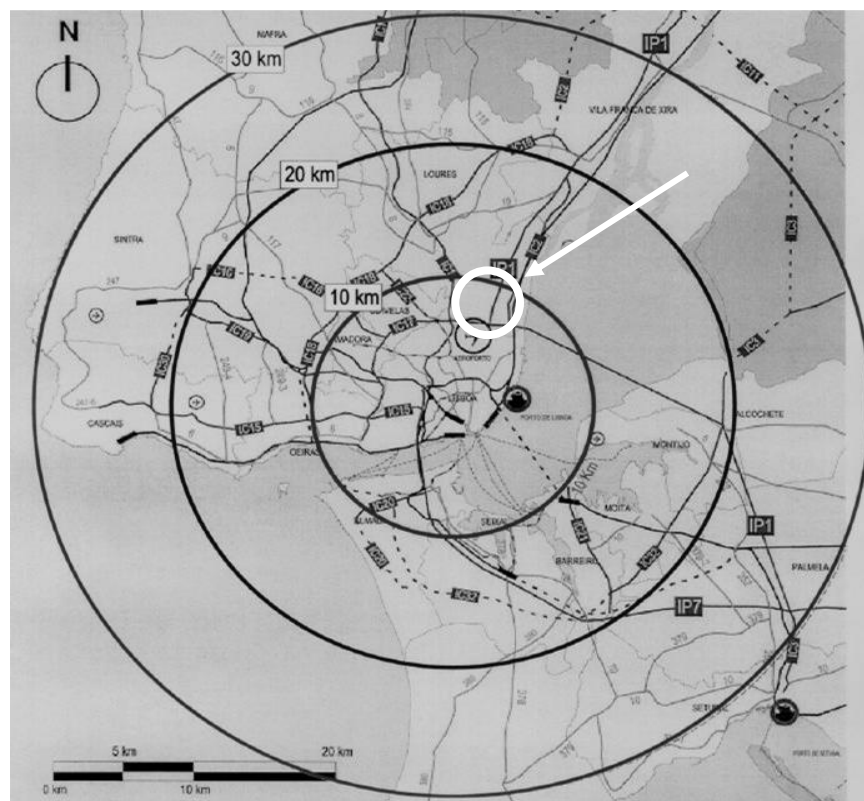


Figura 27 – Mapa dos Raios de 10, 20, 30 km a partir do Centro Histórico

PDM LOURES

O Plano Director Municipal estabelece, *“a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização colectiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos”* (CCDR LVT, 2002)

De modo a concretizar uma futura intervenção no território em que se insere o bairro Quinta do Mocho, é importante elaborar uma análise mais pormenorizada sobre a caracterização territorial prevista no PDM de Loures.

O PDM de Loures estabelece 6 objectivos e eixos estratégicos de desenvolvimento principais para Sacavém, sendo eles:

- Modernizar a base económica existente;
- Atrair e apoiar novos investimentos privados;
- Melhorar a qualidade de recursos humanos e emprego;
- Dotar o concelho de infraestruturas económicas modernas
- Desenvolver e diversificar o turismo
- Desenvolver as infraestruturas de acessibilidade.

De modo a atingir estes objectivos e incentivar um maior desenvolvimento económico em Sacavém, o PDM de Loures define como programa a: expansão, inovação e diversificação das actividades ligadas aos sectores primário e terciário, especialmente serviços; realocação das unidades implantadas nas áreas industriais; Fracção de actividades inovadoras “terciário avançado”; Novas centralidades urbanas.

No processo de qualificação do bairro Quinta do Mocho, são assinalados no PDM terrenos ou parcelas que são propícios para a instalação de equipamentos colectivos, um dos quais será a localização da proposta desta PFM. Na planta de classificação e usos do solo inserida no PDM de Loures, podemos observar a Norte do bairro, uma zona marcada como uma oportunidade de localização de equipamentos e outros usos de interesse público, ao lado de uma zona verde de interesse e lazer. Será o terreno usado para a concretização da proposta desta PFM, do equipamento colectivo/espço público.



Figura 28 – Planta de Usos do Solo Urbano

Solo Urbano

Solo Urbanizado - Espaços Residenciais

- Consolidadas Habitacionais
- Habitacionais a Reestruturar
- Habitacionais a Reestruturar e Legalizar

Solo Urbanizado - Espaços de Actividades Económicas

- Indústria e Terciário a Reestruturar

Solo Urbanizado - Espaços de Uso Especial

- Consolidadas de Equipamentos e Outros Usos de Interesse Público

Solo Urbanizado - Espaços Verdes

- Verde de Protecção e Enquadramento
- Verde de Recreio e Lazer

Solo Urbanizável - Espaços Verdes

- Verde de Recreio e Lazer
- Áreas de Requalificação Ambiental

ÁREA DE INTERVENÇÃO

Podemos concluir, ao analisar o mapa, que nos deparamos com um terreno com bastantes oportunidades de vista, e de usos do solo públicos, fornecendo a possibilidade de remate da lógica urbana envolvente. Este terreno fornece a oportunidade de uma centralidade urbana local, com a possibilidade de materilaizar um espaço público por excelência servido de um equipamento com diferentes usos, qualificando os Bairros envolventes.



Figura 29 – Mapa demonstrativo da área de intervenção desta PFM

Figura 30 – Vista
do Terreno de
intervenção



Figura 31 – Vista
do Terreno de
intervenção



Figura 32 – Vista
do Terreno de
intervenção



Figura 33 – Vista
do Terreno de
intervenção



2.4 | DIAGNÓSTICO DO BAIRRO

2.4.1 | CARACTERIZAÇÃO/EVOLUÇÃO URBANA

A análise da evolução urbana foi feita através de mapas antigos, que datam desde 1792 até aos dias de hoje. Esta análise irá permitir uma compreensão mais aprofundada das origens do bairro Quinta do Mocho e da sua envolvente.

Em finais do séc XVIII e inícios do século XIX, Sacavém começa a ganhar uma importância acrescida devida ao contínuo crescimento geo-demográfico da cidade de Lisboa. A urbanização começa a despoletar à volta do rio por motivos de trocas comerciais, caracterizada por uma configuração densa. Ao longo do tempo as vilas e aldeias vão-se desenvolvendo ao longo das vias principais de conexão.

No início do séc XIX constroem-se estradas e fortes que iriam integrar a linha defensiva a norte de Lisboa. Nestas construções destacam-se a estrada militar (que ainda existe), o forte do Monte de Cintra, e algumas estruturas de suporte do exército. Entre estas estruturas, a este do forte principal, foi construído um ponto militar chamado a “Bateria do Mocho”.

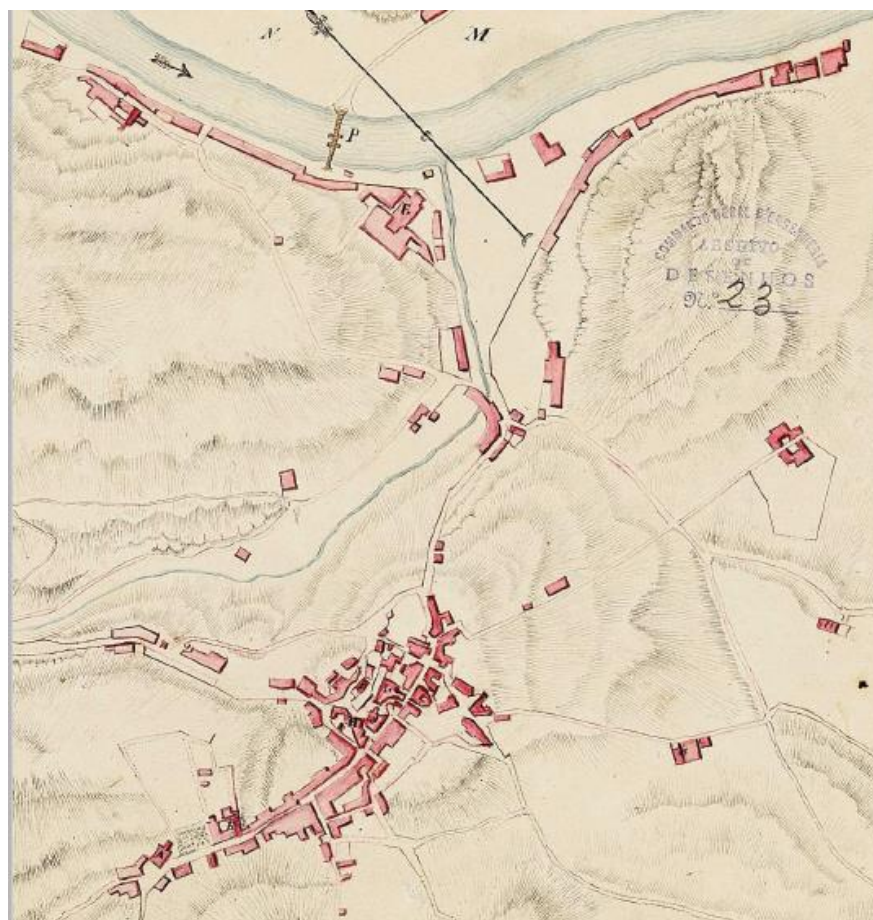


Figura 34 – Planta de Sacavém, 1792

Em 1856 é concretizada a linha de ferro que vai ligar Lisboa centro ao Carregado, passando por Sacavém, sendo o elemento principal de crescimento da urbanização de Sacavém nos anos seguintes. Podemos concluir através da análise dos seguintes mapas, que após a instalação da linha de ferro, os edifícios começaram-se a espalhar pelo território próximo, não apenas ao longo da linha de água, mas ligados também ao território agrícola. As ruas secundárias multiplicam-se com a crescente urbanização.



Figura 35 – Planta urbana de Sacavém 1856

É importante referir, que a sucessiva construção urbana para zonas mais interiores do território, é em parte consequência da industrialização, que tirou vantagem da posição de Sacavém e da nova linha de ferro. As pessoas, que vieram da zona rural para a cidade trabalhar nas fábricas, habitavam a envolvente próxima das fábricas industriais.

Durante o séx XX a urbanização cresceu de maneira dispersa e desordenada, existindo pouca informação sobre o que aconteceu ao local até aos anos 70/80. Por esta altura alguns edifícios haviam sido construídos, muito provavelmente clandestinamente, e mais tarde deixados ao abandono. O bairro Quinta do Mocho nasce neste cenário, em que a população ilegalmente ocupou duas torres, que se situavam onde hoje é a urbanização Terraços da Ponte, de construção inacabada, com apenas os elementos estruturais à vista. A população foi crescendo cada vez mais, e a partir do momento em que estes espaços deixaram de ter capacidade de albergar mais pessoas, a população começou a construir barracas à volta destas torres. Nasceu assim o bairro de barracas.

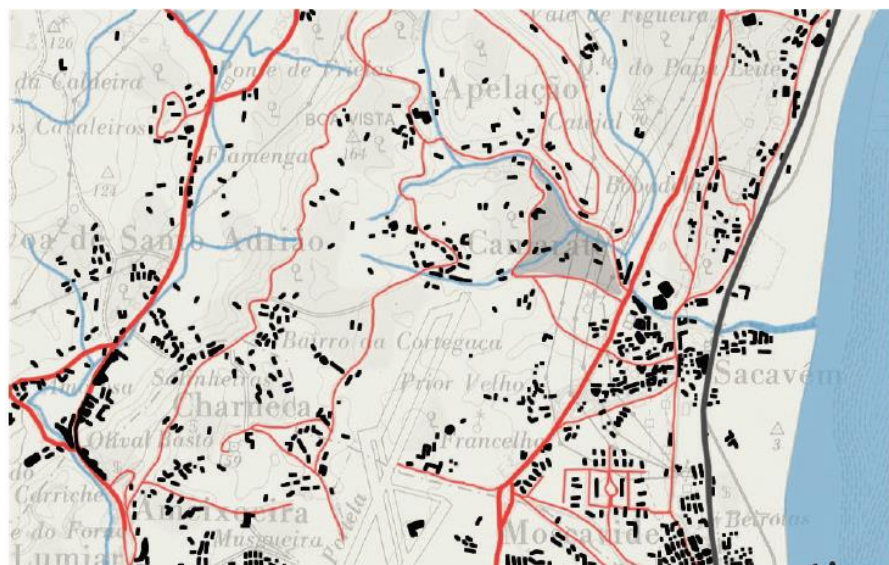


Figura 36 – Planta urbana 1970

Em 1997 foi elaborado um levantamento para determinar o número de população que residia nas construções ilegais, para mais tarde proceder ao realojamento dessas pessoas em melhores habitações.

No processo de realojamento, as zonas abarracadas e as torres foram demolidas, dando lugar ao novo bairro social. Nasce assim em 2001, a Quinta do Mocho.

O bairro Quinta do mocho cresceu sem praticamente envolvência urbana, existindo apenas nas suas imediações uma zona de armazéns industriais, denominada de Quinta de São João das Areias, desenhando-se assim um cenário de exclusão urbana. Uns anos mais tarde, surge a urbanização de classe média alta Terraços da Ponte, que veio a trazer nova procura e oferta, originando um supermercado e um centro de saúde nas imediações.

Desenha-se assim um cenário urbano de uma grande dualidade social, desqualificado e desconexo.

2.4.2 | CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DO EDIFICADO

O edificado da Quinta do Mocho é composto por uma tipologia base de 4 pisos, um de comércio e 3 de habitação. A construção do Bairro foi feita em tempo mínimo, e como consequência a construção não é de grande qualidade, usando o isolamento por fora rematado por reboco. Ao longo do tempo o isolamento foi-se degradando, podendo-se encontrar em alguns casos, os isolamentos esburacados e as paredes estruturantes à vista para o exterior.

Como já foi referido, a entrada dos edifícios é efectuada pelas ruas viárias, sendo que as traseiras dos edifícios, estão viradas para os pátios comuns das habitações, transformando-os em zonas obsoletas e sem vida, tornando os fluxos viários e pedonais periféricos em relação a estes pátios públicos.



Figura 37 – Fotografia Quinta do Mocho



Figura 38 – Fotografia Quinta do Mocho

A zona industrial é composta maioritariamente por edifícios de apenas R/C, servindo maioritariamente como armazéns. Os Terraços da ponte, uma urbanização bastante mais qualificada, apresenta boas condições construtivas, e é composto por edifícios entre os 6 e 8 pisos, sendo o piso térreo usado para acesso a garagens particulares, ou comércio. Os espaços exteriores encontram-se arranjados, notando-se, ao contrário da Quinta do Mocho, uma preocupação dos órgãos públicos na manutenção exterior da urbanização.



Figura 39 – Zona Industrial



Figura 40 – Fotografia Terraços da Ponte

A POPULAÇÃO DA QUINTA DO MOCHO

A Quinta do Mocho abriga cerca de 2600 moradores, dos quais aproximadamente 700 compreendem idades entre os 0 e os 18 anos. As famílias são provenientes principalmente dos PALOP, com predominância de Cabo Verde, Angola e Guiné Bissáu.

A maior parte das famílias, muitas delas alargadas e com pai ausente, são caracterizadas por terem um estatuto socioeconómico vulnerável, sendo desempregadas ou com trabalhos precários, e com profissões pouco qualificadas. Quando empregadas, a maioria tem trabalhos domésticos ou em comércio e restauração.

A nível escolar, a população mais velha não tem em muitos casos o grau do 9º ano de escolaridade, alguns são mesmo analfabetos, e muitos jovens desistem logo após o ensino obrigatório.

As faixas etárias mais jovens, ao viver numa condição de marginalização social, sem emprego e sem ocupação, encontram-se numa posição estagnada e sem rumo, levando normalmente para o crime, álcool e drogas, condições que acentuam a estigmatização agravada pelos media. Estes aspectos acabam por contribuir para a segregação e isolamento da Quinta do Mocho.

A população dos Terraços da Ponte já tem uma origem diferente. Composta por estratos de classe-média alta, são caracterizadas por terem um estatuto socioeconómico estável e um grau de escolaridade superior.

MORFOLOGIA URBANA

O estudo da morfologia urbana centra-se na forma urbana, analisando as suas características exteriores, físicas e a sua evolução ao longo do tempo, permitindo-nos assim analisar e compreender a transformação do território urbano.

A análise morfológica permite-nos compreender as características específicas do território urbano, e a importância dos seus elementos morfológicos que são compostos pelos pavimentos, edifícios, as fachadas, o mobiliário urbano, o quarteirão, a rua, a praça, o pátio, a vegetação... O bairro Quinta do Mocho localiza-se geograficamente num “beco urbano”, encontra-se delimitado por elementos físicos bastante fortes a norte e este (o declive geográfico, e a Autoestrada respectivamente), que funcionam como fronteira/barreira em relação ao centro. Estas barreiras, incluindo a zona industrial, limitam as ligações deste território urbano à sua envolvente, conectando-se apenas a sul e a oeste.



Figura 41 – Mapa das Barreiras físicas envolventes do Bairro

OS BAIRROS: TRAÇADO URBANO

O bairro Quinta do mocho foi arquitectado como um conjunto de edifícios desenhados sobre uma malha ortogonal, que cria um conjunto de pátios comuns com ligação às traseiras dos edifícios, originando assim palcos potencialmente sociais, em zonas obsoletas, sem vida pública, como elementos como acessos habitacionais ou pontos de comércio poderiam fornecer. O próprio espaço público é organizado sem intenção evidente do seu uso. As ruas destinadas ao automóvel, atravessam o bairro a este e norte, e são o espaço de acesso às habitações. Esta disposição viária fornece pouca comunicação com a sua envolvente, criando um percurso confinado à realidade do bairro.

A este do bairro situa-se a urbanização dos Terraços da Ponte, cuja malha urbana se relaciona a 45º com a malha do bairro. A disposição é mais livre que a malha da Quinta do Mocho, criando ligações mais fluidas, mas que se encontra também sem vida pública, caracterizado por ruas que são marcados pelos acessos habitacionais e etradas de garagem, notando-se uma indiferença da população residente na vida pública do espaço exterior.

Definindo a “passagem” entre os dois bairros, encontra-se uma grande avenida marcado por um grande eixo natural, sem qualquer tipo de manutenção pública, que cria uma grande barreira entre estas duas realidades distintas.

A rua criminaliza-se e perde a sua função geradora de trocas comerciais, o espaço público é posto de lado nas políticas urbanas, e os residentes sentem-se marginalizados.



Figura 42 – Mapa cheios e vazios do Bairro e da sua envolvente

2.4.3 | EQUIPAMENTOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O bairro da Quinta do Mocho é caracterizado por não ter edifícios que alberguem, na sua totalidade, uma infraestrutura pública/colectiva preponderante, à excepção da Igreja. O edificado do bairro é maioritariamente habitacional, pontuado por pouco comércio, algumas associações (muitas vezes espaços pequenos e adaptados para o uso pretendido), um cabeleireiro, e cafés. Os cafés, economicamente mais bem sucedidos no bairro, transformam-se em locais de encontro entre vizinhos. À volta do bairro começam a surgir ofertas mais qualificadas, como o Centro Cultural de Sacavém, o Centro de Saúde e o Pingo Doce.

Podemos constatar através do mapa apresentado, que o território urbano não possui alguns equipamentos públicos capazes de estruturar um território, dotado maioritariamente de comércio ou restauração.

A implantação de ofertas públicas como uma escola, serviços, espaços culturais, espaços públicos de jogos e lazer, etc. pode transformar este território, e conferir uma identidade central ao nível local, redefinindo as realidades urbanas desfragmentadas, e aproximando as diferentes comunidades.

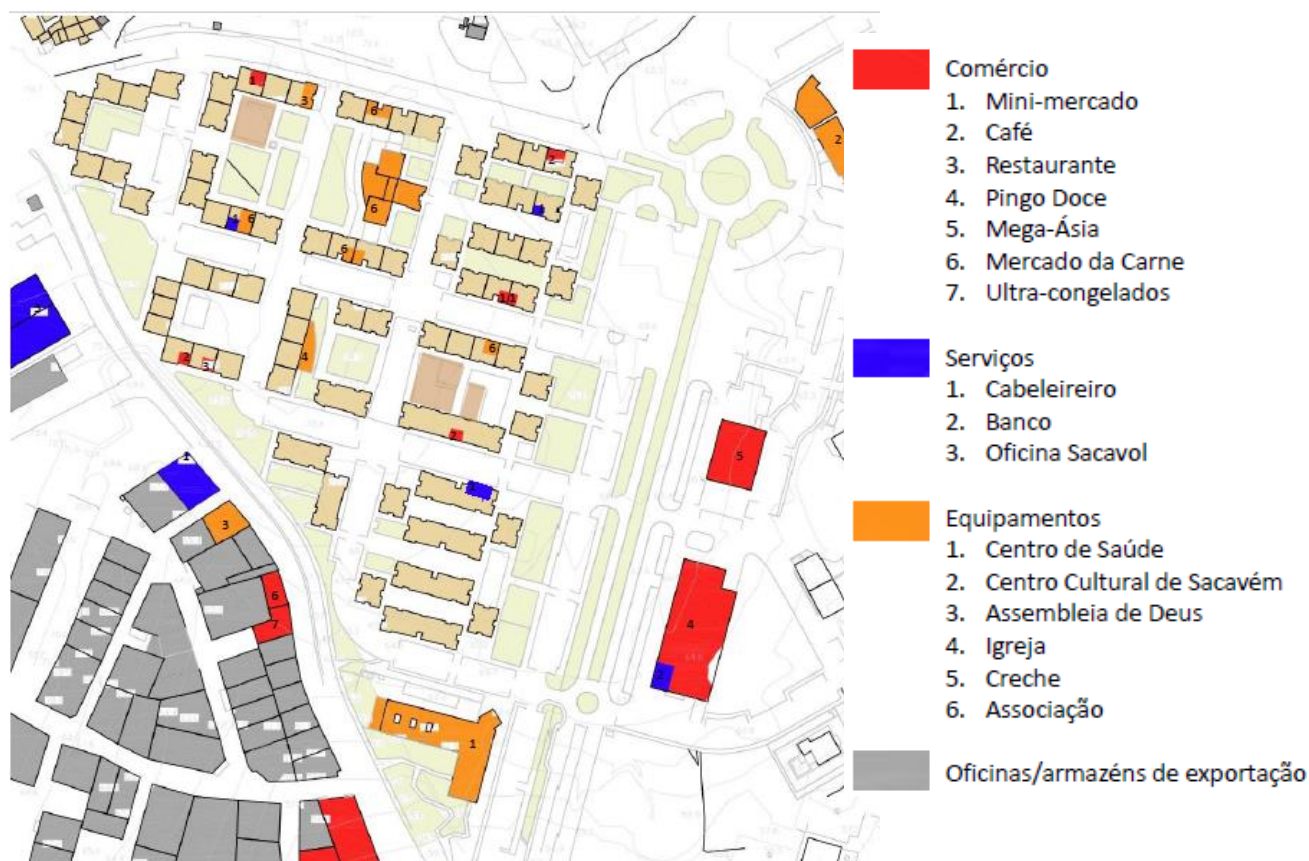


Figura 43 – Planta de usos existentes no Bairro Quinta do Mocho

2.4.4 | MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

O transporte colectivo é o elemento de transporte mais utilizado pelas pessoas da Quinta do Mocho, que não têm grandes recursos para manter um veículo próprio. Como podemos constatar nesta imagem, existem paragens de autocarros suficientes para lidar bem com os fluxos populacionais do local, mas situam-se apenas nos extremos sul e oeste do bairro, pois as ligações com a cidade situam-se nesses polos. A zona verde a norte, onde se encontra o centro cultural, é uma zona com acessos viários, mas sem vida, um território que qualificado, poderia transformar a realidade urbana deste local, conferindo novas paragens, e novos percursos colectivos.

O território é caracterizado pela sua proximidade em relação a centros importantes, como a Expo, que fica a 6 km de distância, ou o centro de Lisboa que fica a cerca de 9km de distância. Está relativamente próximo de creches, uma nas imediações, na urbanização Terraços da Ponte, e outra a cerca de 2km de distância. Ao nível do ensino básico, o bairro encontra-se a distâncias percorriéis a pé da escola básica mais próxima, e outra a menos de 2km. A escola secundária mais perto encontra-se a 2,5 km, sendo uma distância percorrível de autocarro.

Ao nível da saúde, o bairro encontra-se a uma distância próxima de alguns hospitais, sendo o mais perto o Hospital Residencial do Mare, que fica a 29 min de autocarro. Existem depois o Hospital Santa Maria a 9km, e o Hospital Beatriz Ângelo a cerca de 15km de autocarro. São distâncias que de carro reduzem bastante o tempo de viagem.

Podemos concluir que embora o bairro tenha paragens suficientes para gerir os fluxos, a criação de uma nova zona de paragens de autocarros, que afluísse num espaço central local no limite norte, como é proposto nesta PFM, poderia trazer novos percursos de TC e caminhos mais directos, melhorando a conectividade viária do bairro e da sua envolvente, e consequente transformação do território urbano.



Figura 44 – Mapa de Transportes existentes no Bairro e sua envolvente

	300 Lisboa (Campo Grande) -		329 Lisboa (Campo Grande) - Qta. da Piedade
	302 Lisboa (Pç Queirós) - Bai		710 Rodinhas de Sacavém (Circular)
	310 Lisboa (Estação Oriente)		711 Rodinhas de Camarate (Circular)
	320 Lisboa (Areeiro) - Alverca (Estação)		

2.4.5 | DIAGNÓSTICO SWOT

É o intuito desta PFM fazer uma análise SWOT do bairro Quinta do Mocho e sua envolvência. Esta análise que teve como base as análises feitas anteriormente, no âmbito da disciplina de Laboratório de Projecto VI, visa a estabelecer objectivos e respostas que possam melhorar essa realidade urbana específica.

PONTOS FORTES

- Proximidade ao Centro de Sacavém e à Expo;
- Preços ao nível dos solos e da habitação acessíveis devido à localização periférica do território;
- Proximidade a eixos viários importantes de ligação à cidade como: A36, A30, IC2;
- Vazios urbanos que apresentam boas potencialidades de espaços qualificados de trocas sociais e comerciais;
- Escala urbana pequena, marcando a horizontalidade, dando primazia aos espaços públicos;
- Cultura do Bairro Quinta do Mocho marcada pela ocupação de rua e fortes laços de vizinhança;
- Espaços de uso comum, como: as Hortas e o descampado;
- Terreno com vista privilegiada para o Rio;
- Elevada percentagem de população jovem;
- Centro cultural que lidera um grande apoio na promoção do Bairro da Quinta do Mocho.

PONTOS FRACOS

- Barreiras físicas que circundam o território, e aumentam a sua condição periférica em relação ao centro da cidade, tais como: A30, A36, Topografia acentuada a Norte;
- A Avenida principal que divide os dois Bairros, funciona como uma Barreira física que aumenta a fragmentação social e o enclausuramento;
- Falta de Manutenção nos espaços públicos verdes ligados ao Bairro Quinta do Mocho, que leva consequentemente à marginalização social dos seus residentes;

- Falta de Equipamentos e serviços colectivos importantes, potenciais geradores de uma requalificação urbana local;
- Forte estigma social;
- Escassez de possibilidades, falta de oportunidades;
- Espaços públicos do Bairro Quinta do Mocho, encontram-se nas traseiras dos edifícios, transformando-se em espaços obsoletos;
- Medo e insegurança relacionadas com o conflito, gerado da sensação de marginalização social;
- Bairro maioritariamente caracterizado por habitação, falta de actividades terciárias, espaços públicos deficientes e inexistência de equipamentos específicos;
- Elevada percentagem de desempregados e trabalhadores precários.

OPORTUNIDADES

- Melhoria de acessibilidade e transportes de maneira a combater o isolamento das comunidades contribuindo para a sua integração na cidade;
- Gerar a partir de novas ocupações e usos o desenvolvimento sustentável económico e a interdependência entre diferentes culturas;
- Eliminar a barreira existente entre os dois Bairros, definindo espaços públicos ao longo da sua extensão, transformando-a assim num limite entre duas comunidades;
- Inserção de um elemento de equipamento colectivo multifuncional e consequente espaço público, de maneira a produzir uma centralidade local que confira identidade ao território urbano criando referências espaciais que promovam o espaço aos seus residentes, e aos “outros”;
- Requalificar os espaços públicos do Bairro, repensando a conectividade destes com as entradas para as habitações e comércio e a sua continuidade para Avenida principal;
- Criar elementos que incentivem a população da Quinta do Mocho a criar relações socio económicas com pessoas exteriores ao Bairro;
- Aposta na educação, através da inserção de um núcleo cultural e cívico nas imediações, oferecendo espaços de apoio à escolarização, desde bibliotecas, escolas...;

3 | CASOS DE ESTUDO

Serão apresentadas três principais referências projectuais que se revelaram importantes no desenvolvimento do projecto proposto, tanto pelo carácter programático como por elementos arquitectónicos pertinentes na concepção da proposta. Outras referências que também serviram de suporte ao projecto serão apresentadas em anexo.

Os projectos serão brevemente analisados, demonstrando os aspectos que se revelaram mais importantes na intervenção deste projecto final de projecto.

As principais referências são:

- Centro cultural de Leverkusen;
- Museu memorial de Shiba Ryotaro
- Centro de interpretação da Natureza, Lanzarote

3.1 | CENTRO CULTURAL DE LEVERKUSEN

O centro Cultural de Leverkusen foi projectado pelo arquitecto Alvar Aalto para a cidade de Leverkusen na Alemanha, e foi apresentado numa competição em 1962.

O Projecto tem como as particularidades mais importantes a centralidade pública inerente ao projecto e a sua envolvimento, e o conteúdo programático rico e variado que lhe estava inerente. Foi desenhado para conter um centro de jovens, uma universidade, um cinema, teatros, restauração, um museu e uma biblioteca municipal, e ao mesmo tempo ser um lugar de reflexão e troca de ideias.

O Volume projectado cria uma área exterior adequada a pedestres, definida e protegida pelo seu gesto, uma espécie de ágora, distante do tráfego, dotando os espaços interiores e exteriores de uma relação de simbiose, e tornando o Projecto como um elemento urbano central.

Estes elementos revelaram-se importantes na do programa variado e na centralidade apresentadas na concepção arquitectónica do equipamento público neste Projecto Final de Mestrado. À semelhança deste projecto, o equipamento proposto irá conter um programa variado que terá uma relação de simbiose com o espaço público, funcionando como uma “ágora” no terreno urbano envolvente.

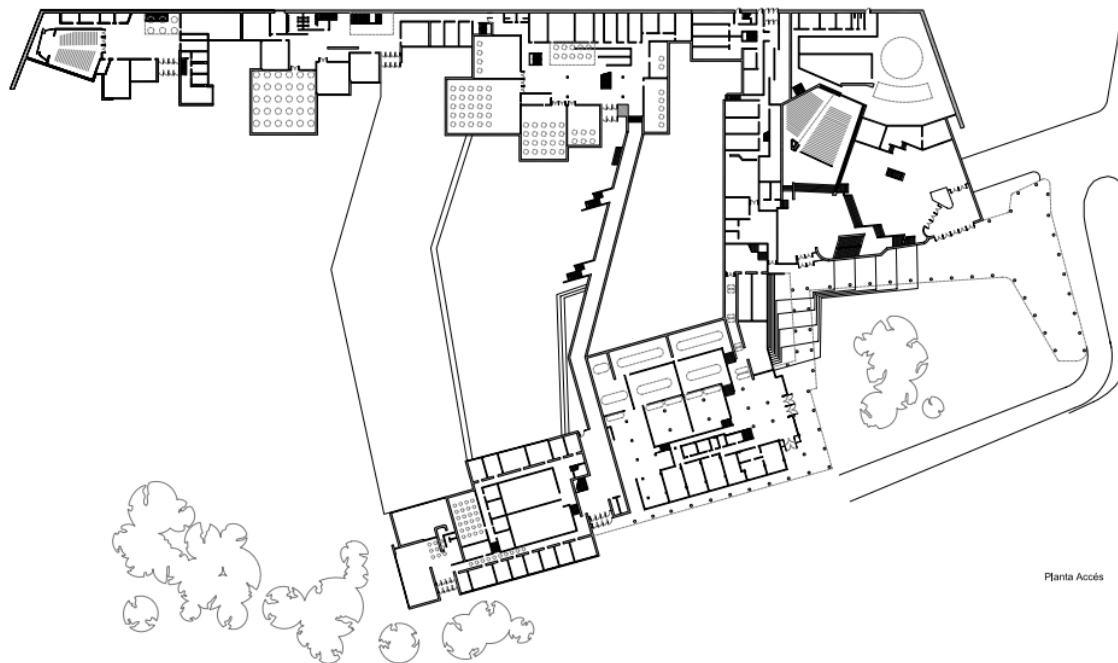


Figura 45 – Planta piso tipo Centro Cultural de Leverkusen, Alvar Aalto

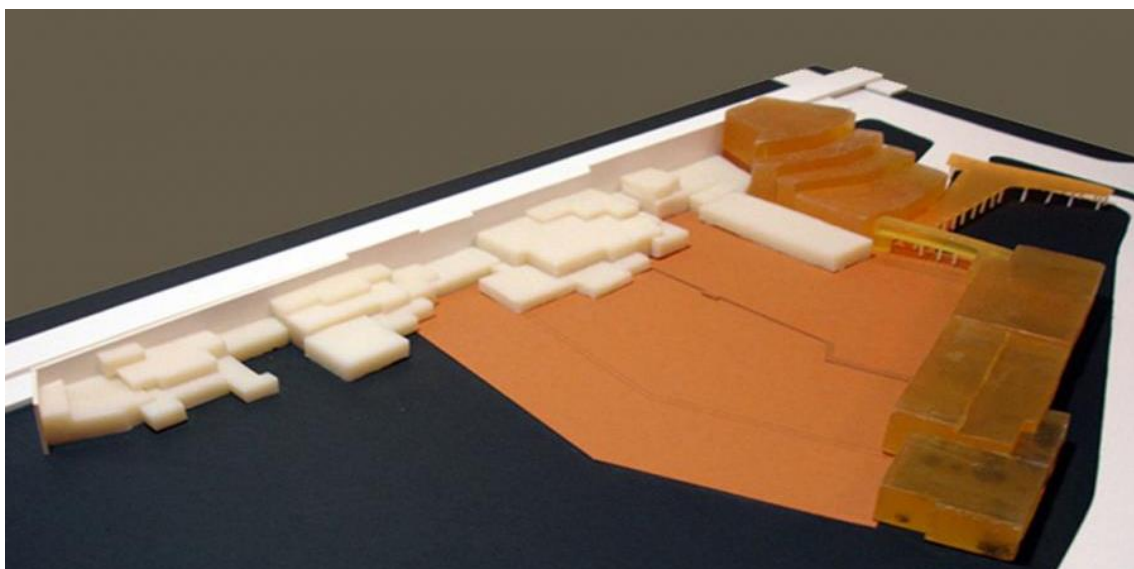


Figura 46 – Maqueta Centro Cultural de Leverkusen, Alvar Aalto

3.2 | SHIBA RYOTARO MEMORIAL MUSEUM

O museu memorial de Shiba Ryotaro 152 foi projectado pelo arquitecto Tadao Ando, e trata-se de um museu em memória de Shiba Ryotaro, que contém uma área de exposição conhecida pela sua “livraria”.

O volume é caracterizado pela sua forma curva, e principalmente pelos materiais que se incorporam num jogo subtil com os elementos naturais. O edifício surge como um corpo leve, desenhado num jogo entre betão, aço galvanizado e vidro, os “*materiais do séc XXI*”, que produzem um edifício “silencioso e atractivo” (Tadao Ando)

O interior do edifício é composto por uma área de exposição, com um pé direito de cerca de 9 metros, cujas paredes são compostas por estantes que contêm os livros colecionados por Shiba, funcionando como uma pele interior.

O jogo de materialidades e conceitos de projecto presentes no museu, foram importantes na concepção das materialidades do equipamento proposto, que à semelhança do museu, procura ter uma relação de simbiose com a natureza, assumindo-se como um elemento leve e atractivo, bem como um jogo interior intimista e acolhedor que se relaciona com os elementos naturais.



Figura 47 – Espaço exterior do Museu



Figura 48 – Espaço Interior do Museu, Livraria

3.3 | CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA NATUREZA, LANZAROTE

O centro de interpretação da Natureza foi desenhado pelo arquitecto Alberto Campo Baeza em 2012, para a ilha de Lanzarote.

O projecto é composto por um centro de interpretação, e é definido por um bloco enterrado de betão que assenta sobre um declive com ligação ao mar. Campo Baeza desenhou este volume com um carácter horizontal, projectando os acessos pela cota de cobertura, marcando assim a linha distante do horizonte, dando a ideia do infinito.

A escolha desta obra para caso de estudo deve-se à estratégia do edifício desenhado, que tem uma relação com a morfologia do terreno e a paisagem de grande importância para a concepção do equipamento proposto, desenvolvendo um diálogo interessante entre o artificial e o natural, o objecto e a paisagem.

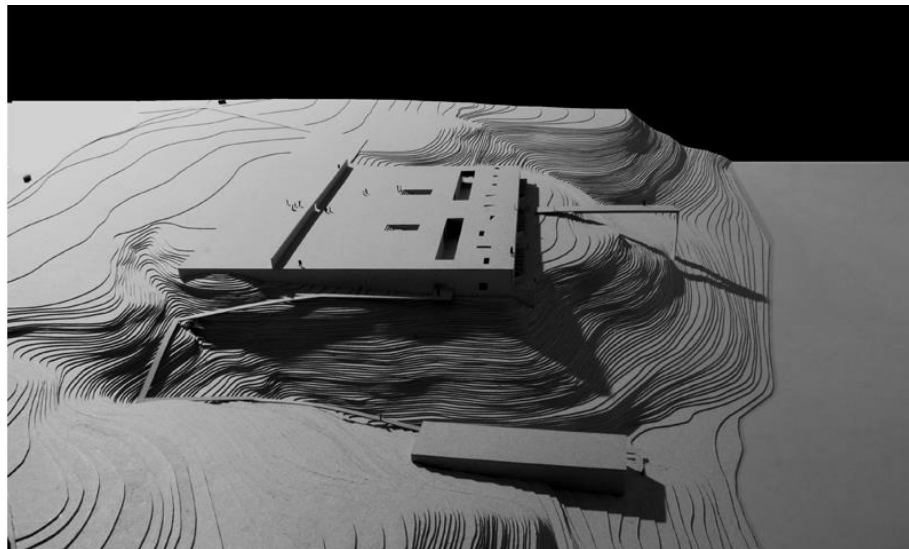


Figura 49 – Maqueta do Centro Interpretativo



Figura 50 – Render da Cobertura do Centro interpretativo

4 | COMPONENTE PROJECTUAL

O projecto desenvolvido nesta Proposta Final de Mestrado consiste em requalificar e redesenhar o território urbano em que se insere o bairro Quinta do Mocho, que se encontra actualmente desarticulado, e carente de equipamentos e espaços públicos estruturadores. A proposta tem o intuito de criar uma nova lógica urbana e uma centralidade local servida de espaço público e serviços, que funcionem como elemento agregador do território urbano envolvente.

Quando partimos da ideia que a *forma é um elemento estruturante do espaço social*, defendemos que é possível redesenhar o lugar de modo a que num terreno desconexo e marcado pela marginalização social, possa surgir uma continuidade formal e social com a preexistência, conferindo identidade e orientação ao lugar através de relações de trocas entre os residentes e o próprio lugar.

Das relações sociais que se realizam no espaço, resulta o espaço vivido, um espaço onde a diversidade e o intercâmbio são fundamentais para fazer, como Borja e Muxi afirmam, *“cidade sobre a cidade”*, criar uma cidade como um lugar de encontro, de intercâmbio, uma cidade marcada pela cultura e comércio, uma *“cidade de lugares, e não unicamente de fluxos”* (Borja, Muxi, 2002, p. 24)

“Quanto mais uma pessoa está envolvida com a forma e o conteúdo do seu ambiente, mais esse ambiente será apropriado por ela, e assim, como toma posse do seu ambiente, o ambiente apossasse dela. (...) O usuário e a forma reforçam-se mutuamente e interagem – e tal relacionamento é análogo ao que existe entre o indivíduo e a comunidade. (...)” (Hetzberger, 1996, p. 170)

A centralidade aliada a espaços públicos qualificados e equipamentos a favor da população, surgem assim como uma oportunidade de regenerar o bairro Quinta do Mocho e a sua envolvente próxima.

4.1 | UMA LÓGICA URBANA DE FAZER CIDADE

4.1.1 | PROGRAMA/INTERVENÇÃO

A primeira fase projectual desenvolveu-se numa escala urbana. O conceito inicial foca-se na reestruturação do espaço público que actualmente se encontra desconexo, a partir de uma estrutura urbana focada na relação de simbiose do EP com o edificado.

Devido às características particulares deste território, optou-se por reestruturar a avenida principal de ligação entre os dois bairros, actualmente funciona como uma fronteira física entre dois mundos. A avenida, um elemento limite essencial na relação do bairro com os “outros”, é assim redesenhada de modo a funcionar como palco público de trocas sociais entre os dois bairros, um “*limite vivo*” entre duas comunidades.

O eixo viário central, foi aproximado da urbanização Terraços da Ponte, cuja frente urbana ligada à avenida seria marcada por espaço de passagem, composto por restauração e serviços. Do lado da Quinta do Mocho, o espaço ganho devido à nova solução viária permite estender e criar uma zona verde ao longo da avenida. Este prolongamento “verde”, tem como objectivo funcionar numa lógica de “extensão” do espaço público do bairro para a avenida. O espaço central que antes existia é substituído por um grande boulevard natural, que funciona como elemento de ligação social entre as diferentes comunidades do bairro.



Fig 51 - Planta urbana da proposta centrada na Avenida(Entre Espaços)

Este grande eixo verde é configurado por blocos edificados que definem o perfil da avenida. A proposta urbana centra-se na inserção de blocos que configuram “pátios” públicos de transição e permanência entre a realidade habitacional, e o espaço público central da Avenida.

Do lado do bairro da Quinta do Mocho, os blocos são compostos por restauração no piso térreo, e habitação para jovens nos pisos superiores, dando continuidade à lógica habitacional do bairro. Estes blocos configuram espaços de transição e permanência do bairro para a grande avenida, assumindo uma continuidade do espaço público do bairro, e desenhando um piso térreo destinado à inserção de restauração/comércio, que tem como objectivo servir e qualificar espaços que antes se encontravam obsoletos.

Existe nestes espaços também uma permeabilidade pedonal, de modo a que esta configuração mais clássica pudesse ser penetrada pela realidade do percurso livre que liga os diferentes lugares, retirando assim a lógica pedonal periférica que se encontra no bairro Quinta do Mocho, concentrando as vivências nos núcleos definidos pelos edifícios, do bairro e da proposta, e na Avenida desenhada.

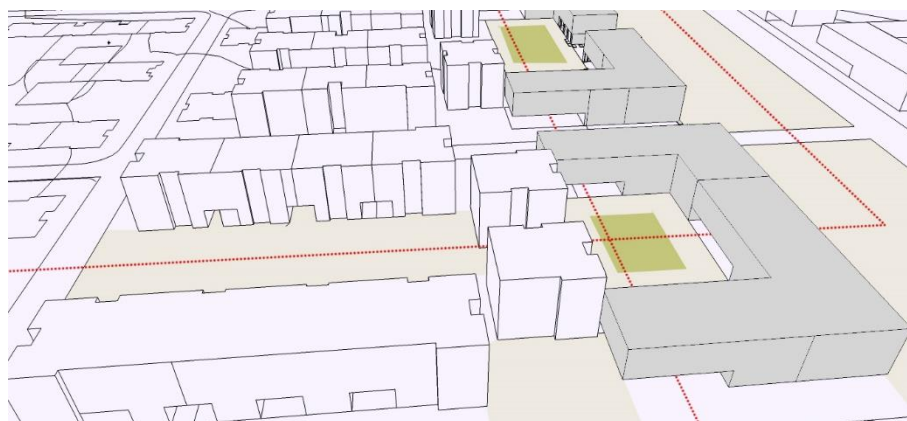


Fig 52 – Esquema de vivências públicas no Bairro e na proposta

Na zona da urbanização Terraços da Ponte a lógica é semelhante, a frente de rua que dá para a avenida é composta por um piso térreo com o intuito de ser servido de restauração/comércio e nos pisos superiores por serviços. A urbanização, marcada por uma população residente que vive numa realidade de isolamento perante o outro, (ao contrário do bairro da quinta do mocho), tem mais capacidade de assimilar diferentes usos como serviços, tendo em conta que a presença de estranhos não seria tão impactante, o que permite criar mais fluxos, não só de pessoas residentes, mas também de pessoas que vivem este espaço nas horas de trabalho, dinamizando assim a relação de oferta/procura da restauração e o comércio proposto nesta intervenção urbana. A parte dos blocos que têm ligação directa à urbanização, continuam uma lógica de habitação.

Os pátios públicos que se formam nos edifícios desenhados, assumem espaços de transição tal como o bairro Quinta do Mocho, servidos de restauração/comércio, e criam a passagem da realidade habitacional da urbanização, para o espaço público aberto da avenida.

Estas duas realidades unem-se através de percursos e permeabilidades visuais, que no alinhamento dos edifícios encontram uma continuidade formal que une os dois bairros no espaço central do grande Boulevard.

No extremo sul da proposta urbana, os edifícios são maioritariamente de serviços e comércio, tendo a inserção de um equipamento escolar do 7º ao 12º ano, que estava planeado para o extremo norte, dotando assim a zona de uma maior oferta de serviços para a população residente, e promovendo atracção para futuros residentes.

De modo a dar continuidade a esta estratégia urbana de um eixo verde central, no extremo norte da avenida criou-se um equipamento público central, que iria rematar ao nível da sua forma e usos inerentes, a lógica urbana presente na proposta. É desenhado também um mercado na zona norte, que com o equipamento delimitam uma zona de hortas comunitárias já existentes pertencentes a moradores do bairro.

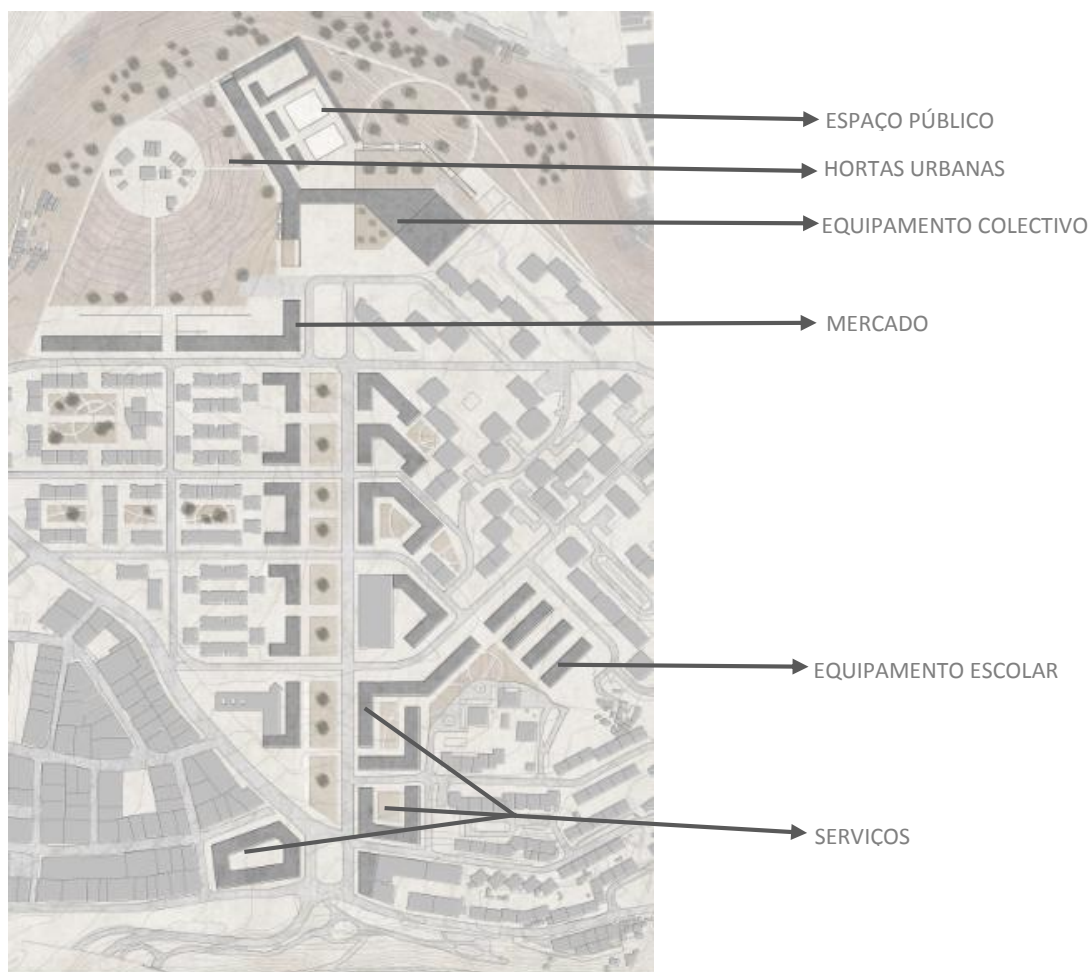


Fig 53 – Planta geral da proposta urbana

O equipamento desenhado tem como objectivo assumir-se no desenho urbano como o elemento de remate de duas lógicas urbanas desconexas (o bairro Quinta do Mocho e a urbanização Terraços da Ponte), e funcionar a partir de uma lógica de âncora no território.

O equipamento público, oferecendo serviços culturais e de lazer à comunidade, aliado a um espaço público, criaria uma centralidade local que a partir dos usos inerentes, originaria um polo de atracção a pessoas de fora e aos próprios residentes, assumindo-se como um elemento central, favorecendo as trocas socio culturais num espaço que antes se encontrava moribundo e desqualificado.

Neste encadeamento, é também desenhado um percurso constituído por uma via pedonal marcada por uma via de corrida e ciclismo, e por alguns elementos elementos verdes e de repouso, que irá ligar o equipamento proposto à zona da Expo.

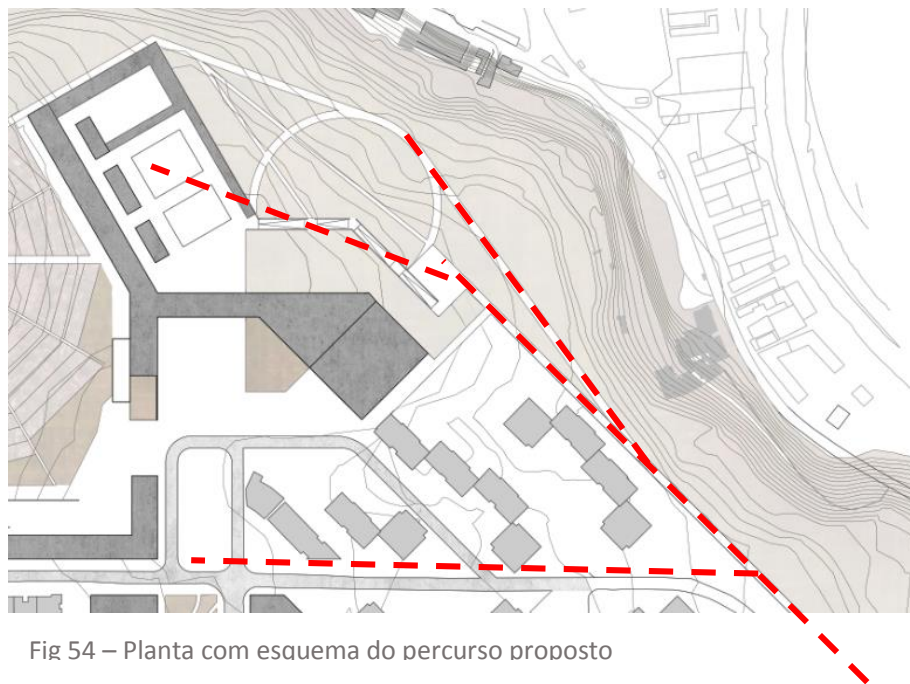


Fig 54 – Planta com esquema do percurso proposto

Esta centralidade é acentuada pela reestruturação da avenida principal, através da criação da avenida pública com orientação sul-norte, favorecendo de melhores acessos aos bairros adjacentes, e criando uma lógica de vivência pública que irá rematar no espaço público por excelência delineado pelo equipamento público, que se assume visualmente desde o extremo sul da avenida.

Esta solução remete-nos para a solução da antiga cidade grega de Atenas, onde a acrópole, um espaço público servido de equipamentos públicos gestores do tecido urbano e da vida pública, se encontrava no topo da cidade, rematando a lógica urbana num central espaço público, político, económico e cultural.

4.1.2 | REDESENHAR O BAIRRO

O bairro Quinta do Mocho é marcado por uma lógica de desenho bastante regrada, que cria espaços públicos significativos virados para as traseiras dos edifícios. Estes espaços, acabam por se tornar zonas obsoletas cuja vivência é quase nula, consequência dos acessos às habitações e ao comércio que se encontram direccionados para a rede viária de acesso, assumindo assim o bairro uma vivência pública periférica em relação aos edifícios e aos espaços públicos.

Após a análise feita ao bairro, achou-se importante revitalizar os espaços públicos do bairro, através de uma lógica de reestruturação pública. Numa primeira fase foi elaborada uma nova solução viária, ligando à zona norte onde está planeado a inserção do equipamento e do mercado. Os pátios públicos, tendo em conta a sua grande dimensão, passam a ter na sua periferia acessos viários e consequente estacionamento, que retira parte da importância dos eixos viários periféricos em relação aos blocos habitacionais.

Numa segunda fase, tentei encontrar uma solução que promovesse o uso destes espaços públicos, através de uma reestruturação dos acessos às habitações e ao comércio, contrariando a vivência pública periférica existente, que aniquila possíveis situações de vizinhança que pudessem ter lugar nestes espaços, tanto mais que se trata de uma comunidade que vive bastante a rua.

Procurando uma ligação forte entre as habitações e o espaço público, foi abraçado o estudo do projecto das moradias Haarlemmer Houttuinen do arquitecto Herman Hertzberger. Esta solução tem como base o funcionamento da rua ou do espaço público como uma extensão comunitária das moradias, contrariando a anulação da rua como espaço comunitário derivado do assentamento dos blocos edificados, e da organização pouco ou nada criteriosa de áreas de acesso às habitações e ao comércio.

“O conceito da rua de convivência está baseado na ideia de que os moradores têm algo em comum, que têm expectativas mútuas, mesmo que seja apenas porque estão conscientes de que necessitam um do outro.” (Hertzberger, 1996, p. 52)

Foi então redesenhado o piso térreo do bairro, criando espaços de passagem pedonais entre a periferia do bairro e os pátios públicos comuns, conferindo uma maior abertura destes espaços à sua envolvência. Aproveitando esta abertura criada por estas passagens pedonais, projectou-se também o acesso para as habitações e para o comércio local a partir deste espaço público. Estas novas dinâmicas acabam por dar a estes espaços uma *“forma tal que a comunidade se sinta pessoalmente responsável por eles, fazendo com que cada membro da comunidade contribua à sua maneira para um ambiente com o qual se possa*

relacionar e se identificar” (Hertzberger, 1996), transformando os pátios comuns obsoletos, em possíveis espaços de vizinhança e trocas sociais.

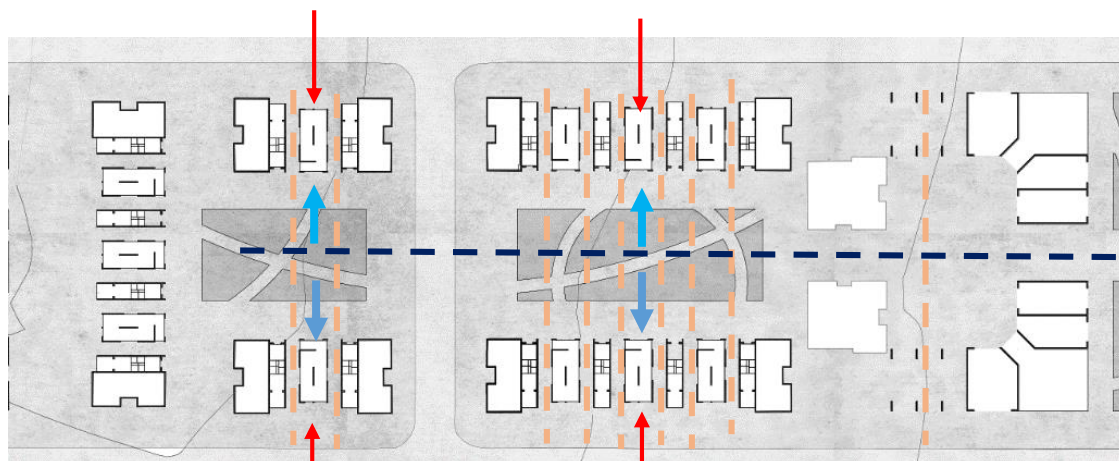


Fig 55 – Esquema das novas dinâmicas públicas no Bairro Quinta do Mocho

antigos acessos



novos acessos



novas aberturas



no edificado

A reestruturação dos acessos do comércio e das habitações, configurados pelos espaços públicos do bairro, foi de grande importância para delinear a matriz de organização espacial de ligação urbana à proposta da avenida.

devido à nova configuração destes pátios comuns do bairro, estes espaços têm uma componente pública servida de comércio local pertencente à comunidade do bairro, que tem uma continuidade lógica com os novos espaços de transição formados pelos blocos edificados propostos, rematando por fim na avenida verde. A vivência pública deixa de estar consignada à periferia do bairro, e passa a ter como palco o núcleo. Os espaços públicos por sua vez, vão-se sucedendo ao longo da avenida, rematando no espaço público central do território urbano.

4.2 | O EQUIPAMENTO COLECTIVO

4.2.1 | PROGRAMA E INTERVENÇÃO

O equipamento é proposto como uma estrutura bastante leve que assenta sobre o terreno natural, com o intuito de criar uma relação de harmonia com a natureza, conferindo grande importância aos elementos naturais, apresentando-se como um limite do construído para o natural. A lógica da intervenção mantém a zona de intervenção ampla, respeitando as linhas naturais que o próprio terreno oferece, sem deixar de se assumir como um edifício âncora e ordenador da sua envolvente.

O edifício é composto por 2 blocos principais que se unem através de um percurso, união essa que cria uma passagem da realidade da avenida para o espaço público que o edifício delimita. O momento de entrada neste espaço público central, proporciona um momento de transição, feita através dos sucessivos espaços públicos na avenida principal, que por fim remata num lugar

de encontro, reunião e convívio. É nesse momento de passagem que se fazem os acessos para os 2 blocos.

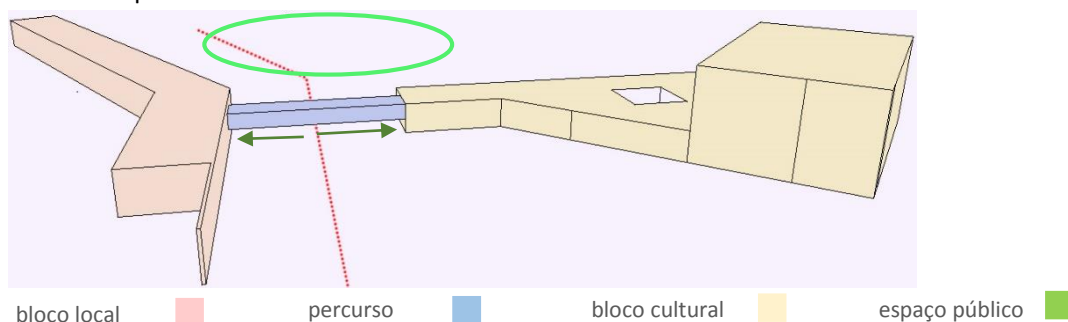


Fig 56 – Esquema volumétrico do Equipamento

Ambos os blocos têm uma relação de pé direito de dois pisos em relação ao espaço público, assumindo-se como uma estrutura horizontal. O edifício visa respeitar as características do terreno em si, e manter a importância da vista que se tem para o Rio Tejo.

O Projecto dá grande importância ao equilíbrio entre o construído e o “vazio”, de modo a conferir uma grande leveza construtiva, e uma relação de simbiose importante com o natural. Ao invés de se assumir um objecto imperial e estanque, cria-se uma relação do construído com um “vazio relacional”, propiciador de relações, caracterizado por momentos de transição e permanência.

“A Architectura deixa de ser a materialidade da construção (a substância), e passa a ser esse encontro do sujeito com o objecto (o evento,) que propicia os meios para a interacção inédita e expandida do sujeito com o outro” (Filho, 73, cit in Malard, 2005)

O bloco local (Oeste) do edifício cria uma transição importante entre espaços, assumindo-se como uma fronteira entre duas realidades distintas num mesmo espaço natural, o espaço das hortas, que têm uma componente Público/Privada, e o espaço público, que se assume como uma componente pública para todos. O bloco é composto no piso inferior por salas polivalentes, e no piso superior por habitação temporária, configurado por 2 passagens com 5 metros de largura que marcam os momentos de transição.

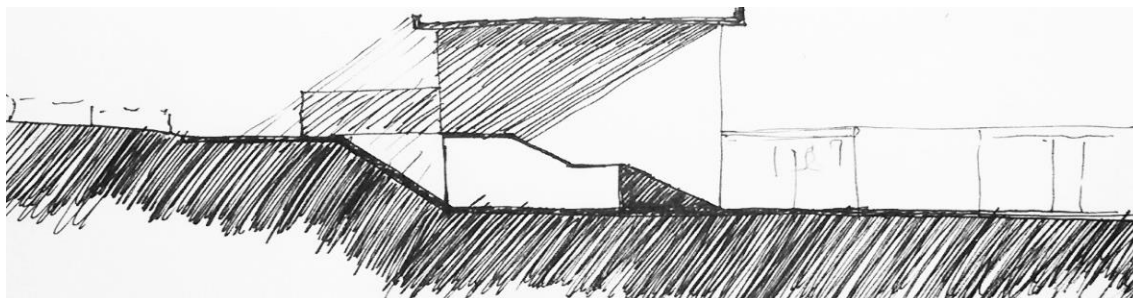


Fig 57 - Corte pelos acessos público

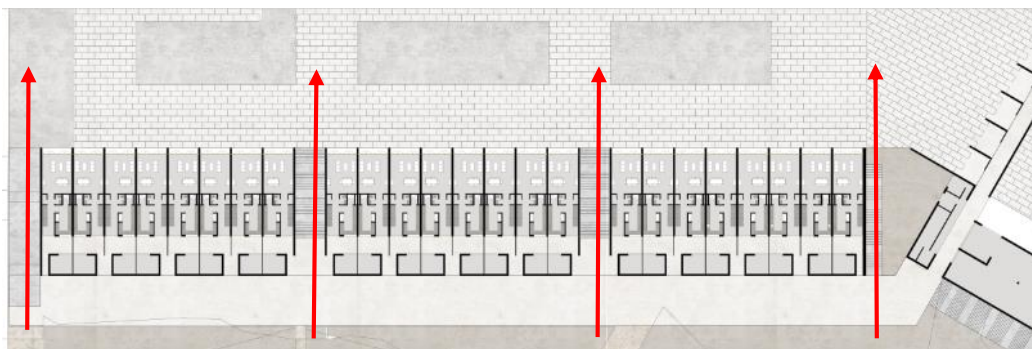


Fig 58 – Esquema de transição entre as Hortas e o EP

O bloco cultural (este) do edifício é o bloco que se assume perante a avenida, tendo uma componente importante de marco visual na envolvente urbana próxima. Este elemento assume-se como uma “torre sineira”, através da sua volumetria e da sua materialidade distinta da envolvente.

O bloco é composto por uma biblioteca, que mantém a lógica de um duplo pé direito do bloco oeste, e um auditório, que cria o corpo que se evidencia para a sua envolvente, transformando-se num ponto de referência de que o terreno urbano envolvente carece.

Esta questão remete-nos para a importância da imagem que Lynch defende, como um elemento identitário e relevante num território urbano específico.



Fig 59 – Esquema visual do Equipamento para a Avenida

O equipamento é composto assim por 4 componentes que delimitam e criam uma relação de simbiose com os usos exteriores. A forma do edifício cria assim o espaço público de recreio e lazer que se abre para a vista do rio, e um espaço público de entrada, a partir do qual se faz o acesso para o auditório e biblioteca.

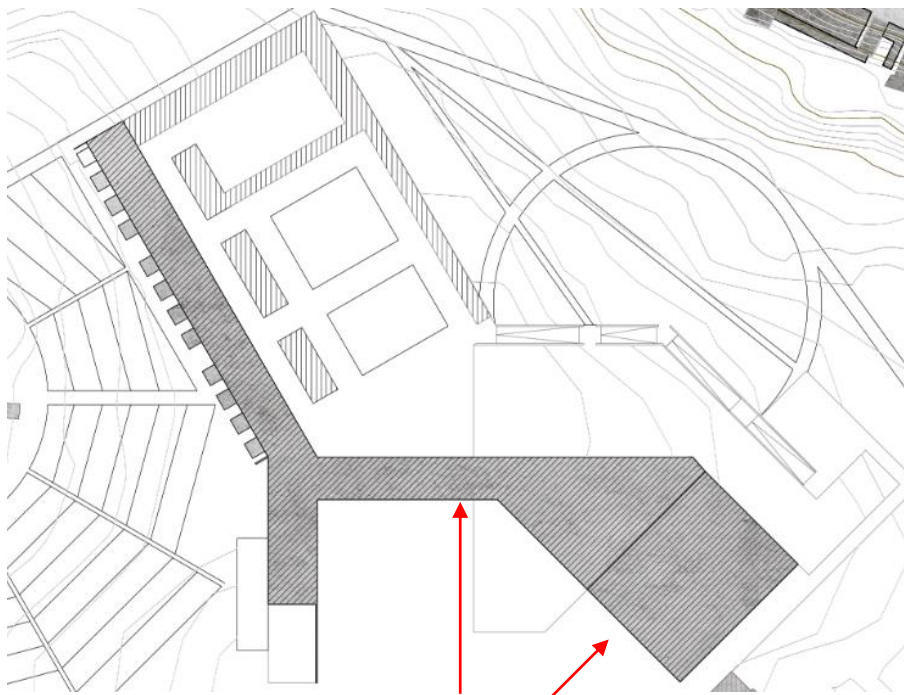


Fig 60 – Planta esquemática do Equipamento e Espaços Públicos desenhados

O piso térreo do equipamento tem o intuito de criar uma relação constante com o espaço público. O espaço público desenhado é parte da paisagem que compõe a cena dos espaços interiores do equipamento, e pode funcionar como um espaço a ser usado pelos mesmos, como que uma ampliação dos seus usos para este espaço de uso colectivo.

Borja e Muxi defendem esta ideia, afirmando que se *“deve ampliar o espaço público até ao interior dos edifícios políticos e administrativos que representam ou exercem poder sobre as pessoas, no mínimo, no piso inferior”* (Borja, 2000).

Na óptica de enfatizar o edifício em relação ao construído envolvente, com o intuito de se identificar um corpo correspondente a espaços com funções diferenciadas e centrais ao local, optou-se por assumir uma materialidade mais crua, uma materialidade moderna centrada à volta da leveza que a junção entre o betão, o vidro e o metal criam, desenhando-se um volume subtil e harmonioso, em concordância com os elementos naturais abundantes do terreno em que se insere.

É importante ter em conta que o edifício proposto enquanto um elemento de equipamento colectivo/público, deve ser considerado à partida como um elemento simbólico estruturante do tecido urbano, possuindo uma imagem com uma identidade marcante sob o ponto de vista arquitectónico e volumétrico.

A intenção serve assim como uma centralidade de requalificação local.

4.2.2 | VOLUMES DE APOIO

VOLUME CULTURAL - A BIBLIOTECA

“Nas últimas décadas houve uma importante alteração na missão das bibliotecas públicas, fruto de profundas mutações sociais e económicas que têm vindo a impor a estes equipamentos um papel cada vez mais activo junto das comunidades onde se inserem.

(...) Este ambiente contribui para reforçar as redes sociais da comunidade e permite diminuir situações de isolamento social, tornando as bibliotecas como um recurso chave da comunidade, um local de encontro onde se podem juntar e partilhar interesses e um centro do desenvolvimento comunitário.” (CML, Programa estratégico Biblioteca XXI, p. 4)

A biblioteca é composta por 2 pisos. A entrada é feita a partir do piso térreo, pelo espaço público de entrada por onde se faz o acesso para o Auditório, e pela zona coberta de transição para o espaço público central.

O espaço interior da biblioteca, apoiado na lógica de desenho da biblioteca pública de Girona elaborada pelo atelier Corea & Moran Arquitectura, é desenhado a partir de uma lógica de blocos que servem, hierarquizam e estruturam os diferentes espaços. Nestes blocos são inseridos os espaços de apoio à biblioteca, composto pelas componentes sanitárias, acessos e zonas de arrumos. Este blocos têm um importante papel estruturante, apoiando neles o maior esforço estrutural, permitindo desafogar o espaço de elementos estruturais e consequentemente alcançar vãos maiores, possibilitando espaços mais libertos para usos e funções mais versáteis.

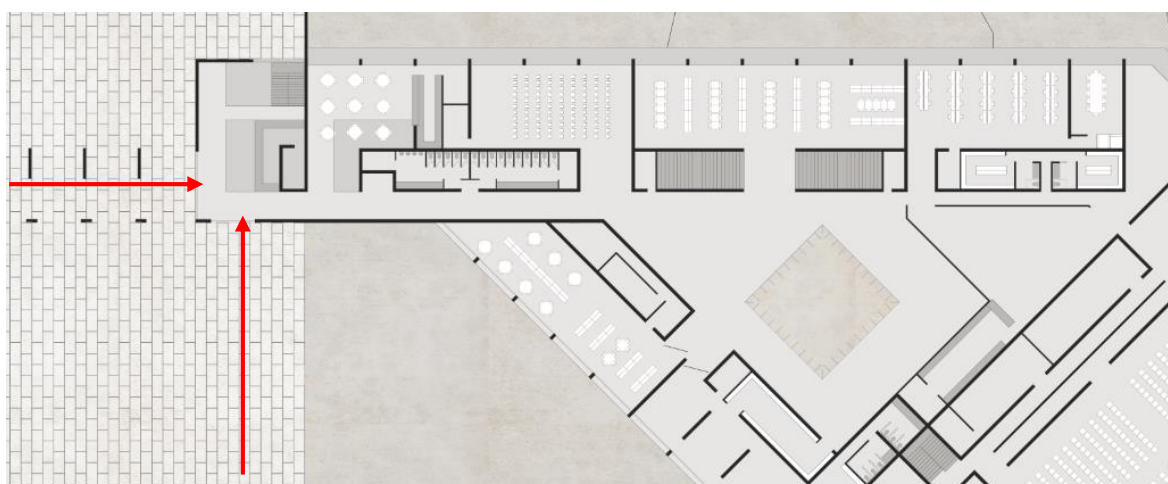
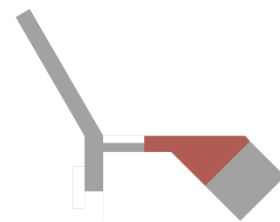


Fig 61 – Planta Esquemática do piso térreo da Biblioteca

Os diferentes espaços vão-se sucedendo ao longo do percurso interior definido pelo motor e pelo mobiliário projectado. Na continuação da lógica do percurso, surge uma zona central no espaço da biblioteca marcado por um grande pátio, à volta do qual se desenha o espaço de consulta e leitura periódica, funcionando como um vazio central onde as pessoas leem, e simultaneamente permite a distribuição para os diferentes espaços. A biblioteca de Humboldt na universidade de Berlim, a biblioteca de Viana do Castelo projectada pelo arquitecto Siza Vieira foram referência essenciais na concepção deste espaço central.



O piso superior da biblioteca, acima do espaço central, define uma zona de pátio delimitada pelas salas de leitura superiores e pelo bloco do auditório, que cria um espaço de estar aberto marcado pelo elemento arborizado do pátio central da biblioteca. Este pequeno “jardim” é inerente não só à biblioteca, mas também a um percurso ao longo da fachada do auditório e do corpo do equipamento, que une a cota das hortas à cota mais baixa do espaço público, tornando-se num elemento de transição, ao invés de uma fronteira.

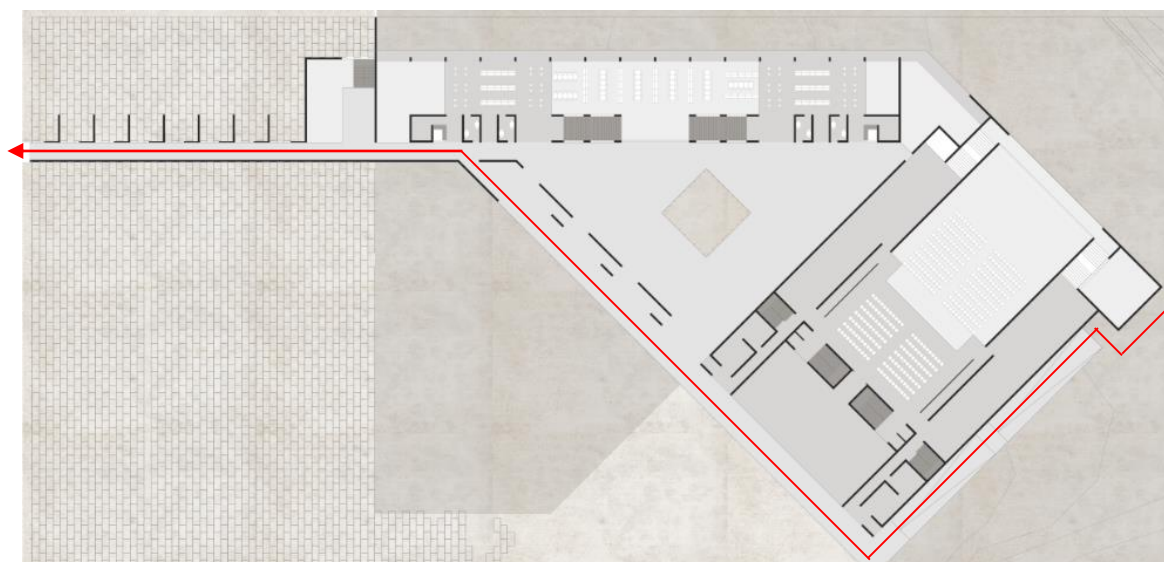
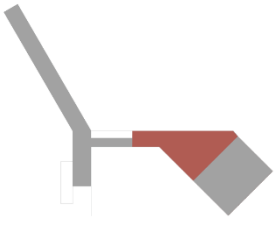


Fig 62 – Planta esquemática do piso superior da Biblioteca

Ao nível da materialidade, a biblioteca pretende criar espaços interiores intimistas e quentes usufruindo das características da madeira no pavimento e nas paredes, que funcionam como mobiliário, criando estantes e actuando como uma pele retexturada que abraça o espaço de leitura, permitindo uma vivência interior diversificada e acolhedora. No remate da cobertura, é usado o betão, que determina a continuidade formal com a materialidade exterior, criando através desta união o equilíbrio entre o interior e o exterior. O arquivo Britten Pears do arquitecto Stanton Williams foi uma referência essencial na concepção dos ambientes interiores.



Quanto à iluminação, na modelação dos espaços da biblioteca, assume-se como um elemento fundamental na sua concepção. O espaço central tem uma iluminação natural controlada e suave, definida pelo pátio central, que cria um poço de luz interessante no decorrer do percurso mais contido proveniente da entrada. Os restantes espaços, decorrem ao longo da fachada numa disposição periférica, beneficiando assim de boa iluminação natural, não necessitando de iluminação artificial durante o dia e permitindo um grande contacto visual entre o interior da biblioteca e o espaço público, que reforça uma relação já existente na forma.



Fig 63 – Render de estudo do pátio central da Biblioteca



Fig 64 – Render de estudo interior da Biblioteca

O AUDITÓRIO

O auditório, como foi referido anteriormente é o elemento no equipamento proposto, tendo em conta a sua dimensão e a sua materialidade exterior, que cria um marco visual para a sua envolvente. Tal como as antigas torres Sineiras nas Igrejas que demonstravam a Igreja em qualquer ponto da cidade, permitindo a orientação na cidade a partir de um centro, este bloco vai assimilar características urbanas semelhantes.

O exterior do volume é trabalhado como um volume em betão quase opaco, contrastando com o interior que é trabalhado com o intuito de promover uma boa comodidade e sonoridade acústica. O bloco é escavado de modo a permitir um percurso exterior ao longo da do edifício, que como foi referido anteriormente, une a cota mais baixa do terreno à cota das hortas comunitárias, dotando o edifício de um identidade transitória entre espaços públicos.

A materialidade interior é maioritariamente em placas de madeira, caracterizada por formas mais complexas, adoptando uma solução de concha que culmina no palco central. O palco central está direccionado e aberto para a grande vista do rio Tejo, recriando-se assim as telas naturais dos antigos teatros gregos, cuja natureza se assumia no espaço como a Cena. A plateia é plana, de modo a que o espaço possa ser moldável consoante os diferentes usos programados, conferindo uma maior versatilidade ao auditório.

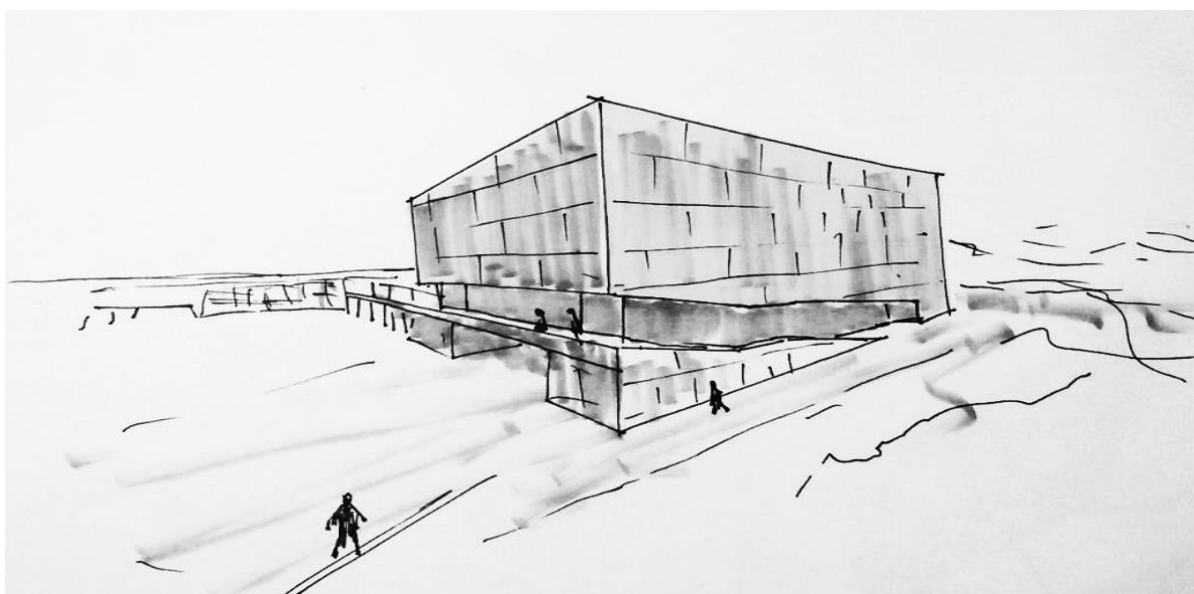
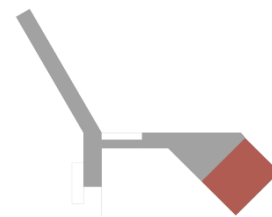


Fig 65 – Esboço de estudo do volume do Auditório

VOLUME LOCAL

SALAS POLIVALENTES

As salas polivalentes vêm na continuação das necessidades da população da Quinta do Mocho, cujos espaços de associações se encontram debaixo dos prédios caracterizados por áreas insuficientes aos usos a que estão destinadas.

As salas polivalente dividem-se em 3 espaços, espaços esses servidos de zonas de arrumos, e que podem ser divididos em 2 espaços distintos consoante as áreas necessárias aos usos inerentes, formando 6 espaços polivalentes. As salas têm a capacidade de se prolongar para o exterior, possibilitando a expansão dos usos e a apropriação de parte do espaço público, fortalecendo a ligação entre o interior do equipamento e o espaço público que este delimita, criando uma importante relação de simbiose entre o interior e o exterior.

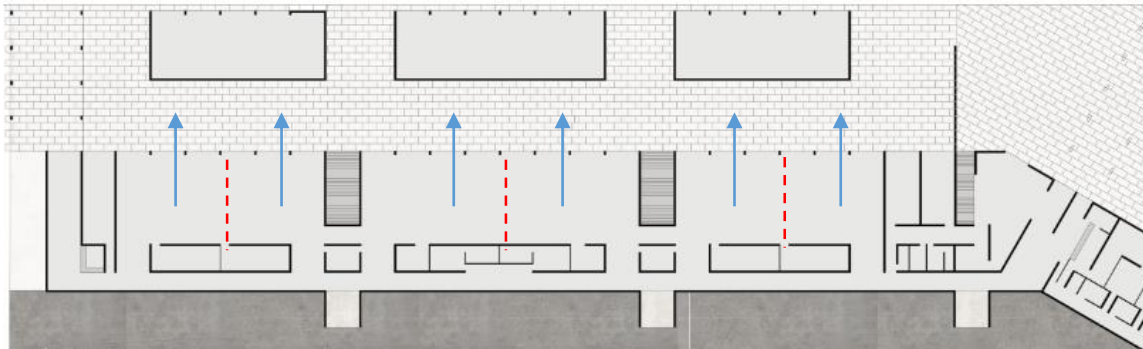


Fig 66 – Planta Esquemática de usos das salas polivalentes

HABITAÇÃO

A habitação foi projectada de modo a continuar a lógica de habitação da avenida, e criar um elemento no equipamento público que possa introduzir uma vivência pública neste beco natural, muito mais dinâmica. Com o encerramento das actividades públicas, o espaço público e o equipamento, que se encontram num extremo do território urbano, morreriam. Com a habitação, o edifício é dotado de uma maior dinâmica de vivência ao longo do dia.

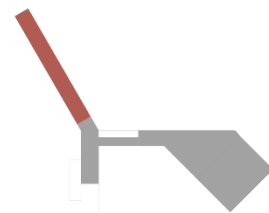
O acesso às habitações é feito pela cota das hortas públicas mantidas no projecto urbano. As habitações situam-se por cima das salas polivalentes, e são compostas por 3 blocos, separados por acessos pedonais, que criam a transição entre o espaço público e as hortas, como foi referido anteriormente. As estruturas que se projectam a partir das fachadas – os espaços de arrumos exterior – articulam o perfil da “rua”.

As habitações são de carácter temporário e destinadas às camadas jovens estudantes. São constituídas por 2 níveis, o piso térreo que engloba os espaços colectivos, sala de estar, cozinha e uma pequena casa-de-banho, e o piso superior que engloba os quartos e um bloco central composto por 2 casas de banho. As habitações são dotadas de um pequeno pátio interior que perfaz a entrada para o espaço interior.

As hortas comunitárias, que se encontram de frente para as habitações, funcionam como um espaço ajardinado central, permitindo assim uma maior interacção das pessoas do bairro da Quinta do Mocho, como os novos residentes das habitações. Este cenário social pode permitir trocas de produtos e de sociabilidades que as pessoas do bairro hoje receiam ter com estranhos. O projecto tem sempre em vista a interacção entre diferentes comunidades e culturas em todos os seus aspectos formais.



Fig 67 — Esboço de estudo da relação das habitações com as Hortas Comunitárias



ESPAÇO PÚBLICO

O espaço exterior da intervenção é amplo e desafogado de maneira a respeitar a vista proeminente para o rio Tejo e o terreno natural em que o equipamento se insere. O espaço público é desenhado de modo a permitir uma grande flexibilidade e funcionalidade, aliado a usos diversos de recreio e lazer. Este vazio relacional assume um carácter de centralidade de contemplação e de usos temporários.

O espaço público é dividido em espaços diferentes, dos quais temos o espaço central de recreio marcado por um campo de futebol e um skatepark, um espaço a norte mais intimista delimitado por um restaurante e por elementos de transição cobertos, e um espaço ligado às salas polivalentes, cuja separação em relação aos outros dois espaços é feita através de pequenos blocos de apoio ao espaço público.

Este grande patamar público define o limite entre o natural e artificial. Os elementos verdes situam-se à volta deste grande “palco” pétreo, que define assim a passagem do natural para o construído. assume-se como um elemento horizontal, em que o seu limite nascente marca uma linha paralela ao distante horizonte do rio, no intuito de contemplar a paisagem da cidade e do rio Tejo, contruindo-se um pódio materializado num plano horizontal de contemplação.

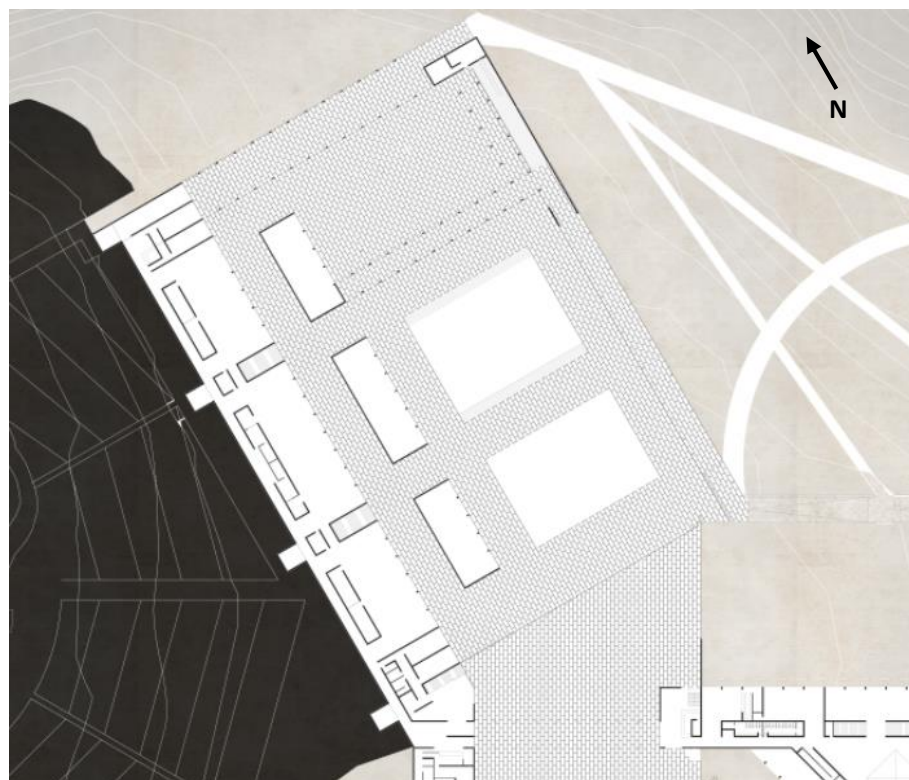


Fig 68 – Planta do Espaço público projectado

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a intenção deste projecto procurar encontrar uma solução que respondesse a uma dispersão territorial e consequentemente dualidade social, que se encontram actualmente na realidade urbana na periferia da cidade de Lisboa. Procurou-se através do desenho da forma arquitectónica e do espaço público que a mesma define requalificar estes lugares, que se encontram numa situação de marginalização e consequente estigmatização social.

Os bairros sociais, localizados maioritariamente na periferia das grandes cidades, apresentam grandes debilidades ao nível de mobilidades, serviços, espaço público, posição na cidade, condições habitacionais, e são passíveis de uma intervenção que qualifique e estruture o território. Pretende-se com este trabalho despertar o interesse para a problemática do espaço público numa altura em que a cidade se encontra dispersa e estes territórios esquecidos. A nossa estratégia não consiste só numa reestruturação do espaço público, mas também numa reflexão arquitectónica que vise estimular e estruturar estes territórios urbanos em relação à cidade, tornando-os um espaço acessível e destinado a todos.

O nosso projecto tem como ideia central o desenvolvimento de um equipamento público associado a um espaço público, funcionando como um instrumento central importante na reestruturação e qualificação do território urbano em que o bairro da Quinta do Mocho se insere, qualificando assim também, o próprio bairro. Esta solução procura dotar esta zona urbana de identidade e centralidade, segundo uma organização socioespacial estruturada, de modo a que a forma do espaço possa promover uma melhor coexistência espacial entre uma população estigmatizada, e os outros, entre um território marginalizado, e a cidade.

Assim o espaço público, aliado a usos e equipamentos, procura através de espaços de transição e de permanência, requalificar lugares em que as vivências sociais e as relações de vizinhança requeriam uma nova estratégia e desenho que unificasse a realidade social.

Procurou-se redesenhar a relação do espaço público com o existente de modo a valorizar esta área, o bairro Quinta do Mocho, criando novos usos e introduzindo novas dinâmicas exteriores, de modo a colmatar as necessidades dos moradores do bairro. Estrutura-se assim o espaço público de ligação entre bairros, requalifica-se as relações de vizinhança no bairro Quinta do Mocho, e desenha-se o equipamento público central do território urbano.

Projecta-se a intervenção estratégica demonstrada ao longo deste texto.

A solução apresentada ao longo da PFM, visa desenvolver uma lógica urbana modelo para outros lugares com as mesmas características, outros bairros sociais que se encontram numa situação periférica em relação à cidade, e são postos de parte das políticas urbanas, como o bairro Quinta do Mocho.

7 | BIBLIOGRAFIA

ASCHER, François (1995) **La metapoles. Ou l'avenir de la ville**. Odile Jacob. Paris

AUGÉ, Marc (2005) – **Os Não Lugares**, Editora 90º, Lisboa

BARNETT, Jonathan (1996) – **The fractured Metropolis. Improving the New City, Restoring de Old city, reshaping the Region**. Icon Editions, harper Collins Publisher, New York, 1996

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline (1983) – **Geografia Urbana**, Fundação Calouste Gulbenkian

BENEVOLO, Leonardo (1995) – **A cidade na História da Europa**, Editorial Presença, Lisboa

BENEVOLO, Leonardo (2001) – **Historia da Arquitectura Moderna**, Editora Perspectiva, São Paulo

BORJA, Jordi; Muxi, Zaida (2000) – **El espácio público, ciudad y ciudadanía**, Barcelona

BORJA, Jordi (2000) **Fazer cidade na cidade actual: centros e espaços públicos como oportunidades** in BRANDÃO, Pedro, REMESAR, Antoni – Espaço Público e a Interdisciplinaridade, Centro Português de Design, Lisboa

BRANDÃO, Pedro; Remesar, Antoni (2000) – **Espaço Público e a Interdisciplinaridade**, 54-59, Centro Português de Design, Lisboa

CASTELLS, Manuel (1983) – **A questão urbana**, Paz e Terra, Rio de Janeiro

CASTRO, Alexandra (2002) – **Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos**, 53-66, Cidades - Comunidades e Territórios

CASTRO, Alexandra; SEIXAS, João; SILVA, Isabel; LOPES, Elisabete, FERREIRA, Vítor (2002) – **Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa**, 81-87, Cidades – Comunidades e Territórios

CAVALEIRO, José (2002) – **As Lógicas Sociais dos Processos de Realojamento**, 91-99, Cidades – Comunidades e Territórios

CECLA, Franco La (2011) – **Contra A Arquitectura**, Caleidoscópio

CULLEN, Gordon (2009) – **Paisagem Urbana**, Edições 70, Lisboa

DIAS, Manuel Graça; GRAÇA, Miguel Silva; NUNES, João Pedro (2010) – **Cidades, centros comerciais e praças públicas**. Imprópria n1

FERREIRA, António (2004) – **Crise do alojamento e construção clandestina em Portugal**, 29-37, Cidades- Comunidades e Territórios

FRENCH, Hilary, (2009) Conjuntos Habitacionais do Século XX, Bookman, Porto Alegre

GONÇALVES, Alda; PINTO, Teresa (2004) – **Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos**, 111-129, Cidades – Comunidades e Territórios

INDOVINA, Francesco – **O espaço público: tópicos sobre a sua mudança**, 119-123, Cidades- Comunidades e Territórios

INNERARITY, Daniel (2006) – **El Nuevo Espacio Público**, Editorial Teorema, Lisboa

JACOBS; Jane (1961) – **The Death an Life of Great American Cities**, Vintage Books, New York

JEUDY, Henri Pierre (2005) – **Espelho das Cidades**, Casa da palavra, Rio de Janeiro, p. 98 - 99

KOOLHAAS, Rem (2011) – **La ciudad genérica**, Gustavo Gil, Barcelona

KOOLHAAS, Rem (2010) – **Três Textos Sobre a Cidade**, Gustavo Gil, Barcelona

LAMAS, José (2011) – **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

LEFEBVRE, Henri (2000) – **La production de l'espace**, Anthrospos, Paris

LYNCH, Kevin (1960) – **A Imagem da Cidade**, Edições 70, Lisboa

MALARD, Maria Lúcia (2005) – **Cinco Textos Sobre Arquitetura**, Editorial UFMG, Belo Horizonte

MILES, Malcom (2001) – **Para além do espaço público**, Água Forte, Lisboa

PIPARD, Olivier; GRANÉ, Jean (2001) – **L'expérience de l'observation en bureau d'études**. In TOUSSAINT, Jean-Yves; ZIMMERMANN, Monique – User, Observer, programmer et fabriquer l'espace public. 135-139, Presses Polytechniques es Universitaires **Romandes**, Lausanne

PORTAS, Nuno (2011)– **A Cidade como Arquitetura**, Livros Horizonte, Lisboa

RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia (2010) – **Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização**, EDUC, São Paulo

ROSSI, Aldo (1966) – **Architettura Della Città**. Marsilio Editori, Milano

RYBCZYNSKI, Witold (2010) – **Make shift Metropolis; Ideas About Cities**, Simon and Schuster, New York

SALGUEIRO, Teresa (1992) – **A Cidade em Portugal**, Edições Afrontamento, Lisboa

SALGUEIRO, Teresa (2001) – **Lisboa, Periferia e Centralidades**, Celta, Lisboa

SENNET, Richard (2003) – **Carne y Piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental**. Alianza Editorial, Madrid

SEQUEIRA, Marta (2008) – **A cobertura da unité d’habitation de Marselha e a pergunta de Le Corbusier pelo Lugar Público**. Tese de Doutoramento: Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Cataluña

SIZA VIEIRA, Álvaro (2000) – **Imaginar a evidência**, edições 70, Lisboa

SOARES, Luís; FERREIRA, António; GUERRA, Isabel (2010) – **Urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa**, 67- 76, EDUC, São Paulo

ZEVI, Bruno (2009) – **Saber ver a Arquitectura**, Martins Fontes Editora, São Paulo

ZUMTHOR, Peter (2009) – **Pensar a Arquitectura**, Gustavo Gil, Barcelona

8 | ANEXOS

I | PROJECTOS REFERÊNCIA

No decorrer deste trabalho, foram usadas referências tanto teóricas como práticas na concepção da proposta arquitectónica. Todos os projectos referidos anteriormente, e outros que serão referidos agora, foram uma mais-valia na definição projectual do equipamento.

Serão apresentadas referências projectuais que se revelaram importantes no projecto proposto, tanto pela arquitectura como pela base programática inerente. Todos estes projectos devem ser vistos como parte de um todo, que culmina no equipamento colectivo.

CIDADE GREGA

Localização: Atenas, Grécia

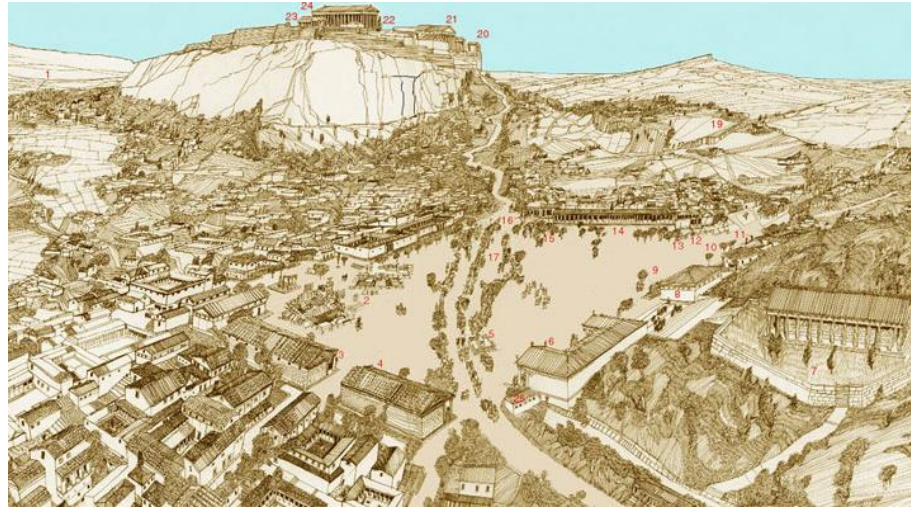


Fig 69 - imagem representativa da cidade grega

A cidade grega foi uma referência importante na concepção urbana do projecto, tanto pela sua organização territorial específica, onde concentrava os edifícios de maior importância da vida pública, no ponto mais alto da cidade, como pela sua implantação topográfica.

Nesta organização territorial é de salientar a importância dada à vertente de uso público por parte desta civilização, concentrandoos principais usos públicos na imponente acrópole, que se construía num ponto central de domínio sobre a cidade.

Este grande espaço era caracterizado pela ágora, uma grande praça pública central onde se reuniam os habitantes da cidade, e pela asty, o lugar de trocas comerciais onde se situava o mercado da cidade. Esta organização em torno de um ponto central público, foi um conceito base no projecto urbano proposto.



Fig 70 – Imagem da acrópole de Atenas

PLANO Cerdà (BARCELONA)

Localização: Barcelona, Espanha

Planeador: Ildefonso Cerdà

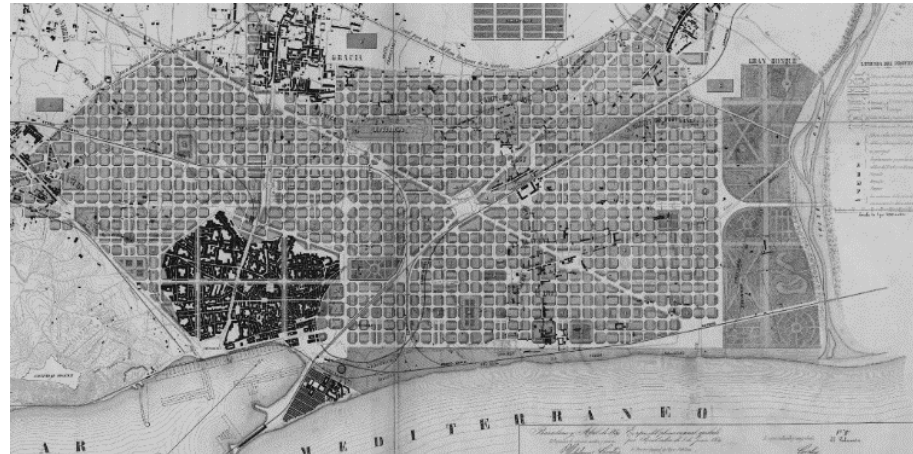


Fig 71 – Planta do plano Cerdà de Barcelona

O plano de Cerdà em Barcelona foi desenhado pelo Engenheiro urbanista Ildefonso Cerdà i Sunyer, sendo aprovado inicialmente em 1859. Este plano tinha como objectivo, através da inserção de uma malha ordenada em ruas e quarteirões, aumentar a área total da cidade para além dos limites da antiga muralha medieval.

O plano é desenhado sobre uma gralha ortogonal, caracterizada por quarteirões quadrados cujos vértices seriam cortados, cada um apontando para um ponto cardeal. Esta malha cria uma hierarquia viária, onde as ruas de menor dimensão desembocam em ruas de maior dimensão, e essas sucessivamente desembocam em duas grande avenidas que se cruzam e “quebram” esta malha rígida, a avenida Diagonal, e a Meridional.

O Quarteirões delimitam pátios que serviriam de pequenos espaços públicos, ou não, consoante a configuração do quarteirão, e conteriam usos de lazer e de recreio destinados ao público em geral. Funcionariam como pequenos espaços públicos que eram estabelecidos hierarquicamente em relação aos espaços verdes principais do plano.

Esta solução foi importante na concepção do desenho urbano da proposta, tanto pela sua estrutura hierarquizada, a sua malha, como também pelos usos públicos inerentes ao projecto. Este conceito de pequenos pátios públicos que se vão sucedendo ao longo dos quarteirões, foi um conceito essencial na elaboração da requalificação urbana da Quinta do Mocho e sua envolvência.

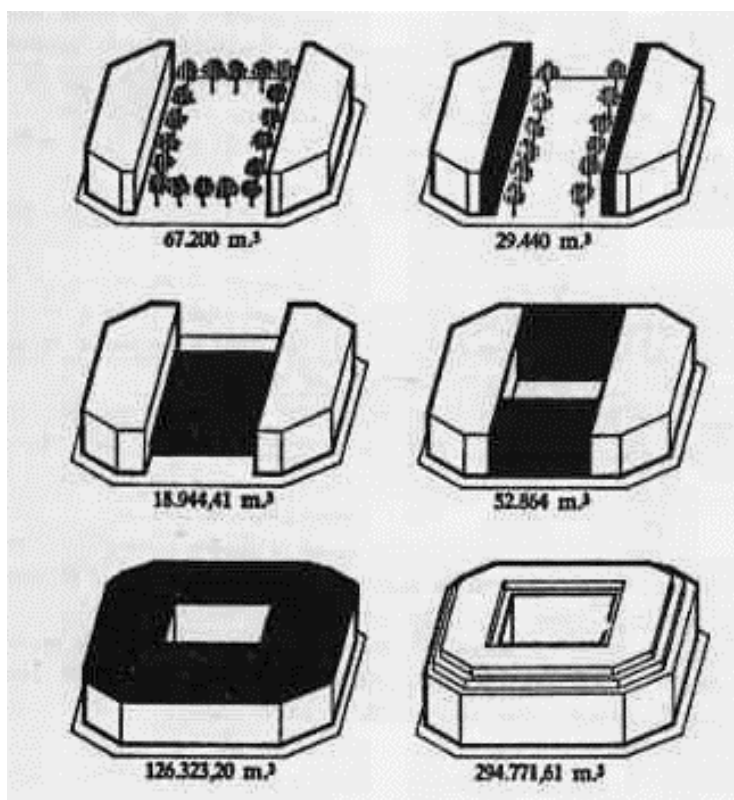


Fig 72 – Esquema de usos dos pátios inerentes aos quarteirões

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Localização: Viana do Castelo, Portugal

Arquitecto: Álvaro Siza Vieira



Fig 73 – Vista exterior da Biblioteca

Esta construção ergue-se numa localização privilegiada junto ao rio. É caracterizada pela sua materialidade crua e limpa, assumindo-se como um corpo arquitectónico marcante no lugar.

A biblioteca é projectada como uma estrutura quadrangular marcada por um pátio central, à volta do qual Álvaro Siza desenhou os espaços do equipamento. Este corpo é suspenso sobre dois assentamentos no solo, a partir dos quais se fazem os acessos.

Os dois corpos são elementos estruturais importantes, compostos de betão armado, sobre os quais a biblioteca, estruturalmente composta por vigas de aço, assenta. Esta estrutura metálica é revestida por placas de betão branco, que conferem a materialidade crua que caracteriza o edifício.

A iluminação interior é trabalhada com o domínio total que caracterizam as obras de Álvaro Siza. A estrutura metálica permite atingir vãos maiores, o que levou Siza a desenhar extensos vãos horizontais ao longo das fachas da biblioteca com abertura para o pátio interior, complementados com lanternins ao longo dos espaços. Desenha entradas de luz superiores que fornecem uma luz indirecta e suave, adequada aos usos de leitura referentes aos espaços.

De maneira a fornecer uma tela sobre o qual a luz se desenha e distribui sobre os espaços, as paredes interiores e tectos são trabalhados como elementos brancos. As outras componentes espaciais, pavimento, mobiliário, são compostos de madeira, tornando os espaços mais acolhedores e quentes.

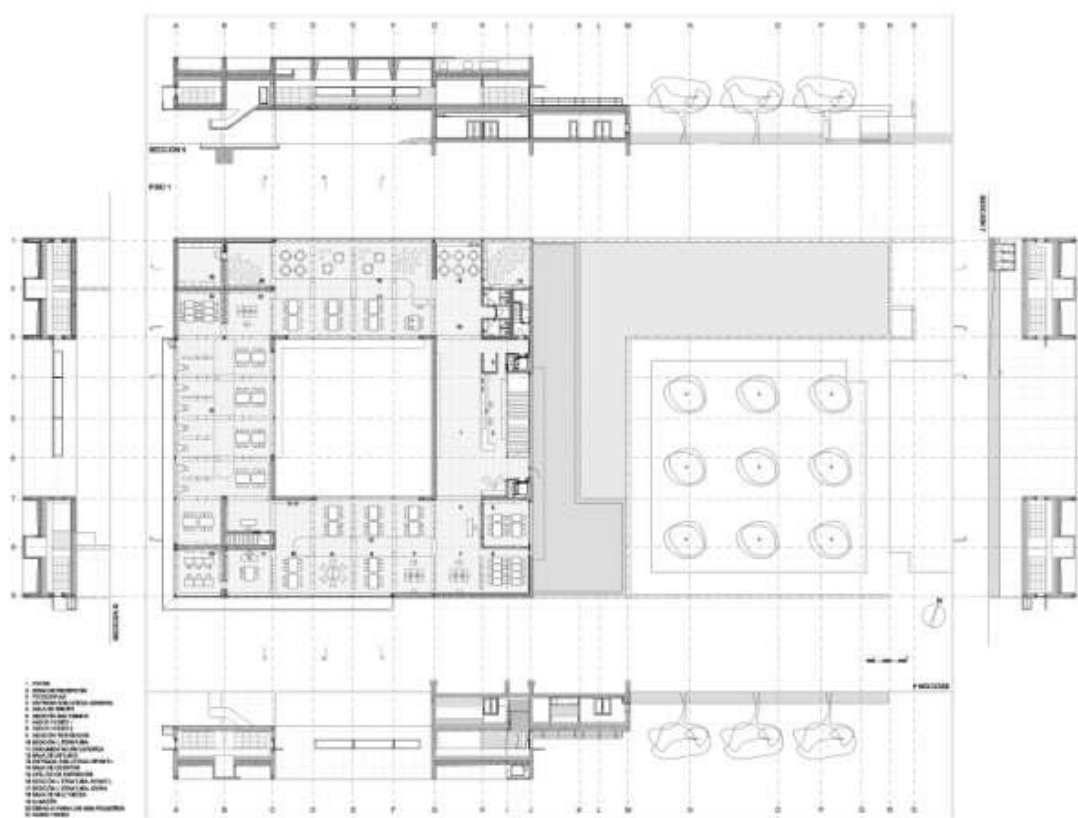


Fig 74 – Planta piso da biblioteca

EXETER LIBRARY

Localização: New Hampshire, USA

Arquitecto: Louis Kahn



Fig 75- Vista exterior da Biblioteca

Esta biblioteca foi projectada pelo arquitecto Louis Kahn para uma cidade universitária. Foi pedido e concretizado por Kahn, a realização de um edifício singular moderno que contivesse o carácter inovador da arquitectura contemporânea, mas que ao mesmo tempo respeitasse o carácter histórico dos edifícios envolventes. Desenha-se assim um elemento simbólico na paisagem arquitectónica do campus.

O edifício ao nível exterior é marcado pela fachada em tijolo, que cria a continuidade com a materialidade dos edifícios envolventes. No entanto o interior apresenta uma geometria definida pelo betão aparente. Este espaço interior é definido por um grande vazio central, que estrutura o interior da biblioteca à volta deste “pátio”.

O mobiliário projectado é composto maioritariamente por madeira, criando uma materialidade quente e acolhedora em oposição ao betão. Os espaços da biblioteca distribuem-se ao longo da fachada numa situação periférica em relação ao centro do edifício, favorecendo de bastante iluminação natural em todos os espaços.

Esta distribuição espacial e jogo de materialidades, foram conceitos importantes na concepção da biblioteca proposta no equipamento colectivo.

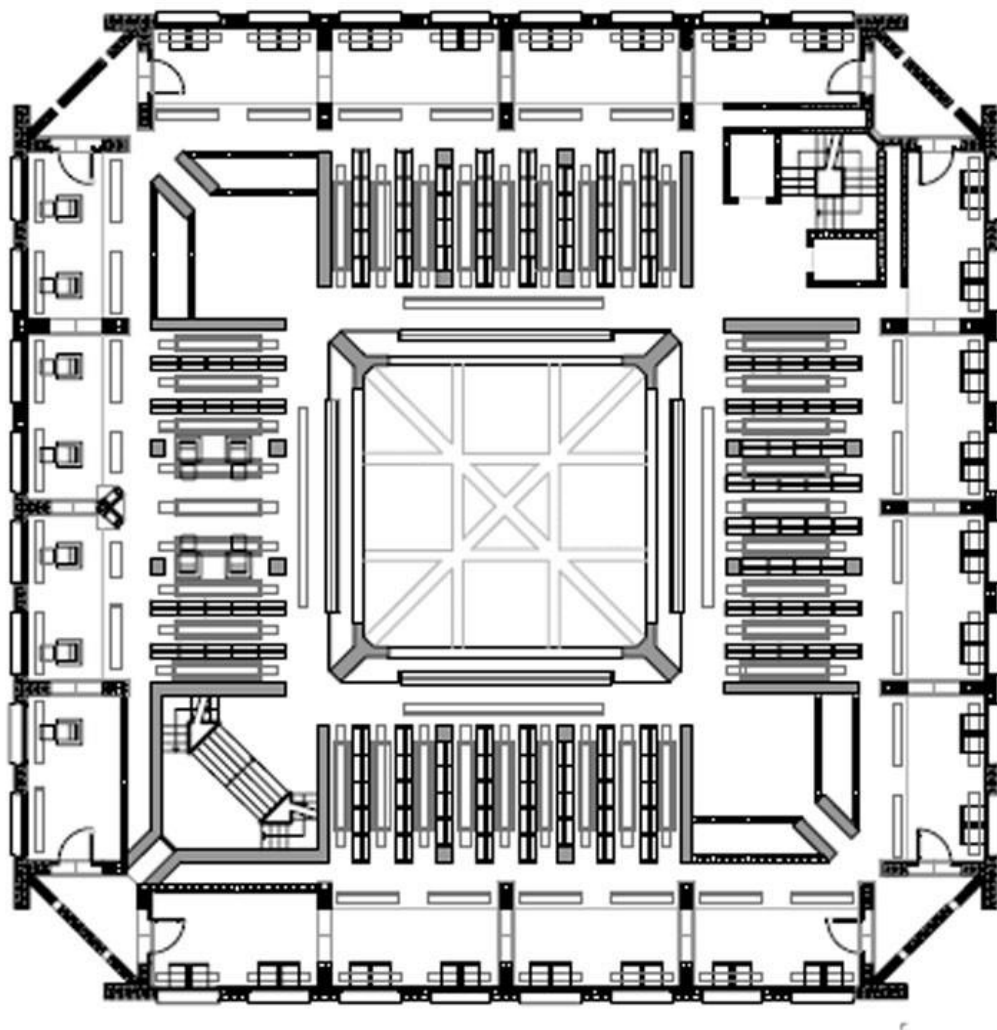


Fig 76- Planta piso intermédio da biblioteca

BIBLIOTECA DE GIRONA

Localização: Girona, Espanha

Arquitecto: Corea & Moran Arquitectura



Fig 77- Vista do pátio da biblioteca

A biblioteca de Girona está localizada no centro de Girona, e é delimitado a Norte pela Avenida Emili Grahit, e por altos edifícios residenciais.

O edifício, de maneira a se assumir como um elemento diferencial num contexto residencial bastante homogéneo, apresenta características diferenciadoras tanto na forma como nos materiais.

O espaço interior é estruturado a partir de dois blocos motor, que hierarquizam o espaço em conjunto com elementos de acessos e um pátio. Nestes motores, os Arquitectos concentraram os usos inerentes a instalações sanitárias, cozinhas, acessos do pessoal, e pequenas salas de arrumos. O pátio central tem o papel importante de lanternim que fornece luz natural bastante controlada aos espaços interiores, um poço de luz no coração do edifício.

A biblioteca contém um espaços para crianças, um auditório, uma galeria de exibição, cafetaria, e um lugar de leitura provisória. O piso de administração situasse no piso -1, estado interdito apenas aos trabalhadores da biblioteca.

Ao nível da iluminação, além do pátio central fornecer uma boa luz controlada no espaço interior, os restantes espaços são dispostos perifericamente em relação a este centro, favorecendo de uma boa iluminação natural ao longo do dia.

Esta solução foi bastante importante na organização espacial da biblioteca proposta no equipamento colectivo.

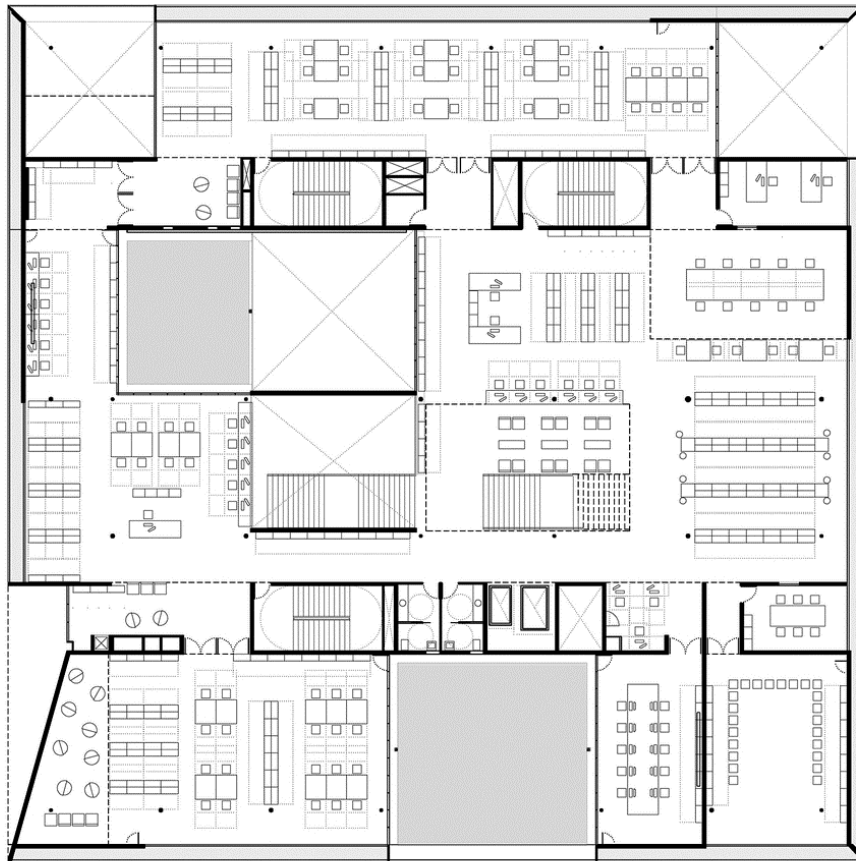


Fig 78 – Planta piso intermédio da biblioteca

BIBLIOTECA DE HUMBOLDT

Localização: Berlim, Alemanha

Arquitecto: Max dudler



Fig 79 – Vista exterior da biblioteca

A biblioteca de Humboldt situa-se na cidade de Berlim, na Alemanha.

A intenção do Arquitecto em termos urbanísticos, procurou dotar o território de um marco visual que se torna-se num elemento visual marcante em relação à sua envolvente urbana. Tendo em conta que a cidade de Berlim tende a ser mais horizontal que vertical, com excepção dos edifícios públicos, uma parte da biblioteca foi desenhada de maneira a ultrapassar os limites verticais inerentes à sua envolvente.

A partir da entrada, chegamos a um grande espaço de foyer, caracterizado pelo seu pé direito alto e pelas características de iluminação. Este foyer cria um momento de prelúdio que se define pela sucessão de áreas que sucessivamente levam ao coração do edifício, o grande espaço de leitura.

Esse grande espaço é desenhado numa lógica de escada, assumindo como uma design quase que cénico, dando um sentido de exterior, sentido esse enfatizado pela iluminação zenital que caracteriza este espaço. Esta solução tem como a intenção criar uma estrutura que se assemelhe a nuvens, dando a sensação de que se está a ler sob o céu aberto.

O interior da biblioteca ao nível de material de características bastante interessantes. O projecto caracteriza-se por apresentar a cores mais claras na cobertura, em contraste com tons muito escuros no chão. O mobiliário acompanha os tons mais escuros do pavimento. O bloco de leitura central da biblioteca é composto como um corpo de madeira, assumindo-se como um espaço central marcante no interior do espaço.



Fig 80 – Vista da zona de leitura central da biblioteca

MORADIAS HAARLEMMER HOUTTUINEN

Localização: Nieuwe Houttuinen, Amesterdão

Arquitecto: Herman Hertzberger



Fig 81 - Imagem das entradas das moradias

Este projecto é composto por um conjunto de moradias que criam uma relação com o espaço público com a base conceptual de que a rua é vista como um espaço de convivência.

As costas das moradias são viradas para a estrada direccionada para o trânsito local, e os acessos são feitos a partir do pátio do quarteirão. As escadas externas de acesso e as varandas, assumem-se como as estruturas que articulam o perfil desta rua pedonal, fazendo-a parecer menos ampla e mais acolhedora.

Esta solução permite concentrar o contacto social nos espaços potencialmente mais fortes em termos de vizinhança. Estes espaços contidos num lugar mais contido e “privado”, são pontualmente marcados por pequenas zonas de jardim associadas a habitações, levando a que as pessoas das moradias se preocupem com o espaço público como se fosse delas, e ao mesmo tempo, crie um espaço propício às trocas sociais entre moradores.

Esta solução foi a base do desenho projectual efectuado no Bairro Quinta do Mocho, que procurou dotar os pátios comuns existentes, deste sentido social de pertença e comunidade.

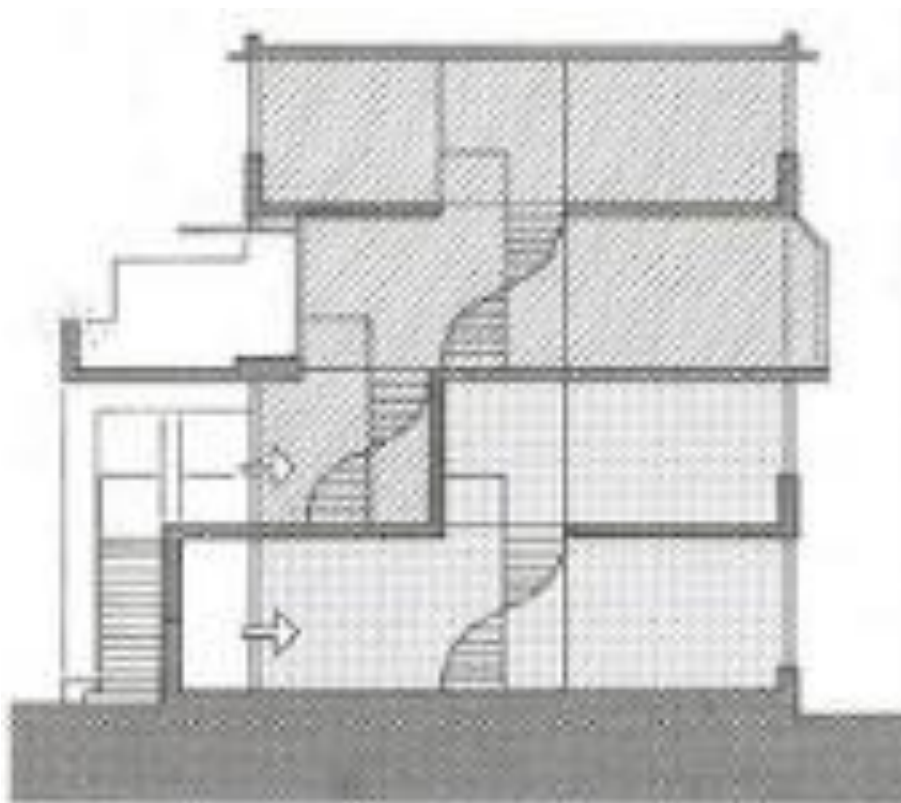


Fig 82 – corte esquemático das moradias

TEATRO GREGO

Localização: Grécia

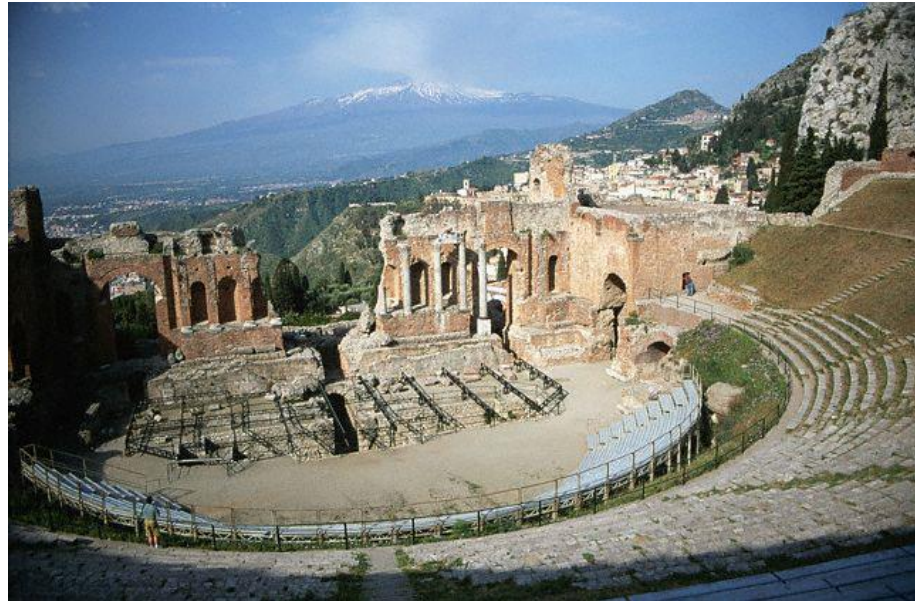


Fig 83 – vista superior para a cena do teatro grego

O teatro grego, em conjunto com o estádio, foram instituições socioculturais chave na cidade grega, assumindo-se como os edifícios públicos do culto cívico, cultural e religioso.

O teatro tinha como função a formação cívica, cultural e religiosa, ensinando as virtudes necessárias como a ética, o humanismo, a sabedoria, moderação, entre outras, levando aos espectadores a reflectirem sobre o sentido da existência.

A construção destes teatros eram maioritariamente compostos por uma orquestra, situando n ponto mais baixo da estrutura; as bancadas dispostas em semicírculo em redor do palco, assentes na morfologia do terreno; o palco ou a cena, era constituído por uma espécie de estrado que servia de cenário e camarim dos actores.

A posição geográfica destes teatros era normalmente escolhida pelo declive das colinas, apresentando uma depressão que criava óptimas condições acústicas e fornecia uma visão total do espaço, onde a paisagem natural, normalmente viradas para o mar ou para montanhas, integrava o cenário.

Esta solução foi um elemento chave na elaboração conceptual do auditório proposto.

ARQUIVO BRITTEN PEARLS

Localização: Londres, Reino Unido

Arquitecto: Stanton Williams



Fig 84 – Imagem interior do Arquivo

Este edifício funciona como um arquivo para a fundação Britten-Pears, contendo uma extensa colecção de música, manuscritos, cartas, fotografias e gravações do compositor Benjamin Britten e do cantor Peter Pears. Hoje é considerado como um dos mais importantes centros de pesquisa e estudo musical em Inglaterra.

O edifício é composto por 2 blocos essenciais. O bloco Sul acessível ao público para consulta e estudo das obras. E o bloco Norte que contém os gabinetes do staff, espaços de suporte, e alguns espaços de leitura.

A materialidade deste edifício apresenta um equilíbrio bastante importante na modelação dos espaços interiores. As vigas, cobertura, e as colunas são expressas em betão aparente de modo a providenciar massa ao espaço. As paredes, vãos das janelas, pavimento e o mobiliário projectado, são elaborados em madeira, de maneira a dotar o espaço de um ambiente mais quente e rico em texturas.

Esta solução foi de grande importância na concepção interior dos espaços da biblioteca proposta.



Fig 85 – Imagem interior do Arquivo

AUDITÓRIO E TEATRO EM POITIERS

Localização: Poitiers, França

Arquitecto: João Luís Carrilho da Graça



Fig 86 – Vista do palco público do edifício

Este edifício é caracterizado por um programa multifuncional que se materializa num edifício singular. O edifício foi desenhado para ser simples, e assumir um papel distinto no suporte das artes e da interacção social.

O edifício assenta sobre uma plataforma que cria o momento de transição para a realidade da cidade que o envolve. Assente sobre a plataforma pública surge um bloco bastante limpo cuja fachada se caracteriza com o jogo do betão branco revestido por um pele de vidro, permitindo mutações no exterior do edifício em termos de cor, luz, imagem etc...

Em termos espaciais é de notar no controle que o arquitecto mostrou na concepção de um programa variado para um mesmo edifício. O espaço é caracterizado por uma zona de foyer considerável que cria a passagem tanto para o auditório como para o Teatro, ambos situam-se nos extremos do edifício. O teatro posiciona-se num zona mais contida do projecto, em contraste com o auditório que se abre para a paisagem. O auditório é caracterizado por uma materialidade quente baseada em madeira quase em toda a sua estrutura, e por uma plateia assente num espaço plano, permitindo uma maior versatilidade de usos para este espaço.

A materialidade, numa busca por um ambiente de bem-estar, optimização visual e intimidade inerentes, joga com cores neutras (branco e preto) e o amarelo, rematando no pavimento em madeira, dotando assim o edifício de um espaço variado, equilibrado e acolhedor.

A flexibilidade e o controlo espacial presentes neste projecto foram de grande importância na concepção do equipamento proposto que apresenta também, um programa rico e variado, contidos num único elemento.

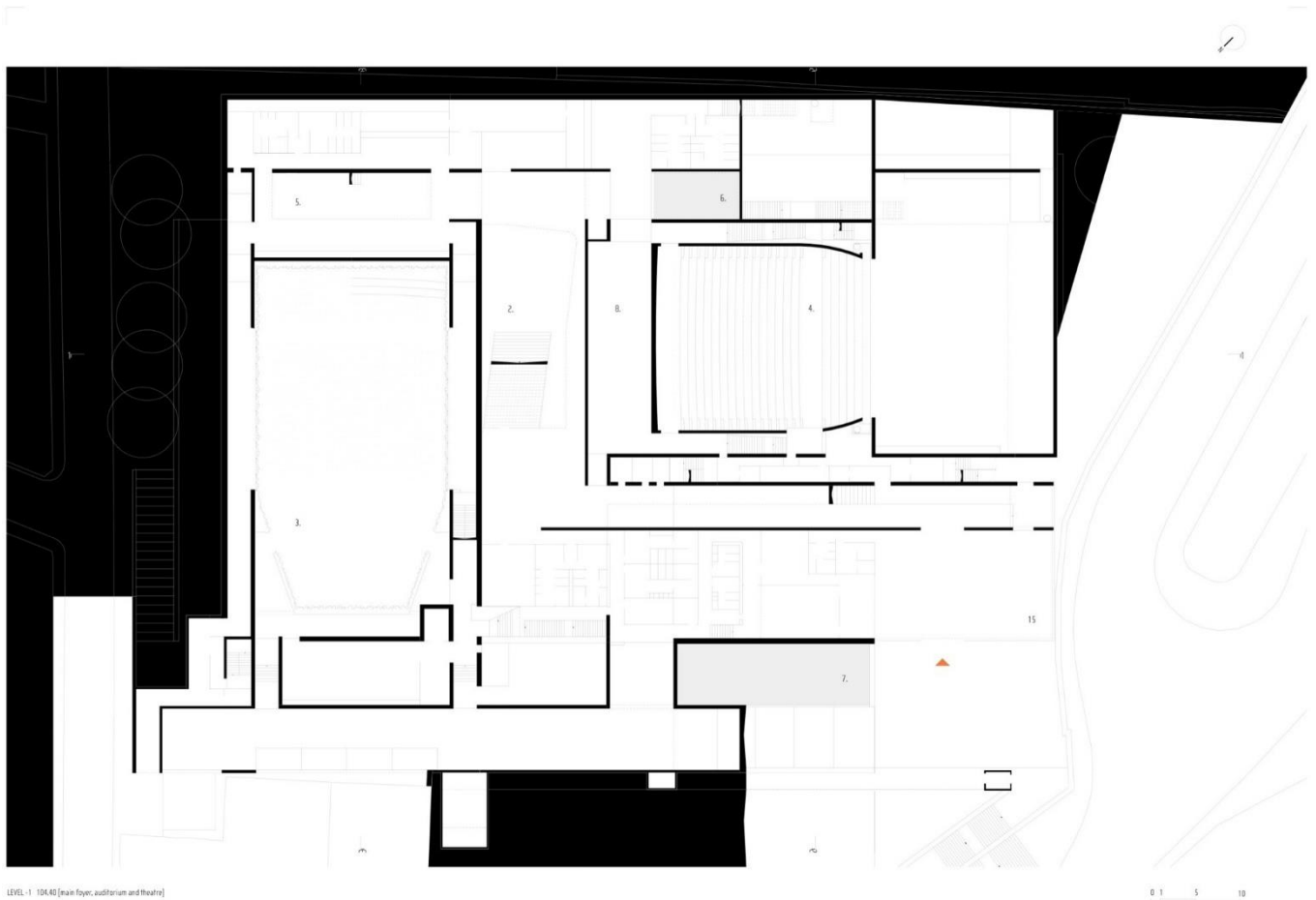


Fig 87 – planta piso tipo

CONJUNTO HABITACIONAL EM HALEN

Localização: Berna, Suíça

Arquitecto: Atelier 5

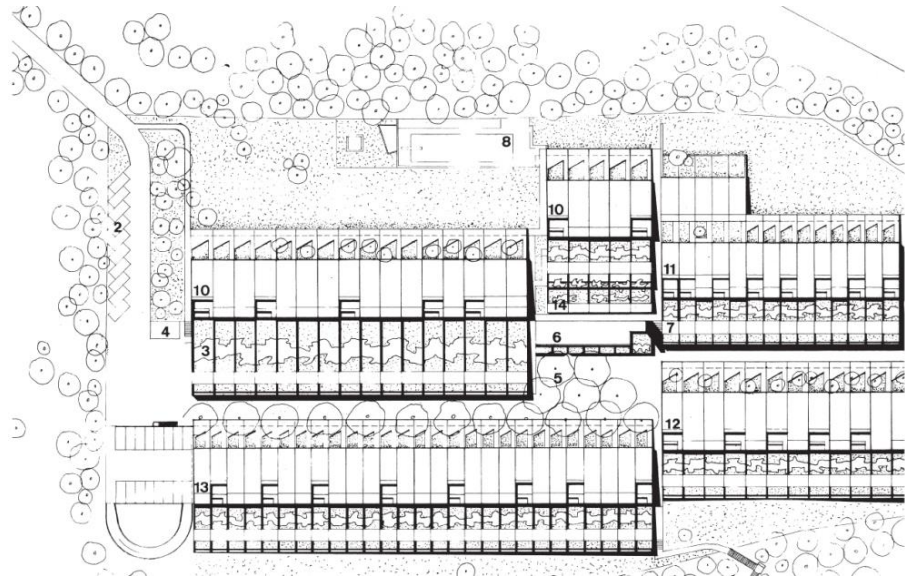


Fig 88 – Planta urbana das moradias

Este projecto habitacional elaborado pelo atelier 5, agrupa um conjunto de habitações em banda como tipologia. Esta forma de organização espacial tem com intuito dar uma ideia de conjunto que fomente o espírito de comunidade e identidade nos moradores, a partir de elementos urbanos essenciais como as ruas, quarteirões e pátios.

As habitações estão voltadas para a encosta com orientação sul, e perfazem 79 unidades no total. São caracterizadas por uma planta contida em termos de largura, variando entre os 3,8 metros e os 4,7, e extensa em termos de comprimentos. As aberturas de vão nestas habitações dão-se nos extremos, como se pode ver no caso também das tipologias presentes na habitação de marseille de Le Corbusier. As habitações são compostas maioritariamente por 3 pisos, sendo que o piso térreo é destinado normalmente aos usos colectivos, e os superiores às áreas mais privadas.

As propriedades são baseadas num modelo de cooperação em que cada morador se torna proprietário de parte do condomínio (ruas, passeios e espaços abertos...)

Este projecto foi de grande relevância na concepção das habitações presentes no projecto proposto.

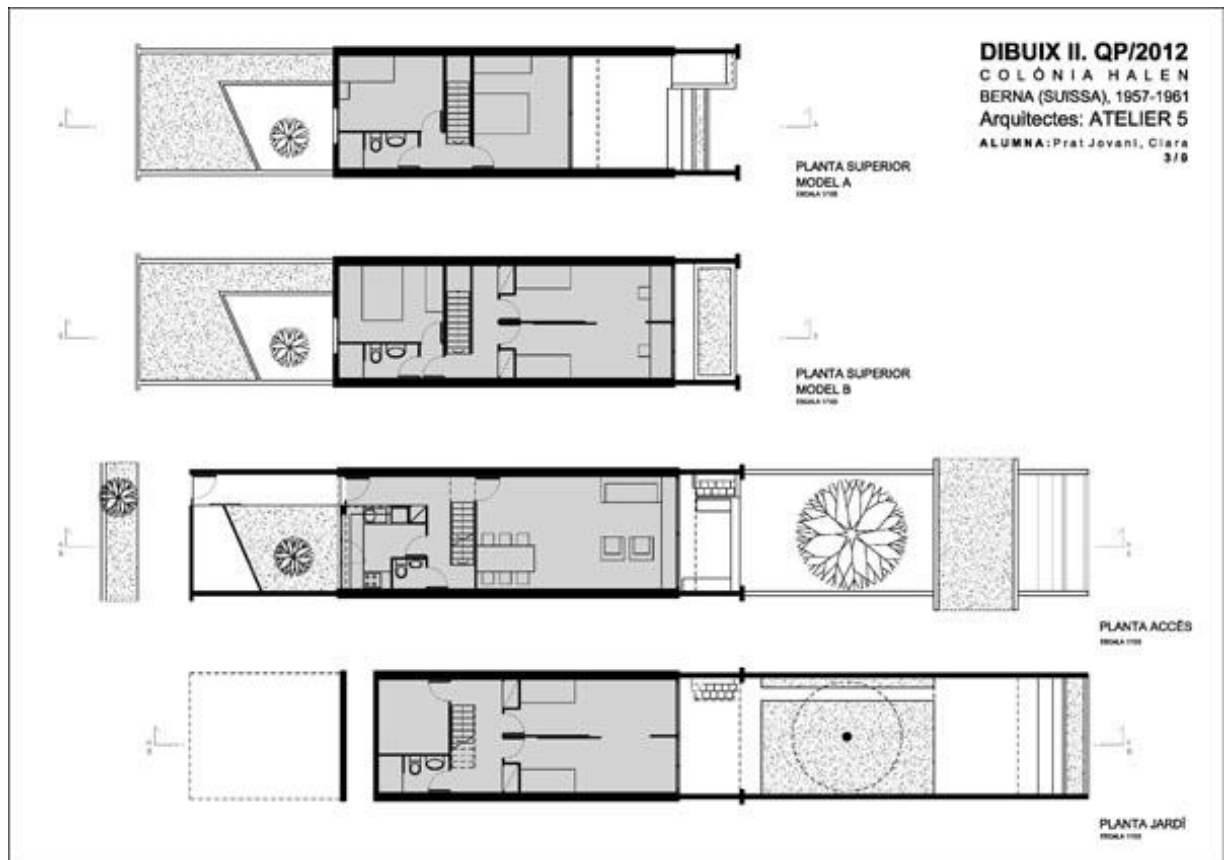


Fig 89 – Plantas de uma tipologia

CONJUNTO HABITACIONAL EM SAINT MARK'S ROAD

Localização: Londres, Reino Unido

Arquitecto: Jeremy e Fenella Dixon



Fig 90 – Vista da rua Saint Mark

Este conjunto de habitações foi desenhado segundo uma tipologia em banda, de maneira a criar um espaço contínuo na rua, em que as fachadas se assumem como o elemento arquitectónico de diferenciação de usos na rua.

A configuração da planta das habitações tem semelhanças formais com as plantas apresentadas no projecto anterior do atelier 5, apresentando uma largura bastante inferior ao comprimento, distribuindo-se longitudinalmente. As habitações abrem-se assim para o exterior nos seus dois extremos mais opostos, apresentando a entrada de um lado, e um terraço exterior do outro.

O interior das casas são estruturados por um motor que contém o acesso aos pisos superiores e as zonas de águas, desde casas de banho às cozinhas. Este bloco central separa e hierarquiza os espaços interiores.

Estas casas estreitas são compostas em pares, de maneira a dar a impressão de quem vem da rua, de que são maiores do que na realidade o são, quando comparadas com o entorno imediato.

Esta solução foi importante na concepção das habitações propostas no equipamento.

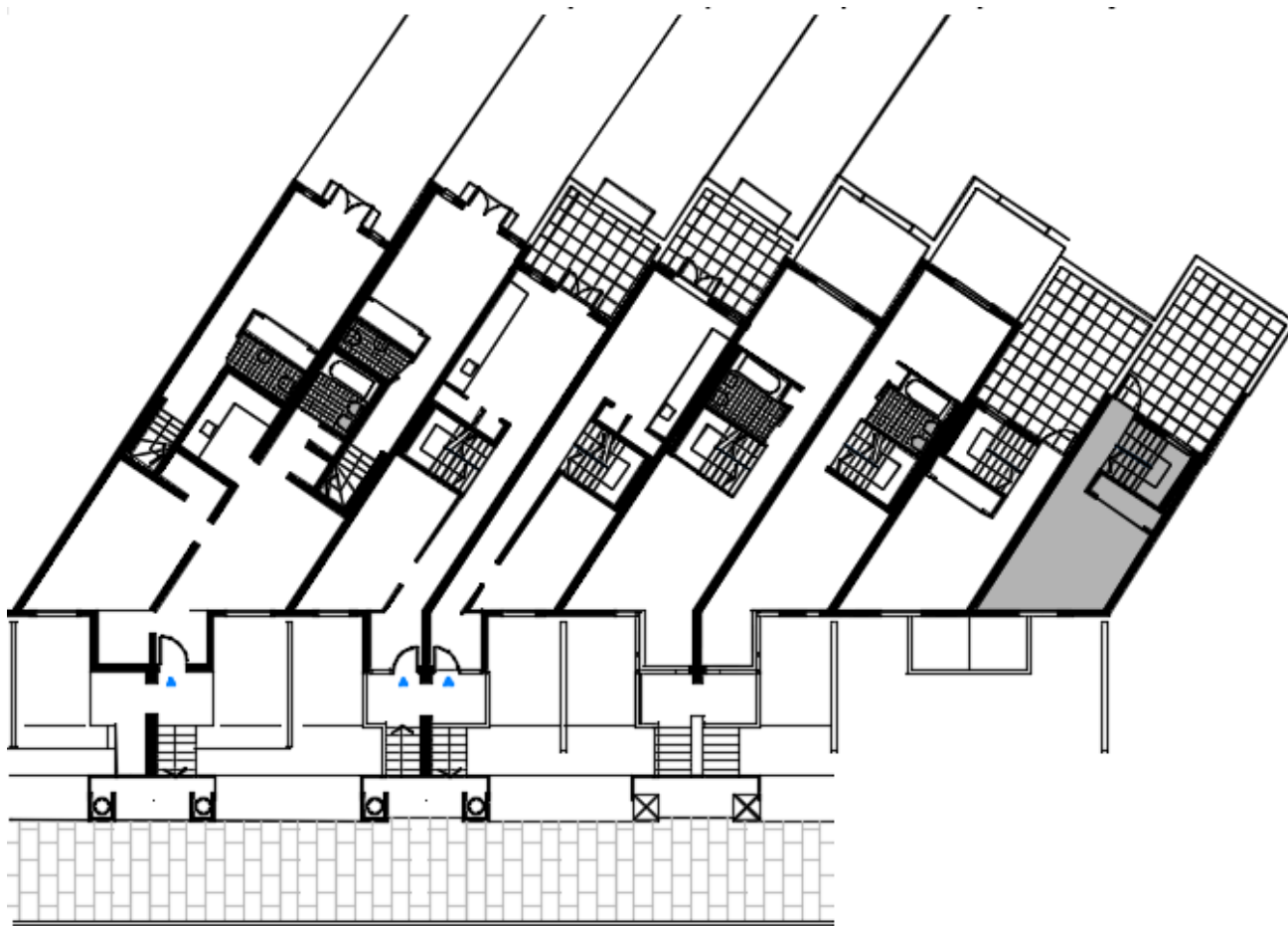


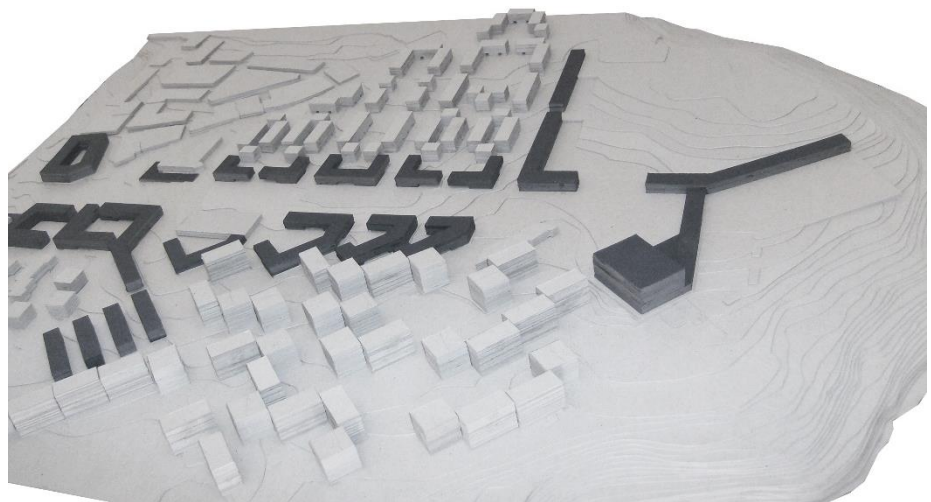
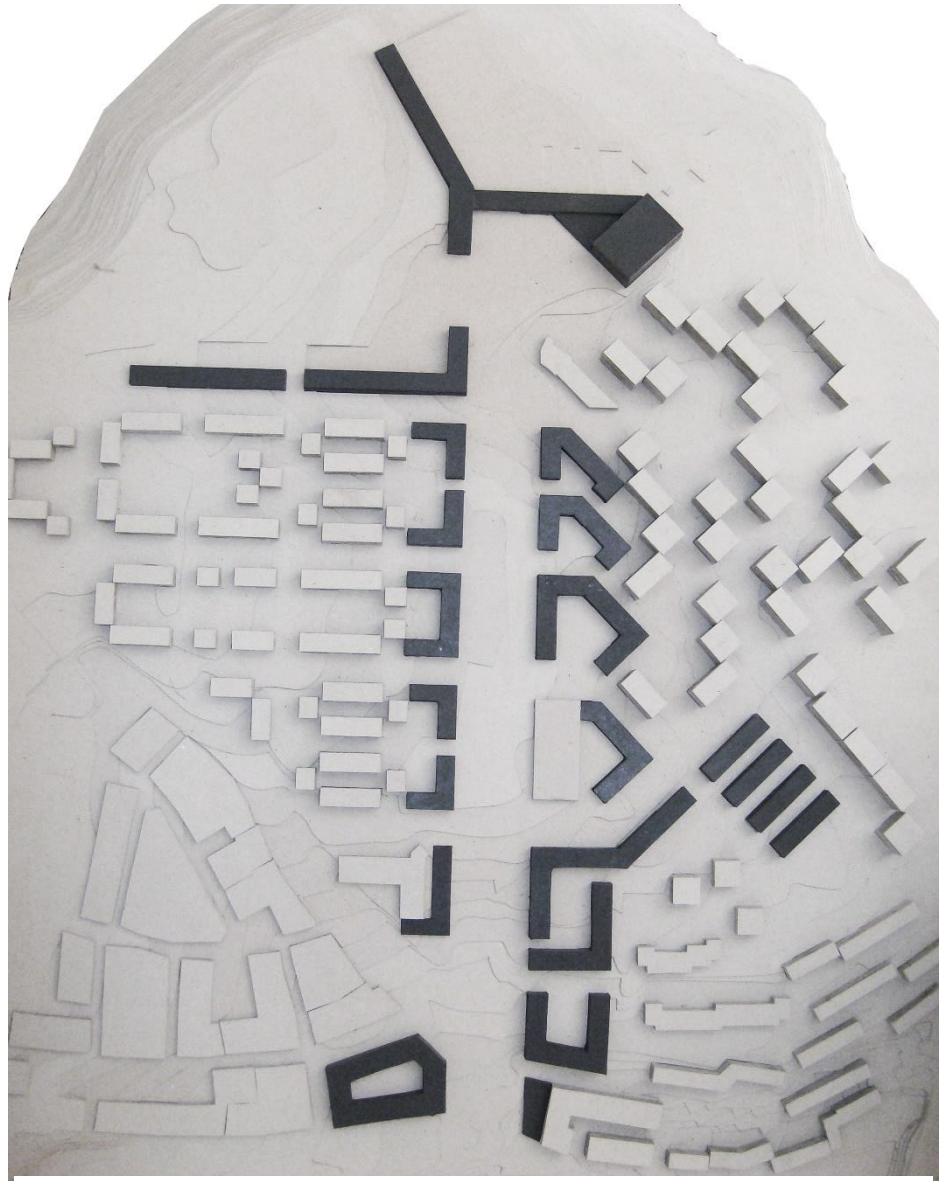
Fig 91 – Planta piso tipo

II | PEÇAS DESENHADAS

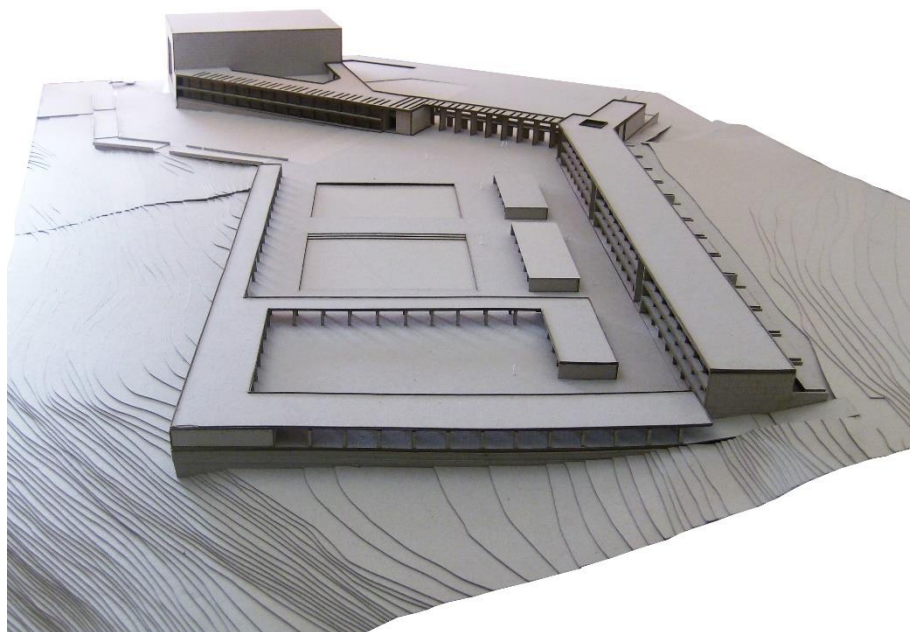
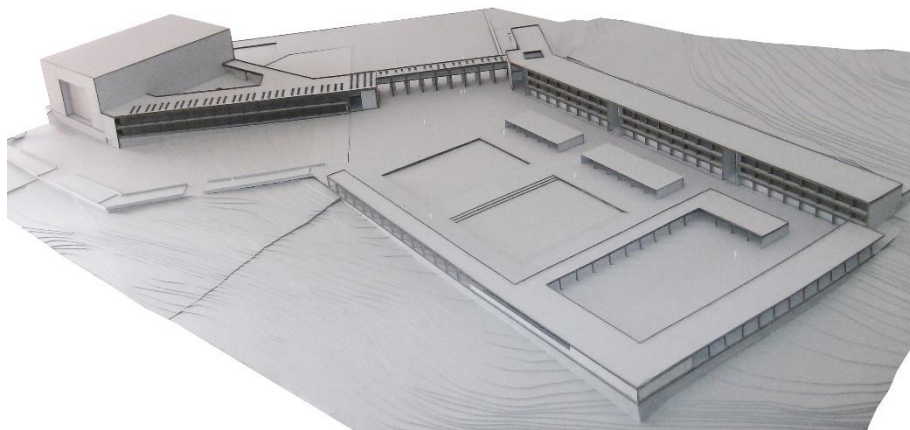
Neste corpo serão apresentadas as peças desenhadas do projecto proposto, encontrando-se ainda em fase de desenvolvimento.

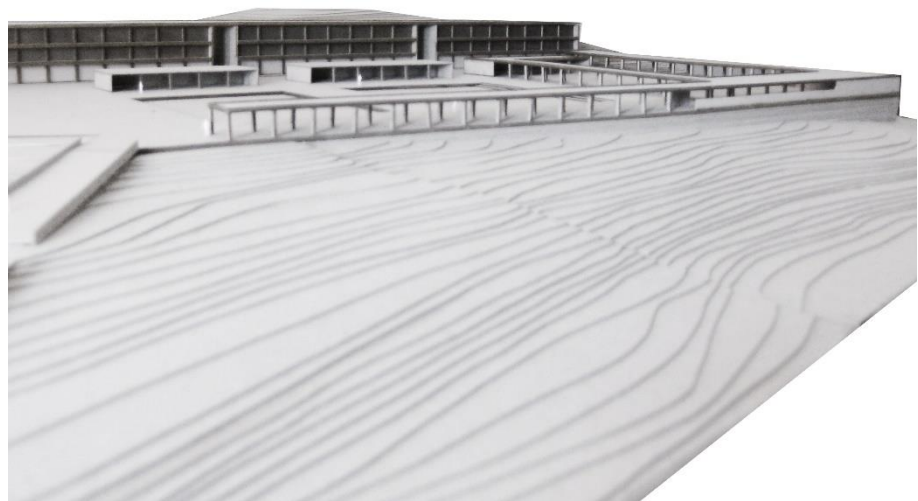
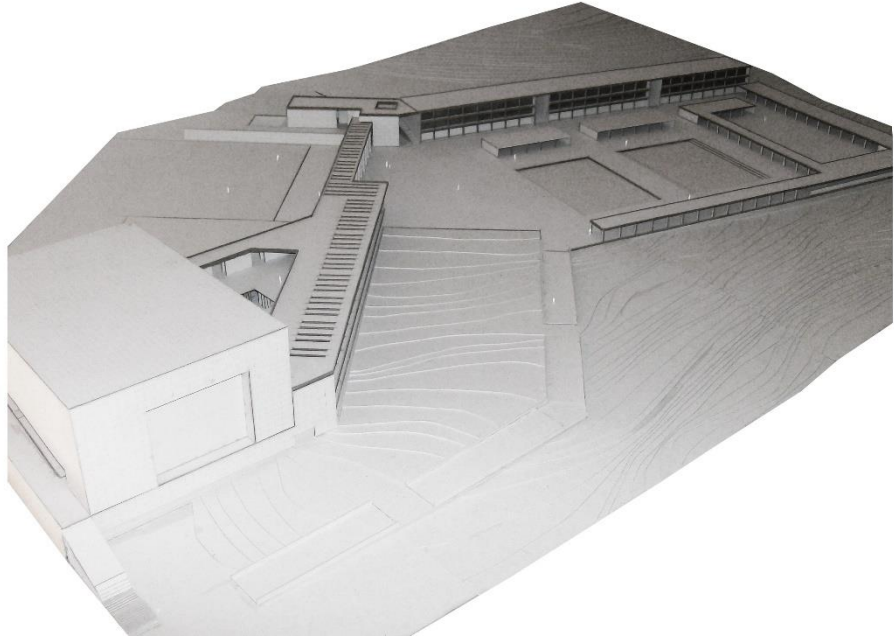
III | PROCESSO DE TRABALHO

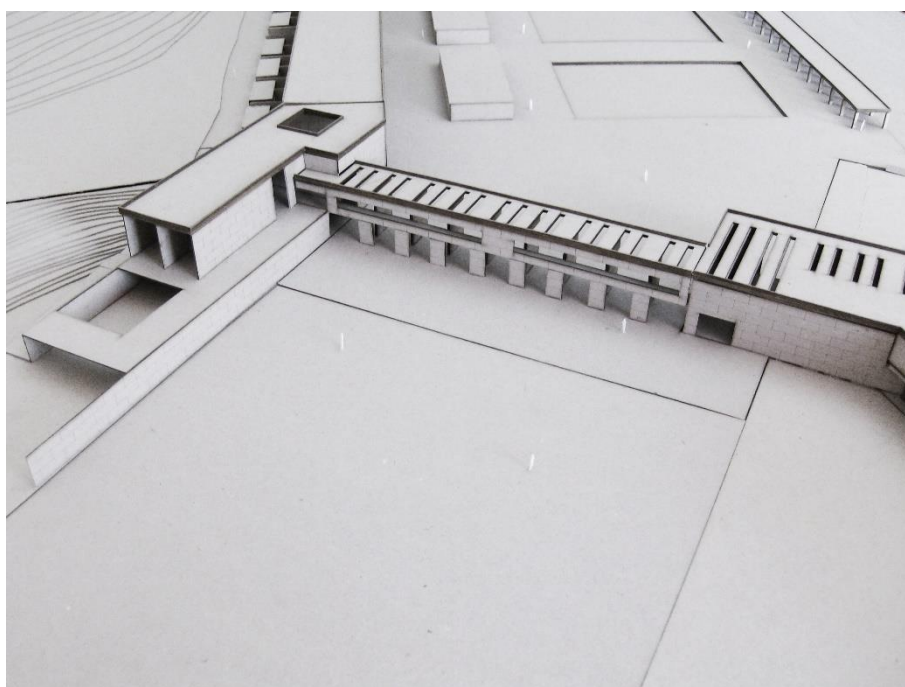
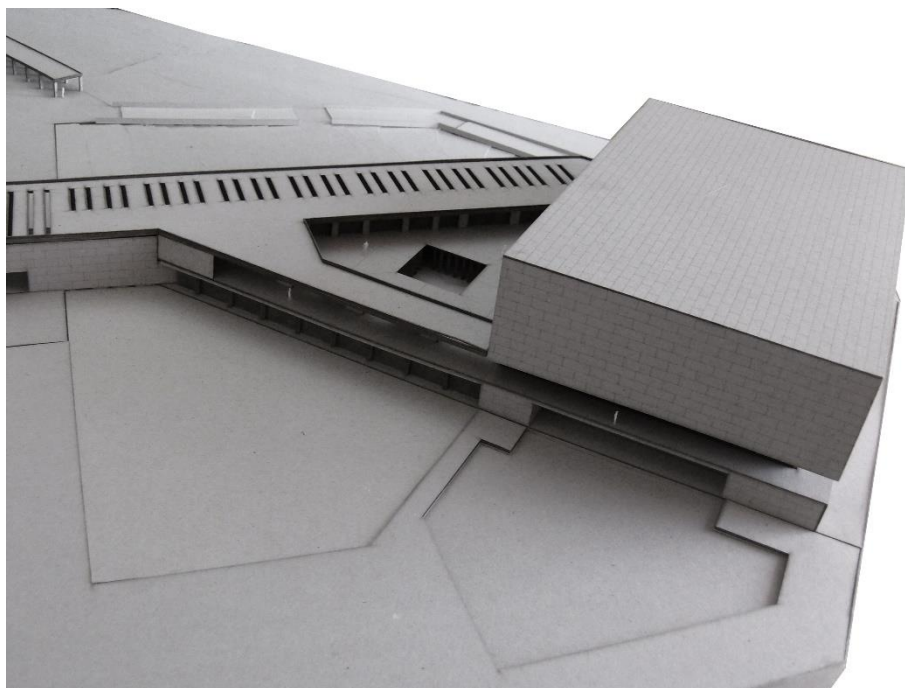
MAQUETA URBANA ESCALA 1:1000

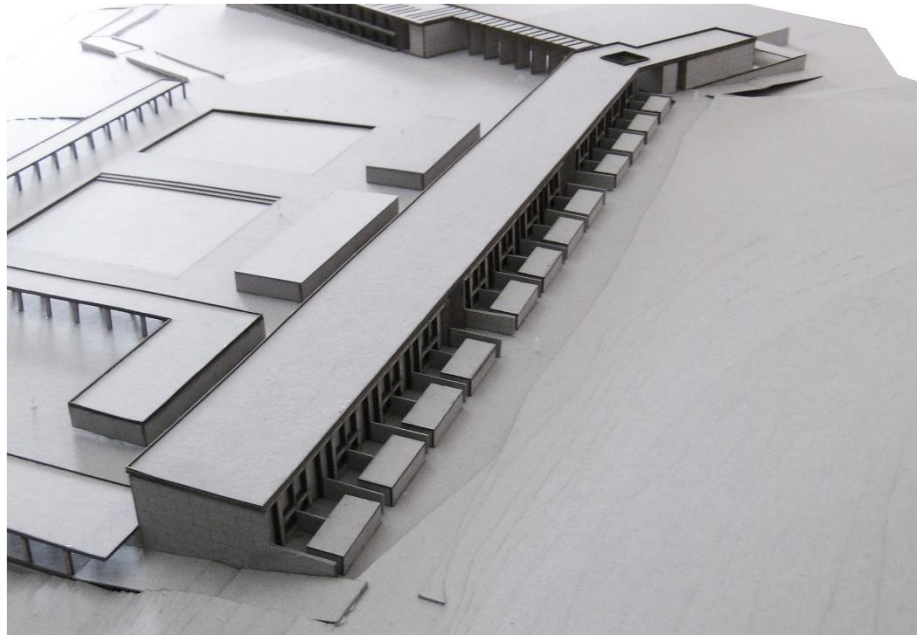


MAQUETA EQUIPAMENTO COLECTIVO ESCALA 1:200









MAQUETA BIBLIOTECA ESCALA 1:50

